



# POLÍTICAS PÚBLICAS E TIC NA EDUCAÇÃO:

## DITE SERGIPE 1994 A 2007

ANDRÉA KARLA F. NUNES



# POLÍTICAS PÚBLICAS E TIC NA EDUCAÇÃO:

DITE SERGIPE 1994 A 2007

ANDRÉA KARLA F. NUNES





**GRUPO  
TIRADENTES**

**Unit**  
UNIVERSIDADE TIRADENTES

**FACIPE**  
FACULDADE INTEGRADA DE PERNAMBUCO

**Unit**  
UNIVERSIDADE TIRADENTES

## **GRUPO TIRADENTES**

### **Conselho de Administração**

Luiz Alberto de Castro Falleiros

Mozart Neves Ramos

Richard Doern

### **Superintendente Geral**

Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

### **Superintendente Acadêmico**

Eduardo Peixoto Rocha

### **Superintendente**

#### **de Relações Institucionais**

Ihanmarck Damasceno dos Santos

### **Superintendente**

#### **Administrativo Financeiro**

André Tavares Andrade

## **UNIVERSIDADE TIRADENTES**

### **Reitor**

Jouberto Uchôa de Mendonça

### **Vice - Reitora**

Amélia Maria Cerqueira Uchôa

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES – UNIT - ALAGOAS**

### **Reitor**

Dario Arcanjo de Santana

### **Coordenador de Graduação**

Cristiano Montenegro

## **FACULDADE INTEGRADA DE PERNAMBUCO – FACIPE**

### **Diretor Geral**

Gilton Kennedy S. Fraga

### **Coordenador Acadêmico**

Evandro Duarte de Sá



**EDITORA UNIVERSITÁRIA  
TIRADENTES**

### **Diretora**

Cristiane Porto

### **Conselho Editorial**

Cristiano de Jesus Ferronato

Cristiane Costa da Cunha Oliveira

Giancarlo Richard Salazar Banda

Ilzver de Matos Oliveira

Liziane Paixão Silva Oliveira

Mariana Aragão Matos Donato

Pedro Simonard

Verônica Marques

# POLÍTICAS PÚBLICAS E TIC NA EDUCAÇÃO:

## DITE SERGIPE 1994 A 2007

ANDRÉA KARLA F. NUNES



ARACAJU-SERGIPE

2015

## PRODUÇÃO EDITORIAL

### Capa

Edilberto Marcelino

### Diagramação

Claudivan Santana e Igor Bento

### Revisão

Juliano Beck

Todos direitos desta edição reservados à / Depósito legal à

### Editora Universitária Tiradentes - Edunit

Av. Murilo Dantas, 300

Farolândia - Aracaju/SE

Bloco F - Sala 11 - 1º andar

CEP 49032-490

Telefones (79) 3218 2185/2138

editora@unit.br

www.editoratiradentes.com.br



Editora Filiada à



Ficha catalográfica: Rosângela Soares de Jesus CRB/5 1701

---

N972p Nunes, Andréa Karla Ferreira  
Políticas públicas e TIC na educação: DITE Sergipe 1994 a 2007. / Andréa  
Karla Ferreira Nunes – Aracaju : EDUNIT, 2015.  
256 p. : il. : 23cm

Inclui bibliografia.

ISBN - 978-85-68102-10-7

1. Política educacional.
  2. Tecnologia da informação-comunicação.
  3. Tecnologia do ensino.
  4. Difusão da tecnologia.
- I. Título.

CDU: 37.014:371.66

---

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, 20 de dezembro de 1907.

*À Luiza e à Reginaldo, pela trajetória juntos.*

# LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	População da amostra para pesquisa e dos critérios de terminologia para identificação dos depoimentos . . .	30
<b>Quadro 2</b>	Relação dos governadores de Sergipe no período de 1983 a 2010. ....	74
<b>Quadro 3</b>	Chefes da Divisão de Tecnologia de Ensino no período de 1994 a 2007. ....	114
<b>Quadro 4</b>	Relação dos Secretários de Estado da Educação no período de 1987 a 2007 . . . . .	115
<b>Quadro 5</b>	Cursos ofertados pelos programas e projetos da Dite no Ambiente Virtual de Aprendizagem . . . . .	175
<b>Quadro 6</b>	Cursos ofertados pelo Programa TV Escola Ambiente Virtual de Aprendizagem . . . . .	176
<b>Quadro 7</b>	Cursos ofertados pelo Programa Rádio Educação de Sergipe no Ambiente Virtual de Aprendizagem . . . . .	176
<b>Quadro 8</b>	Cursos ofertados pelo Programa Proinfo no Ambiente Virtual de Aprendizagem . . . . .	177
<b>Quadro 9</b>	Cursos ofertados pelo Programa Proinesp no Ambiente Virtual de Aprendizagem . . . . .	178

<b>Quadro 10</b>	Formação dos recursos humanos em nível de Especialização para trabalhar com as TIC em Sergipe. . . . .	184
<b>Quadro 11</b>	Formação de profissionais que atuaram ou atuam na Dite ou no Lied que cursaram Mestrado ou Doutorado . .	190
<b>Quadro 12</b>	Participação dos profissionais da Dite em eventos. .	192
<b>Quadro 13</b>	Relação das produções acadêmicas de Mestrado que tratam sobre a TV e vídeo e computador que estão relacionadas com a Dite. . . . .	198

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Entendimento das categorias: instituinte, institucionalização e instituição no âmbito da Administração Pública . . . . .	71
<b>Figura 2</b>	Cronograma de implantação das políticas públicas em Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe (1994 - 2007). . . . .	131



# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>11</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>15</b>
<b>2 As Transformações Técnico-Científicas e Econômicas e as Políticas Educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação</b> .....	<b>32</b>
2.1 Transformações técnico-científicas na sociedade . . . .	34
2.2 O papel do Estado e da economia .....	37
2.3 As orientações dos organismos internacionais para educação .....	42
2.4 Políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil .....	49
<b>3 A Introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe e a Criação da Divisão de Tecnologia de Ensino</b> .....	<b>67</b>
3.1 Comendo a cena da introdução das tecnologias na educação em Sergipe .....	72
3.1.1 O Cied em Sergipe: um início e um fim .....	75
3.1.2 Projeto Vídeo Escola: uma proposta de uso da TV e vídeo em Sergipe .....	87
3.1.3 Programa Salto para o Futuro em Sergipe . . . .	96
3.2 Criação da Divisão de Tecnologia de Ensino .....	99
3.2.1 Os percursos da Divisão de Tecnologia de Ensino. ....	108
3.3 Dite: consolidação e dificuldades enfrentadas .....	117

## **4 DITE: Concretização e Difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe . . . . . 129**

4.1 Experiências de utilização das TIC em nível nacional em Sergipe . . . . .	132
4.1.1 Proinfo . . . . .	132
4.1.2 Projeto de Informática da Educação Especial (Proinesp) . . . . .	141
4.1.3 Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) . . . . .	143
4.1.4 Programa TV Escola . . . . .	148
4.1.5 Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação . . . . .	157
4.2 Experiências de utilização das TIC em parceria com outras instituições em Sergipe . . . . .	159
4.2.1 Programa Intel Educação para o Futuro . . . . .	159
4.2.2 Tonomundo . . . . .	161
4.3 Experiências de utilização das TIC de iniciativas da Seed/Dite . . . . .	164
4.3.1 Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia . . . . .	165
4.3.2 Projeto Diário de Classe . . . . .	167
4.3.3 Projeto Rádio Educação de Sergipe . . . . .	168
4.3.4 Projeto Educação Patrimonial . . . . .	170
4.3.5 Projeto Educação a Distância . . . . .	173
4.4 Dite e a formação de recursos humanos para trabalhar com as tecnologias na Educação . . . . .	180
4.5 Dite no olhar das produções acadêmicas . . . . .	196

## **5 Considerações Finais . . . . . 213**

## **REFERÊNCIAS . . . . . 220**

## APRESENTAÇÃO

O livro *Políticas públicas e TIC na educação: Dite Sergipe 1994 a 2007*, de autoria da professora doutora Andrea Karla Ferreira Nunes, traz uma importante contribuição para o campo da historiografia sergipana e nacional, ao analisar as origens e a consolidação da Divisão de Tecnologia de Ensino (Dite) e o processo de mudanças na cultura escolar sergipana.

As mudanças que ocorreram na sociedade, advindas das transformações técnico-científicas, contribuíram para a expansão do conhecimento e estabelecimento de novas relações com o trabalho e o modo de vida das pessoas, exigindo um fluxo maior de desenvolvimento, produtividade e competitividade. No mundo globalizado, mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, foi necessário que os governantes investissem em políticas públicas na área da educação que atendessem à formação e qualificação dos trabalhadores para a aquisição de novos conhecimentos, confirmando, assim, o compromisso com os organismos internacionais em termos da nova ordem econômica.

Ao acatar as mudanças propostas na sociedade que foram orientadas pelo FMI, Banco Mundial e Unesco, países como o Brasil viram-se adotando políticas públicas que interferiam diretamente no processo de instrução e de qualificação dos trabalhadores para atender às demandas de mercado e da sociedade.

Este contexto é analisado nesse livro descrevendo como as políticas educacionais para uso das TIC foram inseridas nas escolas, tendo como ênfase o contexto sergipano. Vários pesquisadores já desenvolveram estudos sobre as tecnologias no cotidiano escolar sergipano enfocando o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e o Programa TV Escola.

No Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da Universidade Federal de Sergipe foram encontradas dez pesquisas que fazem referência a estes projetos coordenados pela Divisão de Tecnologia de Ensino. A concretização do Programa Salto para o Futuro em Sergipe foi pesquisada por Santos (1996). Outra pesquisa foi realizada sobre o Projeto Vídeo Escola, de autoria de Linhares (1997), cujo trabalho trata da Dite através da experiência da implantação da TV e do vídeo. Na mesma linha de trabalho, tendo como foco o Programa TV Escola, encontram-se os trabalhos de Nunes (2003) e Figueirôa (2004).

Em relação ao uso do computador, são seis as dissertações disponíveis no acervo do NPGED/UFS, as quais se debruçam nas ações desenvolvidas a partir do Proinfo no Estado de Sergipe. A proposta de capacitação que acontecia nesse programa foi o objeto de pesquisa de Cox (2000) e Jesus (2001). A dissertação de Carvalho (2002) detém-se no papel do docente como articulador e multiplicador do uso do computador nas escolas públicas das redes estadual e municipal. As pesquisas de Malheiros (2005) e Sheilla Conceição (2008) analisam a política de uso dos laboratórios de informática, enquanto Linhares (2008) aborda a aprendizagem colaborativa utilizando o laboratório de informática do Proinfo.

Pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, recentemente implantado (2010), tem-se a pesquisa de Barroso (2011), que faz referência aos dois Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) que são acompanhados pela equipe estadual do Proinfo instalada na Dite. No total, foram 11 pesquisas realizadas no Estado que tratavam direta ou indiretamente das ações de implantação, capacitação e acompanhamento realizadas pelos profissionais da Divisão de Tecnologia de Ensino.

Não há, contudo, nenhum estudo focando a criação e consolidação da Divisão de Tecnologia de Ensino, partindo do entendimento de que essa Divisão foi a responsável pela difusão e implantação de programas e projetos de tecnologias na educação nas escolas públicas sergipanas, daí a preocupação desta pesquisadora.

Para reconstruir a trajetória dessa Divisão, a autora se apoiou nas contribuições teórico-metodológicas do movimento dos Annales, mais especificamente da História Cultural. A História Cultural proporcionou um crescimento epistemológico ao campo da História da Educação, abarcando novos objetos e novas interpretações, ampliando o campo da investigação historiográfica.

A abordagem da História Cultural deslumbrou um espaço legitimado para os estudos sobre a organização interna da instituição escolar, expandindo os limites e contemplando novos temas de investigação, como a cultura e as práticas escolares e, ultimamente, a cultura material escolar, a qual foi enriquecida com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

A arte do historiador consiste não só em recuperar as fontes como também lhes atribuir sentido, e disso depende sua capacidade de iniciativa, abstração e criatividade, o que Andréa Karla muito bem demonstra nesta obra.

Para efetivação deste estudo e apresentação do cenário educacional, bem como das políticas públicas voltadas para implantação das tecnologias no contexto educacional, a pesquisadora utilizou diversas fontes documentais como a legislação, os projetos definidos pelo MEC, os relatórios de coordenadores da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe, ofícios trocados entre os diversos níveis do sistema educacional sergipano, portarias, além de empreender entrevistas com atores que integraram, em diversos momentos, a equipe da Dite. O trabalho prima-se pela pesquisa exaustiva, pela qualidade que a pesquisadora demonstra no uso das fontes documentais, muitas esparsas e sem qualquer sistematização, a fim de esclarecer o funcionamento e a atuação dessa Divisão bem como as trajetórias dos projetos e programas de implantação das tecnologias no Estado.

A autora aborda a temática através de uma linguagem clara e cativante, sendo que o trabalho prima pela pesquisa exaustiva e pela capacidade que a pesquisadora demonstra de diálogo com as fontes.

Sem pretensões conclusivas, a autora abre perspectivas de estudo para outros pesquisadores que pretendam melhor compreender o cenário educacional dos séculos XX e XXI com a chegada das tecnologias, como a

televisão, o aparelho celular e suas diversas ferramentas, o computador, que ensejaram e vêm ensejando mudanças na cultura escolar e nas práticas educativas. Recomendamos sua leitura aos pesquisadores e educadores atuantes no campo educacional interessados em compreender como essas tecnologias podem contribuir na luta para a construção de uma escola pública democrática, inclusiva, que ofereça um ensino de qualidade.

Convido você, leitora, leitor ou pesquisador, a abraçar este desafio.

**Prof. Dr. Miguel André Berger**

# 1 INTRODUÇÃO

Desde a deposição de Getúlio Vargas da presidência da República e o conseqüente período de redemocratização do Brasil, passando pela criação da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal), na década de 1950, a nação brasileira tem passado por transformações sociais, políticas e econômicas. Essas transformações se evidenciaram na década de 1990 e vêm sendo sentidas até os dias atuais, gerando uma sociedade mais exigente por desenvolvimento, produtividade e competitividade, tornando-se, por parte dos governos, cada vez mais necessário o investimento em políticas públicas na área da educação que atendam à formação e qualificação dos grupos de trabalho na aquisição de novos conhecimentos.

No campo educacional houve uma expansão quantitativa da rede escolar e o discurso por uma educação de qualidade, que tinha no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) um aliado para aprimorar e expandir o ensino do Brasil. Neste sentido, houve o estabelecimento de políticas educacionais que visavam à inserção das TIC no ambiente escolar com a proposta e o discurso de que os recursos tecnológicos iriam contribuir para a melhoria do ensino.

TV na Escola e os Desafios de Hoje foi um dos cursos oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC) via Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, fazendo parte das políticas educacionais para uso das TIC na educação, e foi meu objeto de estudo durante o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NUNES, 2003). O curso foi posto em prática através de parceria entre a Divisão de Tecnologia de Ensino (Dite), a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Na dissertação analisei a implantação do mencionado curso como sendo projeto-piloto em Sergipe, no ano de 2000. O curso TV na Escola e os Desafios de Hoje tinha como proposta a formação continuada de docentes visando capacitá-los para o uso pedagógico de TV e vídeo, em sala de aula. As fontes e os depoimentos revelaram que 50% dos cursistas que se inscreveram tinham consciência da importância do uso das tecnologias na educação, havendo um interesse pelo curso e, principalmente, uma avidez em conhecer mais sobre o uso dos recursos audiovisuais, além da obtenção de aperfeiçoamento profissional. Apenas uma pequena parte, cerca de 10% dos cursistas, alegou a aquisição da titulação, o que invalidou a hipótese de que a certificação fosse o alvo principal de sua inscrição no curso.

A despeito de problemas como tempo de dedicação ao curso, os aparelhos obsoletos e estrutura física das escolas incompatível com a proposta, esse curso teve em seu público-alvo não só a aceitação, mas também a aplicabilidade do que fora aprendido, pois todos os cursistas elaboraram apresentações com o uso das tecnologias para implementarem os conhecimentos adquiridos em suas salas de aula.

Quando da realização deste estudo houve dificuldade de encontrar registro sobre as ações desenvolvidas pela Divisão de Tecnologia de Ensino, o qual permitisse perceber e analisar sua dinâmica como setor responsável pela difusão e implantação dos programas e projetos de uso das tecnologias no âmbito das escolas públicas estaduais e municipais em Sergipe. A falta de um arquivo organizado<sup>1</sup> não permitiu, naquele momento, construir sua história, pois se tratava do setor onde eram materializadas políticas educacionais que mudariam a forma de ensinar.

A ausência de organização dos acervos vem sendo um problema constante para os estudos no campo da historiografia, por serem eles ponto de partida para o fomento de pesquisas que sistematizam e analisam

---

1 A dificuldade de encontrar os documentos foi percebida nos momentos da pesquisa, pois não havia um acervo organizado. Os vários documentos eram guardados em pastas sem o devido tratamento e ficavam num depósito na DITE.



a história das instituições educativas e dos sujeitos que construíram essa história, pois os acervos são “[...] conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas em decorrência do exercício de atividades” (MEDEIROS, 2003, p. 2), e por esta importância devem ter a devida catalogação e guarda.

Outro aspecto que contribuiu para aguçar minha curiosidade acerca da Dite foi o conjunto de produções acadêmicas realizadas por pesquisadores, cujos focos foram ações desenvolvidas na esfera dos programas e projetos em tecnologias na educação, a exemplo do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e do Programa TV Escola.

No Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da Universidade Federal de Sergipe foram encontradas dez pesquisas que fazem referência à Divisão de Tecnologia de Ensino. A concretização do Programa Salto para o Futuro em Sergipe foi pesquisada por Santos (1996). Outra pesquisa foi realizada sobre o Projeto Vídeo Escola, de autoria de Linhares (1997), cujo trabalho trata da Dite através da experiência da implantação da TV e do vídeo. Na mesma linha de trabalho, tendo como foco o Programa TV Escola, encontram-se os trabalhos de Nunes (2003) e Figueirôa (2004).

Em relação ao uso do computador, são seis as dissertações disponíveis no acervo do NPGED/UFS, as quais se debruçam nas ações desenvolvidas a partir do Proinfo no Estado de Sergipe. A proposta de capacitação que acontecia neste programa foi o objeto de pesquisa de Cox (2000) e Jesus (2001). A dissertação de Carvalho (2002) detém-se no papel do docente como articulador e multiplicador do uso do computador nas escolas públicas das redes estadual e municipal. As pesquisas de Malheiros (2005) e Sheilla Conceição (2008) analisam a política de uso dos laboratórios de informática, enquanto Linhares (2008) aborda a aprendizagem colaborativa utilizando o laboratório de informática do Proinfo.

Pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, recentemente implantado (2010), tem-se a pesquisa de Barroso (2011), que faz referência aos dois Núcleos de Tecno-

logia Educacional (NTE) que são acompanhados pela equipe estadual do Proinfo instalada na Dite. No total, foram 11 pesquisas realizadas no Estado que tratavam direta ou indiretamente das ações de implantação, capacitação e acompanhamento realizadas pelos profissionais da Divisão de Tecnologia de Ensino.

Tais pesquisas tiveram focos específicos nas propostas dos programas e projetos para utilização das tecnologias na educação sem, contudo, projetar a Dite como setor que gerenciava a implantação e acompanhamento das políticas educacionais para o uso das tecnologias nas escolas públicas de Sergipe. Surgiu, assim, a necessidade de entender por que os estudos se voltavam para as ações desenvolvidas pela Dite e não para sua existência como responsável pela sistematização e implantação das políticas educacionais voltadas para as TIC, ignorando, por certo, o potencial mediador da Divisão de Tecnologia de Ensino.

Ainda procurando conhecer outros estudos que tivessem pesquisado sobre os setores responsáveis pela implantação das TIC nos estados da Federação, foi realizada, no banco de tese da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pesquisa com o objetivo de detectar estudos que focassem esses setores que implantaram as políticas educacionais de uso das TIC na educação.

Nessa pesquisa foi constatado que os estudos versavam sobre a formação de recursos humanos para trabalhar com as TIC nas escolas, a exemplo do computador e a questão da aprendizagem; o uso da informática nas escolas; políticas públicas de informática aplicada à educação. Dois trabalhos versavam sobre a implantação da informática educativa no Brasil, dedicando parte da pesquisa à explanação de como aconteceu este movimento no Estado, pesquisado através do setor responsável pela implantação das TIC. Entre esses estudos destaca-se o de Albuquerque (1999), que estudou as políticas de informática aplicada à educação, focando na criação e na extinção dos Centros de Informática na Educação no Mato Grosso do Sul, e Reis (2005), que pesquisou a cartografia da informática educativa em Fortaleza, contudo, o foco central não foi a instituição que acompanhava a implantação das TIC.

A análise das pesquisas realizadas em Sergipe contribuiu para a construção de um olhar mais sistemático, voltado, sobretudo, para a Dite como mediadora dos programas e projetos oriundos do Ministério da Educação e sua viabilização no Estado de Sergipe. As pesquisas foram valiosas, pois através delas foi possível traçar uma trajetória de trabalho que me levou a observar analiticamente o contexto da implantação e consolidação das políticas educacionais de uso das TIC no Brasil e em Sergipe, mais especificamente interpretando-as a partir das entrevistas que foram realizadas com pessoas que passaram pela Dite ao longo de sua história. Neste sentido, a composição do caminho percorrido foi de suma importância para catalogação das informações, procurando encontrar semelhanças e disparidades, além de identificar traços particulares da Dite e do momento histórico.

De grande relevância tornou-se, também, atentar para as relações que se estabeleceram entre os indivíduos que participaram da implantação e difusão das TIC na educação no Estado de Sergipe, uma vez que perceber tais relações foi condição *sine qua non* para a construção de um perfil das ideias que pairavam no ambiente educacional e da condução que era dada na operacionalização dessas ideias. Neste sentido, o papel do pesquisador é costurar uma teia na qual o sentido do particular ganhe interpretações com traços que ao pesquisador foram reservados e definidos a partir das escolhas que lhe foram conferidas (VEYNE, 1998).

Considero ainda que o olhar e as ações dos indivíduos se modificam, ora retraindo-se, ora ampliando seu raio de atuação. Partindo do pressuposto de que a história se apresenta como é (VEYNE, 1998), fica então a preocupação com “o olhar”, pois esse deve partir do princípio de que, ao procurar estudar um fato histórico, o pesquisador compreenda que escrever história não é uma tarefa fácil, visto que um trabalho histórico consiste em observar os episódios e reencontrar nesses uma organização que permita conhecer e analisar determinadas ocorrências.

É importante registrar que a pesquisa histórica requer do pesquisador não somente a atividade intelectual, mas também tempo de dedi-

ção, além de capacidade investigativa que pressupõe a articulação de utensílagens mentais, constructos teórico e lógico ao eleger, interpretar e interligar os fatos. Para Veyne (1998, p. 34): “Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e veremos que também não convergem para um geometral de todas as perspectivas”. Com base neste pressuposto, pode-se asseverar que a tarefa do pesquisador na área de história é encontrar a relação entre os fatos e seu contexto. Deste modo, me propus a analisar a criação e atuação da Divisão da Tecnologia de Ensino de Sergipe, tendo como subsídio a História Cultural.

No campo da História Cultural, o olhar do pesquisador estende-se para além do fato. Ele se atém também ao cotidiano, às maneiras de sentir, pensar e agir do “homem no tempo” (BLOCH, 2001). É seu papel dar às ações habituais o tratamento dimensionado pelas relações que existiram entre homem e suas questões. Decorre daí a necessidade de aproximar a História das demais Ciências Sociais, a exemplo da Sociologia, da Antropologia, da Linguística, da Política, dentre outras. Esta aproximação resulta em múltiplas possibilidades de objetos que se afastam da visão da história factual ou mesmo dos aspectos referentes às relações de poder ou econômicas.

Urge nas pesquisas em História o olhar para o outro, atentando para as individualidades preservadas, para a ação do homem no interior das estruturas; e é no movimento da Escola dos *Annales*<sup>2</sup> que o olhar historiográfico ganhou estas dimensões que abrangem as fronteiras culturais e a importância de compreender as práticas e as representações (CERTEAU, 1994; CHARTIER, 1990) dos sujeitos envolvidos nos vários aspectos históricos, procurando desvendar a dinâmica social do outro e suas consequências e (re)escrevendo a história.

Neste sentido, a História Cultural proporcionou um crescimento epistemológico à História da Educação, na medida em que propôs e pro-

---

2 Para conhecimento do movimento dos *Annales* ver BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991.

põe novos objetos, novos métodos, novas fontes e novas interpretações no campo das investigações educacional e escolar. As formas de pesquisar e analisar elementos do cotidiano conduzem a pesquisa em História da Educação a objetos de estudo que até então não tinham sido investigados e/ou apenas tinham sido mencionados a crédito de justificação e descrição, como o uso das tecnologias no contexto social e educacional. Para Souza (2007), os objetos que são incorporados à educação são permeados de sentidos exteriores que vão além dos muros da escola e, que, embora sejam tomados como um pressuposto natural, precisam ser pesquisados, pois a tais artefatos estão vinculadas concepções pedagógicas, saberes e dimensões simbólicas do ambiente educacional.

Foi na perspectiva da História Cultural que a História da Educação ganhou força e redimensionou seus objetos de estudo, procurando, por vezes, perceber no cotidiano da escola, nos recursos utilizados pelos docentes e até mesmo na arquitetura dos prédios escolares, objetos de análise e reflexão que trazem ideias, concepções e conhecimentos do outro, do período vivido e do pensamento recorrente na educação de determinada época.

Um exemplo significativo deste tipo de mudança foi a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas públicas brasileiras; isto é, recursos tecnológicos utilizados nos vários contextos sociais adentraram o universo escolar adquirindo novas significações. Vale observar que não foi apenas a entrada do computador que causou novas adaptações na estrutura física do prédio escolar e de atuação docente, mas, também, muito antes, o quadro negro, o rádio, a televisão, dentre outros meios de informação e comunicação.

Tais tecnologias ensejaram mudanças na cultura escolar das instituições de ensino, pois seu ingresso representou mais do que o aparelhamento da escola; representou uma reorganização e capacitação por parte dos professores e demais educadores e outras formas de aprendizagens por parte dos alunos. Por certo, ao introduzir estes recursos, exigiu-se dos educadores o desenvolvimento de outras competências, embora muitas vezes

essas tenham sido limitadas por uma estrutura física inadequada e inconsistente. Daí as críticas e o imperativo de outras mudanças nas estruturas físicas, na prática pedagógica e nas representações dos atores escolares.

Neste sentido, é importante perceber que a prática pedagógica não deve ser entendida apenas como o ato de instruir os alunos e o olhar que é dado pelo docente na condução da aprendizagem. Em conformidade com Souza (2007), pode-se dizer que os recursos materiais utilizados no processo educacional, sejam esses as lousas, os cadernos, a arquitetura do prédio, os objetos escolares, dentre outros, desempenham papel relevante para se entender as práticas pedagógicas de cada momento histórico. Ressalta ainda que “[...] o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condição históricas” (SOUZA, 2007, p. 177).

Observando a importância dos objetos materiais e como esses foram sendo utilizados pela escola, percebe-se que ao longo da história a escola foi incorporando recursos que eram da vida social extramuros, a exemplo da televisão, do computador, do aparelho de DVD, dentre outros, e da utilização desses recursos a serviço da educação. Isso pressupõe que tanto os recursos como o uso que se foi dando a eles foram construídos e adaptados para o ambiente escolar, exigindo-se, por certo, outras formas de conceber educação.

A preocupação em atender às demandas pela qualificação dos trabalhadores incentivou o Governo Federal, através do Ministério da Educação, desde a década de 90 do século XX, a implantar políticas públicas na área da Educação através de programas e projetos para a utilização das tecnologias. Entre esses se destacam o Programa Nacional de Informática (Proinfo), TV Escola, Rádio Escola, DVD Escola e, mais recentemente, Um Computador por Aluno (UCA), os quais compuseram parte das propostas do Governo Federal para a Educação.

Para o acompanhamento das ações de implantação e desenvolvimento dos programas nacionais com o uso das TIC no contexto educacional,

cada estado brasileiro passou a assumir novas responsabilidades, as quais ensejaram a formação de equipes de especialistas e a criação de setores específicos na Secretaria de Estado da Educação que seriam responsáveis pela capacitação, assessoria e acompanhamento desses programas e projetos em nível local, e foi assim que Sergipe criou a Dite no ano de 1994.

A Divisão de Tecnologia de Ensino foi vinculada até o ano de 2010 ao Serviço de Ensino Fundamental, que, por sua vez, está subordinado ao Departamento de Educação (DED), uma das instâncias da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (Seed), setor que, dentre outras funções do Governo do Estado, executa as orientações do Ministério da Educação. Atualmente encontra-se subordinada à Coordenação de Informática (Codin) na Seed.

As políticas educacionais, cujo foco são os recursos tecnológicos, permitiram analisar como a instituição, que atuou na difusão e implantação dos programas e projetos, lidou com as mudanças de cotidiano devido à implantação, apropriação e representação desses recursos, que foram, gradativamente, inseridos nas escolas públicas. Tal fato histórico permitiu conhecer as ações da Dite na difusão e inserção das tecnologias na educação nas escolas públicas sergipanas.

Para Chartier (2002, p. 31): “A tarefa primeira do historiador é resgatar essas representações, em sua irredutível especificidade, sem recobri-las com categorias anacrônicas”. Meu desafio, portanto, foi apurar o olhar em relação às fontes, o qual passou, necessariamente, pela delimitação do que se pretende pesquisar.

Coube-me, portanto, dedicação, foro investigativo e cuidado com o trato das fontes e dos testemunhos dessa história, sem deixar de lado o fato de que tais procedimentos, por si sós, não permitem a compreensão do passado; apenas legitimam o pesquisador. Parafraseando Veyne (1998, p. 67): “Escrever história é uma atividade intelectual” e “o esforço do trabalho histórico consiste, justamente, em reencontrar essa organização...” (VEYNE, 1998, p. 41). Em suma, é o intelecto do historiador, arquiteto

do passado, que torna as fontes inteligíveis, que as ordena e as interpreta. No entender de Stephanou (2005, p. 417), “[...] o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia”.

É importante ao pesquisador resguardar a ideia de que não existe uma só realidade passada, mas quantas forem possíveis de ser interpretadas e analisadas. Cabe a ele estabelecer os critérios para julgar, selecionar e analisar as fontes, sejam documentos oficiais, não oficiais, testemunhos orais, artigos de jornal, um prédio, uma mobília, dentre tantas outras fontes que compõem o arsenal de uma história cultural.

No caso específico da história da Dite, foi quanto ao fato de ser um objeto de estudo de vida recente que o olhar apurado e as interpretações consistentes foram imprescindíveis, haja vista que as fontes podem contemplar ações não acabadas e solidificadas enquanto materialização do domínio social e/ou ainda permitir exposição de situações atuais que refletem no cotidiano dos atores sociais. Para tanto, é preciso exercitar o olhar para o objeto pesquisado, posicionando-se diante dos fatos, das fontes e dos imprevistos (falta ou excesso de fontes, o silêncio delas, de experiências).

Neste caso, o importante não é a audácia da cogitação, mas se a reflexão é procedente e concebível. Ao me propor caminhar com o olhar do historiador da cultura, foi-me inevitável conhecer a trajetória dos padrões de cultura de uma determinada época, que, por sua vez, leva a vários trajetos, embora sejam a postura do pesquisador e suas escolhas que constituem a lente e o lugar do qual partirá para o tratamento das fontes. Segundo Chartier (2002, p. 102): “O que determina as escolhas dos historiadores (no recorte dos objetos, na preferência dada a uma forma de trabalho, na eleição de um modo de escritura) é muito mais o lugar que eles ocupam na instituição de saber do que o prazer de sua subjetividade”.

Por entender que o acontecimento histórico não está acabado, a importância das escolhas se torna ainda mais difícil. Inicialmente, são essenciais a escolha precisa do objeto que se pretende estudar, do marco tem-



poral, do objetivo, da metodologia aplicada, do referencial teórico e dos conceitos de análise.

Estas constatações levaram-me a formular a seguinte problemática investigativa: Como foi criada e consolidada a Divisão de Tecnologia de Ensino, responsável pela difusão e implantação de programas e projetos de tecnologias na educação nas escolas públicas sergipanas?

A hipótese levantada é a de que, a despeito das condições apontadas nas dissertações do NPGED/UFS e PPED/Unit que abordaram a Dite como objeto de estudo de forma direta ou indireta, e nos relatórios que constavam no acervo que narravam as dificuldades do setor, a criação e a consolidação da Dite favoreceram na disseminação e execução das políticas educacionais que lhe foram atribuídas, sendo essa Divisão a difusora das TIC nas escolas públicas de Sergipe.

O objetivo que orientou esta pesquisa foi interpretar a criação, a consolidação e as ações da Dite na difusão e inserção das tecnologias na educação nas escolas públicas do Estado de Sergipe. Para tanto, os limites cronológicos propícios à investigação foram delimitados entre 1994 e 2007. O ano de 1994 foi escolhido por ser o marco de sistematização, com maior ênfase, das políticas educacionais para o uso das tecnologias na educação; e 2007 por ser o ano em que os programas e projetos que envolvem as TIC foram redimensionados, ou melhor, alguns desses foram integrados, não mais agindo isoladamente na aplicação das ações.

Esse período marcou a história da educação brasileira pela intensa implantação de políticas educacionais destinadas ao uso de recursos tecnológicos no âmbito das escolas públicas, provenientes de mudanças do Estado Neoliberal. Castanho (2003) ressalta que as mudanças no sistema educacional provenientes de políticas públicas envolveram a formação de professores, o uso de tecnologias, a avaliação institucional, dentre outros objetos, e que dizem respeito à adequação do sistema educacional às novas demandas do processo de acumulação capitalista, com a redefinição do papel do Estado. Considero ainda que essas políticas educacionais para o uso das TIC con-

tribuíram e impulsionaram as reformas desejadas para o sistema capitalista.

Para exame das fontes foram adotadas como principais categorias de análise os conceitos de apropriação e representação de Roger Chartier, os quais contribuíram para a compreensão das relações existentes entre os sujeitos sociais, neste caso os profissionais que atuaram na Divisão de Tecnologia de Ensino, e suas ações executadas no âmbito do setor para a implantação e difusão das TIC nas unidades escolares.

Em conformidade com Chartier (2002), pode-se entender que os profissionais que atuaram na execução das políticas educacionais para o uso das TIC no cotidiano da escola apropriaram-se das orientações dos programas e projetos à sua maneira, de acordo com suas experiências e conhecimentos já adquiridos, e puseram em prática suas representações, de acordo com o espaço e o grau de autonomia de que desfrutavam.

Para análise das políticas educacionais destinadas à implantação das TIC que se materializaram através da Dite, respaldei-me na ótica de Justino Magalhães (2004), teórico e estudioso das instituições educativas, para o qual:

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Como a materialização das políticas educacionais para o uso das TIC dá-se através da Dite, concebê-la como instituição educativa me permitiu entender as interações que fluíam do setor administrativo e se concretizavam no domínio da escola. Assim, entender a Dite como instituição educativa fez-se imprescindível para perceber que ela produziu uma representação oficial que se traduz em forma de relatórios e acompanhamento das demandas solicitadas, além de materializar, representar e apropriar-se de concepções que foram compartilhadas com os membros da sociedade.

Outro aspecto que também se faz importante apreender são as re-

lações que se estabeleceram entre os indivíduos que participaram da implantação e divulgação das TIC na educação, pois assim se tornou possível compor um discurso das ideias que pairavam no ambiente da Dite e da condução que era dada às ações efetivas. Segundo Magalhães (2004, p. 62): “À noção de instituição corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização - totalidades em organização”. Desta forma, procurou-se perceber a Dite como instituição educativa que traz à memória um contexto social permeado de intervenções políticas e econômicas.

Para escrever a história da Divisão de Tecnologia de Ensino no período de 1994 a 2007, uma vasta documentação, constatada no acervo da Dite e da Secretaria de Estado da Educação, envolvendo projetos, relatórios, boletins, cartilhas, propostas de trabalho, decretos, contratos, ofícios expedidos e recebidos, comunicações internas e minutas, foi analisada. Produções acadêmicas que versavam sobre o trabalho com as TIC no Estado e envolviam o acompanhamento da Dite também fizeram parte do estudo e depoimentos. A pretensão deste trabalho foi buscar, nesta triangulação das fontes, subsídio para a interpretação do objeto de estudo.

Nesse acervo detectei documentos como portarias, contratos, ofícios expedidos e recebidos, comunicações internas, ofícios circulares, relatórios, solicitação de viagens para cursos no e fora do Estado, cronogramas de trabalho, organogramas, orientações de como montar os recursos tecnológicos, conteúdos dos cursos ministrados, folders de eventos, orçamentos de propostas de capacitações, listas de funcionários, atestados, declarações e prestações de contas que foram revelando a Divisão de Tecnologia de Ensino e ajudando a compor sua trajetória. Neste sentido, procurou-se compreender os documentos como produto direto das ações da sociedade e do grupo que pretendia colocar em prática as ideias recorrentes da política educacional para uso das TIC.

Com tantos documentos para análise surgiu o segundo desafio: cuidar da seleção daqueles que fariam parte do estudo. Os documentos

ganham vida nas mãos do historiador e tendem, ou não, à finalidade de se tornar testemunhos de uma determinada época. Por isso teve-se o cuidado de problematizar os documentos e estabelecer critérios de análise e interpretação. Esse momento permitiu um olhar focado do objeto de conhecimento e objetivo da pesquisa e na sensibilidade de perceber como determinadas ações e pessoas estavam relacionadas com a trajetória da Dite. Essa seleção ganhou o sentido de provas que ajudaram a interpretar o período em que se estabeleceram as políticas educacionais para uso das tecnologias na educação e como aconteceram as apropriações e representações em nível local através dos profissionais que executavam as políticas de utilização das TIC em Sergipe.

Após seleção e análise dos documentos, passei a conhecer os diferentes atores que fizeram parte da Dite; nesse segundo momento passou-se à escolha e contato com os selecionados que participariam da entrevista.

A Divisão de Tecnologia de Ensino contou com a atuação de mais de 30 profissionais durante os anos de 1994 a 2007, conforme registro nos documentos. Com base neste levantamento, procedeu-se à escolha dos depoentes a partir de uma classificação por função, tempo de lotação no exercício da atividade profissional e vestígios de relevância que foi possível perceber. Sobre este último aspecto, Julia (2001, p. 19) comenta que “[...] as fontes podem ser encontradas se temos a tenacidade de ir procurá-las”. E foi na procura dos silêncios, do escrito e lacunas que foi traçado um caminho a ser percorrido na seleção das pessoas que participariam desta investigação.

A amostra foi composta da seguinte forma: um Secretário da Educação com maior tempo no exercício do mandato, tendo em vista a convivência por mais tempo no processo e ter participação relevante no processo de recepção dos programas e projetos para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Estado; dois diretores do Departamento de Educação (DED), órgão que sediava a Dite na Secretaria de Estado da Educação, neste caso optou-se pelo diretor que acompanhou o início

do Centro de Informática Educativa (Cied), e o diretor que acompanhou a criação da Dite; quatro chefes responsáveis pela coordenação da Dite, nesta escolha priorizou-se o primeiro chefe da Dite e o chefe que estava no comando do setor no ano de 2007, que faz parte do marco temporal da pesquisa, e os dois outros por ocuparem este cargo por mais de dois anos; os dois participantes iniciais do Cied no Estado tendo em vista sua relevância na trajetória histórica das tecnologias em Sergipe; dez coordenadores dos programas e projetos desenvolvidos no Estado que foram escolhidos tendo como parâmetro o tempo mínimo de um ano no exercício na função; um profissional da Coordenação de Informática (Codin) da Secretaria de Estado da Educação, haja vista que este setor trabalhava em parceria com a Dite, responsabilizando-se pela implantação e estrutura dos espaços que iriam receber os recursos tecnológicos nas escolas públicas; e oito profissionais que atuaram na Dite por mais de dois anos e foram responsáveis pela execução de atividades relacionadas aos programas e projetos.

Este conjunto de profissionais foi inicialmente contatado presencialmente ou através do correio eletrônico para verificar sua disponibilidade de contribuição na pesquisa. Dos 28 selecionados, foi possível contar com a colaboração de 23 profissionais.

Os depoimentos foram de grande importância para entender a criação e a trajetória da Divisão da Tecnologia de Ensino, sendo que a cada narrativa, novos fatos emergiam completando situações, trazendo novos olhares, ajudando a compor uma identidade para a Dite e permitindo buscar na memória acontecimentos e as emoções daqueles que viveram experiências naquele espaço de trabalho. Compartilho das colocações de Stephanou (2005, p. 420), que diz: “A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas”. Houve momentos em que as narrativas dos depoentes traziam lágrimas, indignação, anseios, receios, silêncios, frustrações, expectativas, alegrias, risos e pausas. Para favorecer o sigilo, optou-se em utilizar um

modelo de identificação tomando como base o local de trabalho, função e número do entrevistado. Deste modo, foi possível estabelecer uma compreensão do lugar que estava falando o depoente, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - População da amostra para pesquisa e dos critérios de terminologia para identificação dos depoimentos

Função	Amostra Pretendida	Amostra Final	Terminologia de Identificação na pesquisa
Secretário de Educação	01	01	Seed/1
Diretor do Departamento de Educação	02	02	DED/1 e DED/2
Participante do Cied	02	01	Cied/1
Chefes da Dite	04	04	Dite/Chefe/1 ou 2,3,4
Coordenador de Programa e Projetos da Dite	10	08	Dite/Coord/1 ou 2,3,4,5,6,7,8
Participante Codin	01	01	Codin/1
Técnicos da Dite	08	06	Dite/Técnico/1 ou 2,3,4,5,6
Resultado	28	23	

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base nos critérios de seleção para a pesquisa.

O depoimento oral foi um recurso metodológico de coleta importante para apreender, por meio dos profissionais que executaram função na Dite, as práticas possíveis de serem executadas por meio das políticas educacionais dos programas e projetos e as circunstâncias em que foram implantadas. Faz-se necessário pontuar que o depoimento preencheu lacunas que foram silenciadas nos documentos.

Além da documentação e das entrevistas, outra fonte foi o levantamento bibliográfico das produções acadêmicas que versavam sobre ações desenvolvidas pelos programas e projetos que eram acompanhados pela Dite. Este trabalho culminou na catalogação de 11 produções acadêmicas

sobre a Dite, contribuindo para realizar a triangulação entre os dados contidos nos documentos e nas entrevistas, tecendo uma rede de conexões que permitiu creditar à Dite o papel de disseminadora da cultura escolar de uso das TIC na educação em Sergipe.

O presente livro está estruturado em três partes. Na primeira parte, intitulada *As transformações técnico-científicas e econômicas e as políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação*, analiso as transformações técnico-científicas na sociedade, procurando compreender o papel do Estado e da economia, bem como dos organismos internacionais na orientação das políticas educacionais para o uso das TIC no Brasil.

Na segunda parte examino o processo de materialização das políticas educacionais em Sergipe voltadas para o uso das TIC nas escolas públicas, indo ao contexto educacional sergipano e apresentando o movimento da Dite dentro da Secretaria de Estado da Educação.

Na terceira parte, intitulada *Dite: concretização e difusão das TIC em Sergipe*, é feita uma análise triangular, onde examino três itens: a implantação e consolidação dos programas e projetos em nível nacional e local; as ações empreendidas para a formação dos recursos humanos no Estado para trabalhos com as TIC e as produções acadêmicas que pesquisaram e versavam sobre a Dite. A proposta triangular facilitou a percepção da difusão das TIC no contexto sergipano, revelando aspectos que estavam relacionados à implantação e consolidação das políticas educacionais para uso das TIC em Sergipe.

Por fim, nas considerações finais apresento o resultado das análises que me levaram a afirmar a Dite como uma instituição educativa que, por meio de uma cultura escolar de uso das TIC e de suas apropriações e representações, solidificou-se através das suas ações no âmbito das escolas públicas de Sergipe.

## **2 AS TRANSFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E ECONÔMICAS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

A busca pelo entendimento e informação das políticas educacionais de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na década de 1990 é um ensaio de enxergar as intencionalidades produzidas na época, bem como os fatos que a antecederam, não cabendo julgar o que foi lícito ou não. Detectá-las, descrevê-las, interpretá-las e analisá-las são ações mais próximas do ato historicizar.

As propostas das políticas educacionais da década de 90 do século XX e o discurso no domínio econômico permitiram compreender as pretensões políticas do decênio pesquisado e identificar não só aquilo que está escrito, mas também o que não está dito, o silêncio, o esquecimento. Compreender os aspectos econômico, societal e educacional da época pesquisada é importante para identificar os indícios deixados no passado, os quais se projetam no futuro.

Esta parte tem como foco investigar as políticas educacionais para uso das tecnologias na educação, reportando ao contexto técnico-científico da sociedade e economia da época. Para esta discussão, o desenvolvimento tecnológico, os aspectos econômicos inerentes à globalização e a institucionalização de políticas educacionais, na visão dos organismos internacionais, foram tratados a partir do olhar dos autores selecionados.

Neste sentido, é imprescindível esclarecer a opção por dois termos que



foram recorrentes ao longo do texto: sociedade do conhecimento e Tecnologias da Informação e Comunicação. Tal fato se faz relevante, pois a escolha desses termos indica a concepção teórica sob a qual este trabalho foi construído.

A sociedade atual, ao longo das duas últimas décadas do século XX, foi definida por Castells (1999), Chesnais (1994) e Schaff (1990) como: sociedade do conhecimento, sociedade globalizada, sociedade tecnológica, dentre outras. Neste trabalho, o termo sociedade do conhecimento foi escolhido pelo entendimento de que o conhecimento atualmente assume um papel de destaque no âmbito da sociedade em que vivemos, sendo eixo central da atividade produtiva neoliberal. A escolha do termo sociedade do conhecimento teve como referência Castells (1999), que afirmava que a penetrabilidade da tecnologia da informação iria afetar a sociedade em toda a esfera das atividades humanas, remodelando as comunidades em ritmo acelerado, gerando novas relações entre economia, Estado e sociedade, inclusive alterando a geopolítica global e reestruturando o capitalismo. Já para Schaff (1990), esta nova sociedade baseada no conhecimento e na tecnologia traria a capacidade de retenção, processamento e transmissão de informação, que contribuiriam para a maior produtividade econômica, do poder político e da inserção social.

Sobre o segundo termo, por escrever sobre políticas públicas para o uso das tecnologias e compreender que essas políticas fizeram uso de vários recursos tecnológicos, optou-se pelo termo Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), percebendo-o como um conjunto de recursos tecnológicos que se constituem como respostas às necessidades de informação, comunicação e interação do ser humano nos ambientes social, econômico e cultural, permitindo cooperar, colaborar e interagir com a sociedade em tempo e espaço mediados pelas tecnologias. Para Belloni (2001, p. 20), “[...] as TIC são o resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas”.

Estando clara a opção pelos termos sociedade do conhecimento e TIC, destaca-se que as investigações e análises em relação às políticas pú-

blicas, cujas referências são as Tecnologias da Informação e Comunicação, trouxeram à cena o que se passava na época, permitindo entender as estratégias de consolidação das TIC na sociedade via educação. Autores como Lima (2007), Castro (2001), Gentili (1995; 1996; 1998), Kuenzer (2001), Boneti (2007) e Pereira (1997) foram utilizados para análise.

Foi importante ainda compreender a usabilidade das TIC na esfera da educação, uma vez que tal entendimento propõe-se a tratar do capitalismo tendo foco no processo de globalização e suas interfaces na sociedade, trazendo as orientações dos organismos internacionais para a área da educação, além de perceber as transformações que resultaram da implementação de políticas públicas no setor educacional. Para tanto, foi necessário perceber os avanços técnico-científicos considerando seu movimento e sua influência na organização da sociedade. Autores como Hobsbawm (1995), Imbernón (2000), Libâneo, Oliveira e Toschi (2008), Moraes (1993), Valente (1998), Schaff (1990), Lima (2007) e Castro (2001) foram referências.

## **2.1 Transformações técnico-científicas na sociedade**

Autores como Castells (1999), Schaff (1990), Hobsbawm (1995) e Imbernón (2000) afirmam que as transformações técnico-científicas tiveram participação direta nas transformações ocorridas em vários âmbitos sociais, a exemplo da economia e da política. Esta posição apresenta um determinismo tecnológico, dando a entender que apenas as transformações da ciência e da técnica foram as precursoras das mudanças na sociedade. Contudo, as transformações técnico-científicas também podem ser entendidas como resultado da ação humana na sociedade, como sendo frutos de movimentos que foram realizados ao longo da história em relação às pesquisas, investimentos, melhoria da qualidade de vida, domínio da ação do homem em relação à natureza etc. Independentemente da

posição que se tome sobre o assunto, não se pode negar a influência das descobertas técnico-científicas na sociedade.

Para compreendermos os movimentos que foram realizados com as transformações técnico-científicas, Libâneo, Oliveira e Toschi (2008) apresentam as principais características de cada revolução e como essas contribuíram para formar um perfil de sociedade através dos avanços das épocas.

A primeira revolução científica e tecnológica nasceu na Inglaterra e esteve vinculada ao processo de industrialização, tendo sido caracterizada pela evolução da tecnologia aplicada à produção de mercadoria, da utilização do ferro como matéria-prima e, principalmente, pela substituição da força humana pela energia e máquina a vapor. Tal evolução criou condições objetivas de passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial. Essa primeira revolução aumentou a concentração do capital e o seu domínio sobre o trabalho e apresentou a necessidade de qualificação por parte dos trabalhadores, além de adaptá-lo ao controle do tempo, da disciplina, da fiscalização e à concentração no processo de produção, o que interferiu na organização da sociedade.

A segunda revolução científica e tecnológica que se inicia na segunda metade do século XIX caracteriza-se pelo surgimento do aço, da energia elétrica, do petróleo e da indústria química e pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. As mudanças advindas dessa revolução trazem um sistema de produção em massa, o que amplia a organização e a gerência do trabalho no processo de produção, proposta defendida por Taylor e Ford. A nova visão do trabalho fixa-se na linha de montagem, promovendo a padronização das ações. Neste ambiente de mudanças configura-se outro perfil de trabalhador e sua relação com a sociedade.

A terceira revolução científica e tecnológica iniciou-se na segunda metade do século XX e tem como base o desenvolvimento da eletrônica, microbiologia, novas formas de energia, robótica, tecnologia digital, microprocessadores, fibra ótica, chips, dentre outros. Para Belloni (2001), três fenômenos são frutos dessa revolução: a miniaturização, a digitalização e

a difusão das redes telemáticas. A ciência e a tecnologia são transformadas em matérias-primas, e os meios de transportes e comunicacionais passam por um processo de aceleração e acontece a chamada revolução informacional (LIMA, 2007). Há o aumento da escala de produção, que passa a ser automatizada, autocontrolável e autoajustável por meio da informatização.

É um novo movimento histórico que se estabelece, trazendo novas formas de organização do trabalho e no âmbito da política, outra definição de atuação do Estado. Contribuindo para esta nova forma de perceber e de se reorganizar a sociedade encontram-se as mudanças técnico-científicas responsáveis pela reestruturação da economia mundial. Segundo Lima:

[...] é a expansão das TIC, responsáveis pela transformação profunda dos processos de trabalho, da organização da empresa capitalista, das relações interempresariais de todos os tipos, das estruturas de comercialização, dos mercados financeiros, enfim, de toda a estrutura econômica mundial. (LIMA, 2007, p. 35).

O desenvolvimento das TIC termina por criar outras formas de trabalho e de relacionamento na sociedade regida pela produção do conhecimento. Os recursos tecnológicos e sua usabilidade dependem de uma mão de obra mais qualificada. Fazem-se então urgentes outras formas de lidar com habilidades cognitivas advindas da interação homem/máquina, além de comportamentos adequados para lidar com as Tecnologias da Informação e Comunicação.

Nesse contexto de mudanças destaca-se ainda que, pelo fato das TIC propiciarem interação e um trabalho colaborativo, surge a intensificação de um trabalho em equipe, com o cuidado de gerenciar processo e compreender os fluxos de tramitação do trabalho. Assim, o novo profissional deve ter habilidades conceituais, lógicas e de operacionalização de instrumentos (DELORS, 2003); tendo suas capacidades intelectuais de ação ampliadas.

Neste sentido, para sobreviver na sociedade do conhecimento e integrar-se ao mercado de trabalho do século XXI, consideram-se importantes novas capacidades. Segundo Belloni (2001, p. 22), as capacidades são:

[...] autogestão (capacidade de organizar seu próprio trabalho), resolução de problemas, adaptabilidade e flexibilidade frente a novas tarefas, assumir responsabilidades e aprender por si próprio e constantemente, trabalhar em grupo de modo cooperativo e pouco hierarquizado. (BELLONI, 2001, p. 22).

Percebe-se que parte dos itens listados por Belloni são sugeridos devido ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, as quais ampliaram espaços de atuação e possibilitaram outras formas de trabalho, além de influenciarem diretamente a sociedade e sua relação com o modo de produção. Estas mudanças exigiram outros saberes e fazeres. Sobre isso, Charlot (2000; 2005) coloca que se apropriar do saber e construir competências é fundamental para mobilizar conteúdos e conseqüentemente interagir em atividades determinadas. Charlot (2005, p. 58) afirma ainda que: “Toda relação com o saber (com o aprender) é também relação com o mundo, com os outros e consigo. Não existe saber (de aprender) se não está em jogo a relação com o mundo, com os outros e consigo”.

A sociedade do conhecimento, influenciada pelas transformações das Tecnologias da Informação e Comunicação, requer novas capacidades e conseqüentemente novas formas de se reorganizar o Estado, que precisa repensar sua atuação em face dos acontecimentos políticos e econômicos e rever seus investimentos em políticas sociais, em especial na educação.

## 2.2 O papel do Estado e da economia

Para entender o papel do Estado no âmbito da sociedade do conhecimento, principalmente no Brasil, faz-se necessário antecipar alguns pontos relevantes que permitiram perceber como aspectos econômicos estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento estatal e à aplicação de políticas públicas.

Até meados de 1970, o paradigma que se tinha de Estado estava relacionado ao “Estado do Bem-Estar Social”, ou *welfare state*. Esta concepção de Estado enquadrava-se numa perspectiva intervencionista, cujos aparelhos de Estado po-

diam ser usados para promover a mudança estrutural da sociedade, agenciando o seu desenvolvimento. Nesse período, segundo Castro (2001, p. 13), “[...] revigorava a política do pleno emprego e de ampliação dos direitos sociais”.

O Estado do Bem-Estar Social foi o interventor, regulador, organizador e planejador da economia, garantindo o acesso ao emprego, à educação e à saúde. Era também difundido o acesso de todos a serviços e benefícios sociais (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2008). Porém, a partir de 1970, surge uma crise no cenário internacional, fruto do esgotamento do modelo do Estado intervencionista, sendo assim preciso desencadear política de ajuste estrutural.

A crise internacional que aconteceu na década de 70 do século XX possibilitou ao capitalismo encontrar outros caminhos de atuação, fato percebível diante das várias formas a que o capitalismo teve de adequar-se para se manter como hegemonia. Neste sentido, o Estado intervencionista procura realizar reformas estruturais e redimensionar as atribuições do Estado com medidas de redução dos gastos. Segundo Castro:

Em decorrência dessa crise no final de século, a sociedade experimenta um vertiginoso processo de mudança, provocado pelo avanço tecnológico, globalização da economia, novos padrões de organização do trabalho e no campo político, uma nova redefinição do papel do Estado. (CASTRO, 2001, p. 15).

A crise possibilitou a reestruturação dos modelos econômicos que tentavam responder à nova sociedade que surgia, tendo as configurações da economia internacional como foco a ser atingido. Os anos de 1970 e 1980 testemunharam o avanço do ideário neoliberal em detrimento do Estado intervencionista. As ideias liberais tinham a proposta de restringir a ação do Estado, que foi acusado de inflacionar a economia através de políticas sociais e de acelerar a inflação e de não apresentar crescimento econômico.

A supremacia do pensamento neoliberal não ocorreu de forma igual em todos os países. A Inglaterra, com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, possibilitou a difusão do neoliberalismo, procurando resolver os problemas da

crise internacional oriunda do Estado do Bem-Estar Social e objetivando, principalmente, reduzir o custo do aparato estatal e o dos programas governamentais. O Estado Inglês foi seguido pelos Estados Unidos, na gestão do Presidente Ronald Reagan, entre 1980 a 1989. A partir daí, o ideário neoliberal espalha-se por outros países, propondo reformas econômicas. Para o discurso neoliberal, era necessário um Estado forte, e segundo Castro (2001, p. 43), “[...] com ações reduzidas e controladas pela economia de mercado”. Verifica-se que o novo papel tracejado ao Estado foi o de promover o desenvolvimento econômico, fazendo uso do controle de mercado, tendo a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços como foco a ser perseguido (GENTILI, 1996; KUENZER, 2001).

Neste sentido, eram imprescindíveis programas de ajustes e reformas. Estas foram orientadas pelo Consenso de Washington<sup>3</sup>, que defendia o pressuposto neoliberal e recomendava políticas econômicas que foram aplicadas nos países latino-americanos em desenvolvimento e tinham por meta a realização da estabilização econômica e o pagamento da dívida externa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Nesse contexto de mudanças e orientações, o FMI e o Banco Mundial passam a atuar num sentido mais amplo; isto é, além dos investimentos realizados para o desenvolvimento das nações (agricultura, industrialização dos países, setores de energia, telecomunicações e outros), passam a definir políticas para os países em desenvolvimento que garantissem o retorno dos seus investimentos, utilizando-se de indicadores e objetivos a serem alcançados, propondo ações e atuando na delimitação da lei de mercado.

Esse é o momento do capitalismo concorrência global, também cha-

---

3 O Consenso de Washington nasceu em 1989 numa conferência do Institute for International Economics, em Washington. Na ocasião da conferência foi listado um conjunto de medidas políticas pelos Estados Unidos para o enfrentamento da crise econômica dos países da América Latina. Na obra de GENTILI, Pablo. **A falsificação do Consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, encontram-se cinco ensaios que analisam as políticas neoliberais e seu impacto no campo educacional na América Latina.

mado de capitalismo flexível ou neoliberalismo de mercado, que pregava um Estado mínimo e economia de mercado, cuja ordem econômica era determinada pelas corporações mundiais, a qual pregava a globalização. Sobre a globalização, Zanardini (2008, p. 60) registra: “[...] podemos associá-la à universalização das atividades econômicas, sociais e culturais... referenda uma determinada inserção econômica, política e social de todos os países no mercado internacional, nas trocas econômicas, políticas e sociais”. Verifica-se que o discurso deixou de ser a favor do desenvolvimento econômico, focado na dinâmica do sistema da indústria, passando a ser o da negação do crescimento da miséria, com foco nos serviços, especialmente os que têm relação direta com as tecnologias. De acordo com Zanardini (2008, p. 59): “Com o abandono das promessas de que todos os países chegariam a um alto consumo de massas, o discurso do fim da pobreza cede lugar ao alívio desta”. Sobre a globalização Bolanõ (1999) coloca que ela é entendida como um movimento do capital, que aparece sob a bandeira do neoliberalismo, que esconde mudanças estruturais profundas na sociedade.

Diante desse contexto, o Estado brasileiro propõe-se a reformar sua política econômica com base no reordenamento do desenvolvimento capitalista, e em 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare)<sup>4</sup>,

---

4 Ao Mare caberia cuidar das políticas e diretrizes para a reforma do Estado; política de desenvolvimento institucional e capacitação do servidor, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; reforma administrativa; supervisão e coordenação dos sistemas de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; modernização da gestão e promoção da qualidade no setor público; e desenvolvimento de ações de controle da folha de pagamento dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipéc). Ele foi extinto em 1999, pela medida provisória nº 1.795/99. O decreto presidencial nº 2.923/99 transfere para o então Ministério do Orçamento e Gestão, atual Ministério do Planejamento, as atribuições que eram do Mare. Informações pesquisadas em PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos Mare da reforma do estado; v. 1).



que se propunha a cuidar das políticas e diretrizes para a reforma do Estado, dando início à Reforma Gerencial do Estado Brasileiro. Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado<sup>5</sup>:

[...] o Estado assumia a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais e crescia em dimensão, foi se percebendo que os custos dessa defesa podiam ser mais altos que os benefícios do controle. Por isso, neste século, as práticas burocráticas vêm sendo substituídas por um novo tipo de administração: a administração gerencial. (BRASIL, 1995, p. 14).

A visão gerencial é apresentada:

[...] resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior. A eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. (BRASIL, 1995, p. 16).

Observa-se no documento a defesa da Reforma do Estado e a necessidade de adequação de controles que apresentassem resultados em ações. Tais mudanças significariam a introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas. Era um Brasil disposto a se inserir no mundo concorrencial do mercado.

---

5 No site <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>> encontra-se todo o documento para pesquisa e conhecimento, além de levantamento estatístico da situação do Brasil na época.

## 2.3 As orientações dos organismos internacionais para educação

O item anterior reportou-se ao papel do Estado e à forma como a economia esteve intrinsecamente envolvida nas propostas de orientação de mudanças para os países em desenvolvimento. Estas orientações não surgiram aleatoriamente, mas foram definidas por órgãos internacionais, que, diante das crises econômicas vivenciadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 do século XX, entraram com proposta de ajuste e redirecionamento do capital.

No âmbito das decisões econômicas percebe-se que há um direcionamento para o atendimento ao crescimento do capital. Para tanto, o eixo educação foi utilizado como fator primordial. As instâncias superiores de concentração de poder, neste caso os países ricos, conhecidos como G7, grupo dos sete países mais industrializados do mundo (Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália), tiveram influência direta na forma ordenadora e controladora desta política global, mostrando que não foi apenas no aspecto econômico que teve preeminência. Sua influência foi notória no estabelecimento de diretrizes postuladas por sua estrutura executiva, através dos órgãos internacionais que atuaram e atuam nos aspectos econômicos: Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt); políticos: Organização das Nações Unidas (ONU) e Conselho de Segurança; sociais: Organização das Nações Unidas (ONU), Assembleia Geral, Secretaria Geral, Corte Internacional de Justiça, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT); e militar: Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2008, p. 83), a atuação das estruturas executivas através dos organismos internacionais conseguiu:

- a) Atender aos interesses do capital transnacional; b) Controlar os riscos da sociedade global; c) Instalar um sistema de rápida advertência aos mercados emergentes de países do terceiro-mundo; d) Impor uma hierarquia de ordem transnacional; e, e) Implementar as políticas neoliberais nos países terceiro-mundistas e disseminar a visão de mundo neoliberal, de uma sociedade regida pelo livre mercado.

Diante disso, reformas foram orientadas para ajustar os sistemas de ensino dos diversos países ao novo paradigma econômico, que presumia o aumento da produtividade e a inserção dos países no mundo globalizado. Na esfera educacional, os organismos internacionais, como Unesco, Banco Mundial, e, no caso da América Latina, a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal), terminaram como guias e ordenadores das questões que envolviam a educação.

Devido a tal fato, é importante entender melhor esses organismos e suas concepções, compreendendo a influência que essas exerceram nas diretrizes educacionais mundo afora.

A Unesco<sup>6</sup> é um órgão composto por representantes dos seus estados-membros que determina as políticas e as principais diretrizes da área da educação. Os esforços da Unesco na área da educação têm como compromisso a execução da Declaração Mundial de Educação Para Todos, que foi resultado das discussões ocorridas em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990, e cujas metas foram reafirmadas após dez anos, no Fórum Mundial sobre Educação<sup>7</sup> (2000). Na ocasião, os participantes, reunidos em Dakar-

---

6 A Unesco é uma das agências das Nações Unidas que foi criada no ano 1945 para promover a paz e os direitos humanos. Tem como objetivo criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Para maior aprofundamento, acessar <[http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330\\_por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330_por.pdf)>.

7 No site <<http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/decDakar.htm>> encontram-se as propostas e resoluções estabelecidas no Fórum Mundial sobre Educação, que aconteceu no ano de 2000, em Dakar- Senegal.

-Senegal, em abril de 2000, confirmaram seu envolvimento declarando que seria feito o possível para que todas as crianças e jovens do mundo pudessem se beneficiar de uma educação básica até 2015.

A Declaração Mundial de Educação Para Todos teve seu primórdio no ano de 1990 com a composição da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada pelo francês Jacques Delors, cujo relatório final foi divulgado em 1996, com o título *Relatório Jacques Delors*. A preocupação da Comissão Internacional era perceber as tendências do mundo globalizado e as mudanças procedentes das tecnologias, da política, da cultura e da economia vivenciadas na sociedade. Para Delors (2003), era preciso ficar atento a novas formas de comunicação e à troca de saberes fruto da sociedade do conhecimento e de seus recursos tecnológicos: “A digitalização da informação operou uma revolução profunda no mundo da comunicação, caracterizada, em particular, pelos dispositivos multimídia e por uma ampliação extraordinária das redes telemática” (DELORS, 2003, p. 63).

Seguindo a orientação dos trabalhos e resoluções da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI amplia a noção de educação básica, incluindo aspectos relacionados a um conjunto de conhecimentos e de competências indispensáveis ao desenvolvimento humano. Neste sentido, Delors (2003, p. 89) afirma: “A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”.

Delors reforça ser indispensável, para enfrentar os desafios do próximo século, assinalar novos objetivos à educação, compreendida ao longo de toda a vida. Ao pensar numa educação ao longo da vida, Delors (2003, p. 90) propõe que a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens: “[...] aprender a conhecer (adquirir os instrumentos da compreensão), aprender a fazer (poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (participar e cooperar com os outros) e aprender a ser”.

Os quatro pressupostos indicados para a educação do novo milênio

reforçam a necessidade que todos terão de adquirir, atualizar e utilizar os conhecimentos, procurando o desenvolvimento humano, tendo em vista as consequências do progresso técnico-científico e as alterações nos modos de vida privado e coletivo. Delors (2003) reafirma que esta visão de educação enriquece e amplia o papel da educação básica defendido pela Unesco, por entender que todos são protagonistas no âmbito da sociedade, sendo o mundo do trabalho também um espaço privilegiado de educação. Neste processo destaca a importância das tecnologias como potencialidade de transformação e enriquecimento de novos saberes.

A Unesco considerou a educação como ação que pode contribuir para o favorecimento da sociedade e elegeu a educação básica como meta, estabelecendo a universalização ao acesso à educação como promotora da equidade. Para a execução dos objetivos propostos pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi delineado no Plano de Ação de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem qual deveria ser o foco a ser alcançado.

No item Princípio de Ação, encontra-se a **Ação Prioritária em Nível Nacional**; isto é, o que deveria ser cumprido pelos países para efetuar as mudanças na educação básica, da qual destaca-se o ponto 1.4, cujo tema é: **Aperfeiçoar Capacidades Gerenciais Analíticas e Tecnológicas**, o que afirma a importância do desenvolvimento de habilidades e especialidades dos envolvidos para atuarem na perspectiva orientada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em relação à educação básica. Neste item verifica-se a orientação do investimento em programas de formação e capacitação em serviço que devem ser iniciados ou reforçados onde já existirem. Neste sentido, a orientação declara: “Tais programas podem ser particularmente úteis à introdução de reformas administrativas e técnicas inovadoras no campo da administração e da supervisão” (UNESCO, 1990).

Neste discurso defende-se a melhoria da educação básica com a utilização das tecnologias, alertando para o uso cuidadoso dessas no contexto educacional. Ressalta também a importância da capacitação dos que farão uso das TIC na educação. Assim, o texto diz:

Onde tais tecnologias não forem amplamente utilizadas, sua introdução exigirá a seleção e/ou desenvolvimento de tecnologias adequadas, aquisição de equipamento necessário e sistemas operativos, a seleção e treinamento de professores e demais profissionais da educação aptos a trabalhar com eles. (UNESCO, 1990).

Fica evidenciado então que há no presente discurso da Unesco, em relação à educação básica, a relevância do emprego das Tecnologias da Informação e Comunicação e como essas iriam contribuir para o desenvolvimento da sociedade do século XXI.

O texto observa também que as TIC: “[...] podem permitir melhorar a gestão da educação básica. Cada país deverá reavaliar periodicamente sua capacidade tecnológica presente e potencial, em relação aos seus recursos e necessidades básicas educacionais” (UNESCO, 1990). Os indicativos descritos no item 1.4, intitulado **Aperfeiçoar Capacidades Gerenciais Analíticas e Tecnológicas**, reforçam a importância das TIC para o desenvolvimento da sociedade e deixam indícios da urgência em capacitar os profissionais da educação nos conhecimentos tecnológicos e científicos contemporâneos.

Com relação ao Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), também conhecido por Banco Mundial, é importante sabermos que ele foi concebido após a Segunda Guerra Mundial, e naquela época tinha por missão a reconstrução dos países que foram destruídos na guerra, em especial os países europeus (ARRUDA, 2003). Contudo, ao longo das décadas, sua atuação foi sendo modificada e ampliada, mas sem perder o foco no desenvolvimento econômico dos países. Sua trajetória esteve ligada ao investimento econômico com o objetivo de desenvolver as nações (LIMA, 2007); e foi com este olhar que até a década de 1970 trabalhou, ora investindo na agricultura, ora no processo de industrialização, ora no setor de energia e telecomunicações.

Com a crise que se apresentava diante do esgotamento do modelo de acumulação e a ampliação da pobreza entre países ricos e pobres, o Bird teve como caráter emergencial o acompanhamento dos investimentos realizados nos países em desenvolvimento, e o Banco Mundial, que até então

tinha como especialidade a atuação na área econômica, passa também a operar dando orientações na área educacional (CASTRO, 2001).

É importante esclarecer que o envolvimento do Banco Mundial na proposição de ações para a educação tem como enfoque ditar para o sistema educacional os objetivos da eficiência, da eficácia e da produtividade existente na lógica do mercado. Para o Banco Mundial não bastava apenas investir financeiramente, mas também propor acompanhamento deste investimento assegurando o seu retorno e utilizando indicadores que resultassem em ações. Esta condução do Banco Mundial traz à cena a garantia dos pagamentos da dívida externa pelos países que estavam em crise, além de assegurar a reestruturação e abertura da economia para novos financiamentos.

Ao adentrar na área da educação, o Banco Mundial ampliou suas funções técnicas e financeiras, assumindo um papel cada vez mais político, mediante a formulação de políticas globais e setoriais, influenciando os países que recebiam seus financiamentos e indicando como deveriam ser utilizados, em especial na educação (GENTILI, 1995).

Neste contexto percebe-se que a educação, na tese do Banco Mundial, passa a ser de suma importância para o crescimento da economia e do desenvolvimento social. A área da educação é vislumbrada como caminho a ser utilizado pelos pobres para melhorar sua condição econômica, entendendo que uma criança instruída tem mais chance de deixar a pobreza. Seguindo a linha da Unesco, o Bird foca sua atuação política na educação básica e na saúde, por entender que estes dois setores garantiriam o desenvolvimento econômico.

Partindo para o âmbito da América Latina temos a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal)<sup>8</sup> que foi o órgão responsável pelas diretrizes de ajustes para o desenvolvimento econômico e dos setores sociais, dentre esses a educação. A Cepal foi criada em 1948 e desde então vem atuando no monitoramento de políticas de incremento econômico na

---

8 Para conhecer as publicações da Cepal e sua atuação na América Latina acessar o site: <<http://www.cepal.org/brasil/>>.

região latino-americana, procurando promover o desenvolvimento social e sustentável dos países que orienta.

Para atender às novas diretrizes mercadológicas mediante a crise que viviam os países latino-americanos, no ano de 1990, a Cepal propôs um documento intitulado *Transformación productiva con equidad*. Nas orientações do documento havia dois desafios a serem perseguidos pelos países latino-americanos para adentrar na competitividade internacional de mercado. O primeiro desafio era interno e estava relacionado ao estabelecimento da democracia, da coesão social, da equidade, da participação e da conquista da cidadania. O segundo era externo e tinha relação com o acesso aos bens e serviços modernos oferecidos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Mas, para que os países latino-americanos atravessassem os desafios internos e externos, a Cepal entendia o aspecto educacional como fator primordial para as mudanças. O desenvolvimento da educação e a produção de conhecimento eram considerados importantes para a construção e estabelecimento da nova ordem econômica e social que se pretendia na América Latina. O documento pretendia articular educação, conhecimento e desenvolvimento, envolvendo os usos das tecnologias. Para a Cepal, o sistema educacional deveria dar conta do novo cenário de sociedade que apresentava uma época de revolução científica e tecnológica, competitividade e globalização dos mercados, mudanças na organização e na gestão empresarial. Para esta configuração de sociedade, a educação e o investimento na capacitação dos profissionais eram determinantes para a competitividade do mundo do trabalho e o acesso à internacionalização da economia.

Percebe-se, pois, que o discurso da Cepal reproduz a tese do que já se debatia na Unesco, além de seguir a visão do Banco Mundial em relação ao crescimento econômico, não fugindo das suas orientações para os países da América Latina do foco mercadológico defendido pelos dois órgãos.

A preocupação da Unesco, do Banco Mundial e da Cepal para a área da educação traz o vislumbre do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como bens necessários ao desenvolvimento econômico.



As Tecnologias da Informação e Comunicação passam a ter um papel importante para a sociedade capitalista, que necessitava desenvolver um perfil de trabalhador que atendesse às mudanças do mundo do trabalho, além de reconfigurar o papel do Estado, que passa a atuar como mobilizador do uso das TIC, em especial na educação.

Como organismos internacionais de intervenção, orientação e ordenadores de políticas para os países em desenvolvimento, a Unesco, o Bird e a Cepal propõem pacotes educacionais que façam uso das TIC na formação dos indivíduos, sendo a educação considerada um pilar estratégico para o desenvolvimento econômico mundial globalizado.

## **2.4 Políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil**

Até o início da década de 1970, o Estado de Bem-Estar Social estabelecia suas diretrizes e tinha relação direta com o desenvolvimento social e econômico, cuja estratégia principal era o pleno emprego, conforme aponta Castro (2001, p. 13): “[...] revigorava a política do pleno emprego e de ampliação dos direitos sociais”. Nesse período, o papel do Estado era garantir o acesso de todos aos serviços e benefícios sociais, além de proporcionar qualidade de vida dos indivíduos.

A crise no cenário internacional a partir da década de 1970 mostra o colapso do Estado de Bem-Estar. O quadro da crise foi confirmado pela aceleração da inflação, desemprego e pelo baixo crescimento econômico. O Estado de Bem-Estar foi entendido como o responsável – através de suas políticas sociais e investimentos em políticas de beneficiamento no setor público – pelo fraco desenvolvimento da economia. Nesse período aconteceu a difusão da ideologia neoliberal, que propôs a restrição da ação do Estado.

O Brasil, inserido no contexto de mudanças em face das novas exigências do mercado de trabalho devido à crise que se estabeleceu no cená-

rio internacional, procurou atender às diretrizes advindas dos órgãos internacionais, que propunham alterações nos aspectos relacionados à política, economia, social e educação.

Assim, influenciado pela tendência tecnicista nos anos 1970, que trazia os acordos MEC e *United States Agency for International Development* (Usaid), e centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista (SUCHODOLSKI, 2002; SILVA, 1995; APPLE, 2000); o Brasil comprometeu-se em garantir o crescimento, assegurando um padrão de vida à população que amparava a base de realização de lucro do capital. Nessa década, o Brasil já conta com o Ministério das Comunicações, criado pelo Decreto-Lei 236/1967, que tem por responsabilidade fazer cumprir as políticas públicas do setor de comunicação, além da contribuição da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que, ao propor dimensionamento das redes telefônicas, atende à expansão da indústria e abre o País à comunicação com outros países, além de contribuir para o surgimento de uma rede nacional de televisão. Os acordos entre MEC e Usaid visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira, tendo por objetivo fornecer diretrizes políticas e técnicas, cuja preocupação era garantir a adequação do sistema educacional brasileiro aos fins da economia internacional.

Neste contexto, pode-se perceber que a situação da economia brasileira exigia atenção, e a educação necessitava de ações contundentes. A situação do sistema educacional apresentava problema na escola primária, que excluía as crianças das classes trabalhadoras, reforçando a exclusão socioeconômica (SANTOS, 1981). Era então preciso investir na educação, e nesse período considerava-se fundamental para países em desenvolvimento a existência de um sistema nacional de telecomunicação via satélite que focasse na formação dos docentes, investindo em programas educativos para a complementação dos estudos.

A recomendação da adoção de satélites de comunicação em países em desenvolvimento encontrava origem na solução de prover professores em número

suficiente para atender à demanda da população em crescimento pelo ensino primário e pela formação dos docentes, tendo em vista que parte do professorado brasileiro não tinha formação na área de atuação (SANTOS, 1981).

Neste sentido, o Brasil, ciente da sua situação no contexto internacional, optou pelo caminho da informatização da sociedade, mediante o estabelecimento de políticas públicas que permitiam a construção de uma sociedade capacitada científica e tecnologicamente, propiciando à nação brasileira segurança e desenvolvimento.

O discurso que pairava na sociedade da época era o de que, em nível das comunicações nacionais, a tecnologia de satélites apresentaria vantagens para os países em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Segundo Santos dentre as vantagens pesquisadas destacam-se:

- 1) comunicação de alta qualidade para as empresas e o governo em todo o território; 2) comunicações com áreas outrora inacessíveis; 3) uma rede nacional de transmissão de dados, de fac-símiles de telegramas, sem falar na retransmissão de programas de TV. (SANTOS, 1981, p. 87).

Na área da educação, para Santos, o satélite permitiria:

[...] colocar os melhores professores à disposição da maioria da população, que ela poderia servir como fonte de informação e ponto focal para o desenvolvimento da comunidade, que poderia ser introduzida no quadro do ensino existente e que o satélite era o meio mais barato de se atingir os objetivos dentro de 5 anos. (SANTOS, 1981, p. 95).

É da probabilidade de viabilizar um sistema de educação básica via satélite que surge nesse período o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci), desenvolvido no Rio Grande do Norte. O Projeto Saci ganhou apoio político, pois alimentava o sonho do Brasil como “potência emergente”, e na educação ele surgia, de acordo com Santos (1981, p. 99), como “[...] um projeto com tecnologia altamente elaborada, com planejamento extremamente desenvolvido, dispondo de muitos recursos e pre-

tendendo atingir o público em escala nacional”. Assim, o Projeto Saci é considerado a primeira proposta de uso das tecnologias na educação brasileira.

O Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares surge com a ideia de modernizar e integrar em escala nacional um sistema de ensino que até então estava caracterizado pela precariedade, ineficiência, desigualdade, dentre outros; que não permitia o crescimento econômico do país. Na análise efetuada por Santos (1981, p. 88) sobre a criação e a trajetória do Projeto Saci, esse autor comenta que “[...] os problemas verdadeiros não foram técnicos, mas políticos, econômicos e sociais”.

Já no início da década de 1980 acentua-se o capitalismo concorrência global, cuja ordem econômica era determinada pelas corporações mundiais, que pregavam a globalização. Para compreender a proposta de reestruturação capitalista e a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação no novo contexto de entendimento de sociedade, Lima (2007, p. 30) afirma que a: “[...] sociedade da informação nasce no ventre da sociedade capitalista no contexto da ‘globalização’ entendida esta como um mundo sem fronteiras, interligado”. Deste modo, fica claro entender a influência que a globalização teve no âmbito da política, economia e cultura. Ressalta-se que a categoria globalização já se encontrava em alguns estudos do século XIX, mas convém observar que alguns autores tratam o termo globalização como mundialização (CHESNAIS, 1994; ORTIZ, 2003). Neste caso, a globalização é percebida no surgimento das grandes navegações, nas quais o homem passou a interagir com outras culturas, havendo troca de experiências e adaptação a outras formas de compreender o mundo.

O discurso que se instaurou no Brasil na década de 80 do século XX deixou de ser a favor do desenvolvimento econômico, focado na dinâmica do sistema da indústria, e passou a ser o da negação do crescimento da miséria, focalizado nos serviços, especialmente os que têm relação direta com as tecnologias. Este processo de mudança ideológica do capitalismo iniciado em meados dos anos 1980 é acentuado na década de 1990, trazendo

do outras formas de perceber e compreender as estruturas organizacionais, tais como saúde, educação, saneamento e outras.

Neste sentido, os recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação trouxeram implicações em relação ao mundo informacional, surgindo a necessidade de uma nova linguagem comunicacional e novas possibilidades de entretenimento e de uso desses recursos na educação, considerando ainda as novas condições de armazenamento e distribuição das informações, em que a circulação das ideias é realizada em alta escala.

Não é equivocado, portanto, então dizer que as Tecnologias da Informação e Comunicação provocaram a revolução informacional (LIMA, 2007; TEDESCO, 2004; SOARES, 2006; BIANCHETTI, 2001), que passou a ser utilizada na doutrinação das massas, passando a uma cultura de mercado capitalista, onde o consumismo rege as condições de aquisição dos produtos. Considerando, ainda, que o aspecto formativo do indivíduo é apregoado como fator preponderante de produtividade e de ascensão social, há uma necessidade de requalificação do trabalhador e consequentemente de uma nova cultura de trabalho e de vivência nesta sociedade inserida no contexto das TIC.

Para Lima (2007), coube à sociedade, à família e à escola o desafio de capacitar os indivíduos para o trabalho. Tal situação mostra o quanto a construção da “nova sociedade” ainda está atrelada ao desenvolvimento do mercado. A sociedade do conhecimento, acoplada ao modo de produção capitalista e fazendo uso das TIC, procurara atuar na subjetividade do trabalho humano. Neste sentido, o mundo do trabalho e o da cultura unem-se para propiciar aos trabalhadores habilidades necessárias para atuar no mercado globalizado.

A escola, na lógica capitalista, vê a introdução das TIC neste espaço como promissora para a cultura do trabalho subjetivado, isto é, que necessita não mais da mão de obra, mas do conhecimento, esse caracterizado pela produção não material, para trabalhar de forma colaborativa e principalmente formando um trabalhador consumidor e produtor, que seja ativo e crítico (SANTOMÉ, 1998). É neste contexto que o trabalho e a cultura caminham juntos para a formação da sociedade do conhecimento.

Diante disso, para o crescimento da nação brasileira, eram necessárias a participação, produção e socialização do conhecimento, que passa a ser entendido como importante para o mundo do trabalho, tendo em vista a subjetivação do conhecimento. As novas exigências do mercado de trabalho, as quais foram caracterizadas pela base técnico-científica, têm apoio na política neoliberal que defende um capitalismo concorrencial, no qual o papel do Estado com ações de intervenção foi reduzido e entra a lógica da economia de mercado, marcada pela lei da oferta e da procura.

Percebe-se assim que a cada período histórico a sociedade fez uso da educação e da qualificação de modo a atender às demandas de mercado, isto é, a cada época foram produzidas e identificadas as habilidades e competências necessárias para o trabalhador. O novo cidadão nesta sociedade do conhecimento deve ter habilidade de comunicação, de abstração, de visão de conjunto, de integração e de flexibilidade. E a escola é vista como o lugar apropriado para o desenvolvimento dessas competências (PERRENOUD, 2000; MORIN, 2005).

Neste sentido, a escola, entendida como instituição que implanta, assessora e acompanha as diretrizes advindas dos órgãos superiores, no caso do Brasil, o Ministério da Educação (MEC) – órgão responsável pela institucionalização das políticas educacionais –, contribui na consolidação do perfil do cidadão, utilizando-se do currículo e das práticas disciplinares para fomentar este novo perfil de trabalhador (KUENZER, 1996).

Diante da importância da inserção das TIC no ambiente escolar, para que possamos compreender com mais clareza como este processo se dá e os fatores que o influenciam, lembro que no Brasil as propostas de desenvolvimento no âmbito da política educacional foram orientadas pelo Banco Mundial, Cepal e Unesco, os quais interferiram na condução das políticas públicas dos países em desenvolvimento, orientando e controlando as ações planejadas e as estratégias de execução. Segundo Castro (2001, p. 44): “[...] é no contexto do Governo de Fernando Henrique Cardoso que se propõe uma reforma do Estado brasileiro [...] a reforma está inserida

no reordenamento do desenvolvimento capitalista, tendo o apoio dos organismos internacionais”. As reformas propostas atingiram diretamente a política educacional que foi inserida num contexto de mudanças aceleradas para atender ao perfil desejado pelos organismos internacionais.

Os organismos internacionais implementaram ações para que os países em desenvolvimento adentrassem no mundo globalizado, dentre esses o Brasil. Para tanto, foi necessário aderir ao discurso da modernização educacional, tendo em vista a revolução técnico-científica, sendo essa responsável por amplas modificações da produção, dos serviços e das relações sociais, não podendo a educação ficar de fora das mudanças para esta nova sociedade. Segundo Lima:

Era preciso desenvolver novas relações com a sociedade, e para o Estado a articulação do novo saber seriam mediados pela escola, unindo a escola à cultura do trabalho numa visão mais conectada, com outra relação de uso, fazendo utilização das TIC. Era a união do trabalho e da cultura numa perspectiva mercantil. (LIMA, 2007, p. 37).

Neste sentido, as Tecnologias da Informação e Comunicação são entendidas como fundamentais no processo de reestruturação do capitalismo, tendo em vista que elas transitam por toda a esfera da sociedade, além do fluxo comunicacional. Inicialmente houve a implementação de políticas econômicas e sociais que atendiam aos interesses do aglomerado dos países ricos, sendo posteriormente conduzida a educação, com a orientação do uso das TIC.

Era então preciso atuar na educação focando em duas bases: preparar os cidadãos para um novo padrão de trabalho, que tinha como base a flexibilidade e mobilidade de informação, e para o desenvolvimento da cidadania, voltada para a participação em recursos mediados pelas tecnologias.

Percebe-se assim que os discursos da eficiência, eficácia e qualidade oriundos da área empresarial instauram-se nas escolas; visto que, não basta conhecer; é necessário saber como aplicar o conhecimento de modo produtivo (GENTILI, 1995). Neste sentido, o item qualidade total também

chega, neste momento, às instituições de ensino. Segundo Lima (2007, p. 88): “[...] a mudança trazida pelas TIC no centro do trabalho educativo suscita uma pedagogia que favoreça o aprendizado individual e cooperativo”.

O questionamento das formas como vêm sendo implantadas essas políticas públicas é perfeitamente cabível. Contudo, não se pode negar que tais políticas públicas têm provocado alterações na maneira de olhar e perceber a educação. Julia (2001, p. 34) esclarece: “[...] é a mudança de público que impõe frequentemente a mudança dos conteúdos ensinados”. Com esta afirmação, Julia permite conjecturar que as mudanças que chegam à escola são parte de um sistema social, isto é, são mudanças ocorridas no âmbito da sociedade, sendo por vezes provenientes de introdução de recursos tecnológicos, as quais são transferidas para o sistema educacional, dando à aplicabilidade dos recursos outros significados, que culminam em práticas pedagógicas diferentes das que eram executadas.

Desta forma, o discurso do Estado Neoliberal é trazido à tona por constituir-se no lugar que fortaleceu algumas políticas no âmbito da educação, fruto das mudanças oriundas da economia. As propostas de mudança para a educação deveriam corresponder à intelectualização do processo produtivo. Neste caso, uma população sem o conhecimento necessário para atuar nas novas formas de trabalho que se utilizava das Tecnologias da Informação e Comunicação, poderia constituir-se, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2008, p. 54), “[...] num fator impeditivo para o desenvolvimento do capitalismo, se tornando uma ameaça à estabilidade e à ordem nos países ricos”.

No Brasil, a política de ajustes estruturais para atender às propostas do Banco Mundial, da Unesco e da Cepal trouxe o discurso de economizar o máximo possível, objetivando honrar a dívida externa e preservando o crédito com os organismos internacionais, iniciando-se um processo de reconfiguração da sociedade capitalista, cuja implantação de reformas políticas e econômicas exigia que fosse revista e reestruturada a educação, a fim de acompanhar as mudanças estabelecidas pela globalização.

Nesse cenário neoliberal, e tendo como orientação as diretrizes da



Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, o Brasil busca caminhos para superar os déficits do sistema educacional. As orientações das reformas educacionais são percebidas no Plano Setorial de Ação (1991/1995), na Era Collor, e no Planejamento Político Estratégico (1995/1998), do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outra diretriz que também foi produzida dentro das resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos é o Plano Decenal de Educação para Todos<sup>9</sup> (1993/2003), que apresenta um conjunto de diretrizes políticas voltadas para a recuperação da escola fundamental do Brasil. O Plano Decenal vem assegurar às crianças, jovens e adultos os conteúdos mínimos de aprendizagem para viverem na sociedade contemporânea. Esse plano expressa sete objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica, dos quais destaca-se apenas o primeiro:

[...] satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho. (INEP, 1997, p. 23).

Este objetivo enfatiza a formação por competência e como os conteúdos e aprendizagens a serem executados deveriam estar em consonância com a sociedade do conhecimento.

O Plano Decenal de Educação para Todos trata também da Educação Continuada de Jovens e Adultos, registrando que será necessário adotar programas alternativos para atender a esta clientela, haja vista a necessidade de reduzir o analfabetismo e elevar a níveis melhores de escolaridade. Neste sentido, as tecnologias são entendidas como recursos viáveis de serem usados para a formação continuada, em especial com a modalidade da Educação a Distância.

---

9 Para conhecer todo o documento com as diretrizes do Plano Decenal de Educação para Todos (1993/2003), acessar o site Plano Decenal <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000087.pdf>>.

Os objetivos do Plano Decenal de Educação para Todos são reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, ao consolidar e ampliar o dever do poder público com a educação em geral e em particular com o ensino fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 é outro instrumento que estabelece diretrizes para a educação brasileira, ensejando outras formas de conceber a educação. É certo que várias são as críticas à nova lei, porém não cabe neste texto fazer tal reflexão. Para o momento, a análise que se estabelece é o fato de que a nova LDB possibilitou a implantação de reformas pontuais que fortaleceram o Estado mínimo, pois o caráter da regulamentação de qualidade das ações das escolas era acompanhado pelo Ministério da Educação, através de programas de avaliação institucional – como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Prova Brasil, dentre outros – que procuravam centrar-se no aspecto da avaliação dos estabelecimentos de ensino com critérios mercadológicos.

Gentili coloca que a transformação proposta à educação no cenário neoliberal, dentre os quais estava a exemplo de converter a escola aos moldes neoliberais, é:

[...] promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes, reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, nas estratégias de gestão (qualidade total), reformular o perfil dos professores, requalificando-os; implantar uma ampla reforma curricular. (GENTILI, 1996, p. 18).

O supracitado autor conclui que o empenho do Estado Neoliberal era implantar políticas para a educação – a exemplo do mercado – que visassem à eficiência nas ações e à qualificação mercadológica. Deste modo, a escola é imprescindível ao bom funcionamento do mercado, mas não da forma em que se encontra. É preciso torná-la eficiente. A direção se dá no atendimento à aprendizagem que vise à inserção do País na ordem econômica pré-estabelecida e prescrita pela globalização. A lógica do paradigma

concorrencial procura ordenar a ação do Estado, limitando-o em termos de políticas públicas. É preciso universalizar e democratizar o ensino fundamental para em médio prazo conseguir estabelecer um perfil de cidadão com conhecimento para o novo processo produtivo de trabalho.

Percebe-se assim que, na sociedade globalizada, a educação tem reiterada a sua perspectiva redentora, e seria capaz de equacionar e amenizar as desigualdades sociais. No discurso do “Estado Mínimo” apreende-se a importância da escola para a consolidação das ideias neoliberais, que chegaram ao século XXI, sobrevivendo às crises e sendo um partícipe intrínseco da lógica do capital.

Neste sentido, o Estado, enquanto definidor das políticas públicas educacionais, garante o discurso da ideologia neoliberal. Política pública como recurso público, advindo do Estado, significando uma ação destinada a um público e que envolve recursos públicos (BONETTI, 2007; AZEVEDO, 2001). Quando se direciona o olhar às políticas públicas para o uso das TIC na educação, não se pode esquecer que essas são uma iniciativa pública de intervenção administrativa que pretende investir em recursos tecnológicos para serem usados de forma educativa. Neste aspecto, o olhar está direcionado ao que se quer mudar, reconstruir ou construir como ideário a ser posto no âmbito da sociedade.

No caso das políticas educacionais destinadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação, verificou-se que as mudanças ocorridas na esfera da sociedade, no tocante às novas dinâmicas de emprego, de entendimento do espaço e do tempo no mundo da virtualidade, dentre outros, permitiram crer que existe uma estreita afinidade entre os projetos do Estado em relação à utilização das TIC na educação e os interesses econômicos. Deste modo, parte-se do pressuposto de que a tomada de decisão que resulta numa política pública envolve alguns condicionamentos básicos, a depender do momento histórico. Quanto a isso, Boneti afirma:

As políticas públicas, todavia, nem sempre têm como finalidade atender às necessidades da população. Às vezes cria-se uma carência falsa para atender a interesses particulares, de grupos econômicos, de cate-

gorias profissionais... Por exemplo, as políticas educativas das últimas décadas têm investido muitos recursos de informatização das escolas... é discutível se essa ‘carência’ de instrumentalização tenha mesmo sido sentida pelas próprias escolas. (BONETI, 2007, p. 53).

Entende-se que os recursos públicos que chegam à escola em forma de políticas públicas têm o objetivo de uma intervenção administrativa na realidade social, o qual necessita ser direcionado para o contexto maior de crescimento da sociedade. Esta análise permite concluir que essas políticas preservam a lógica de beneficiar grupos sociais, regiões e municípios em detrimento de uma sociedade mais atualizada e que necessita entrar na concorrência do mundo globalizado.

Partindo da lógica de beneficiamento, em detrimento de indivíduos mais qualificados, é que a década de 90 do século XX foi definitiva para a implantação de políticas públicas destinadas ao uso de recursos tecnológicos na educação, a exemplo do Projeto Saci, anteriormente relatado.

Observa-se que as orientações para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação firmaram-se na formação continuada do professor, seguindo os rumos indicados pelos organismos internacionais que financiavam as novas experiências em detrimento do desenvolvimento do capital. O entendimento do uso das TIC na educação como auxiliar na formação continuada do professor, utilizando a metodologia da Educação a Distância, essa percebida como estratégia de suma importância para a dinamicidade da capacitação do professor – tendo em vista o atendimento em escala dos professores e considerando os aspectos geográficos do Brasil –, serviu para ampliar a visão do ato de aprender, que se desloca dos espaços tradicionalmente conhecidos como locais formais de educação (sala de aula) para outros locais de práticas pedagógicas. Em atendimento a esta outra forma de ver e fazer a educação – a educação presencial –, as políticas educacionais da década de 1990 inseriram nas práticas de sala de aula recursos tecnológicos como apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

É justamente nessa década que as políticas públicas para a implantação das TIC nas escolas recebem investimento por parte do Governo Federal, que também impulsionou a implantação de programas em nível nacional para o uso das tecnologias na educação. Os focos eram dois: ter mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem e habilitar o docente e aluno ao domínio dos recursos tecnológicos. Assim, a escola é vista como o lugar apropriado para o desenvolvimento destas competências e por esta razão há a necessidade de investir na educação.

Desta forma, considerando as necessidades prementes de qualificação, e diante de uma nação que necessitava concorrer no mercado internacional e com escasso tempo para atuar nas demandas por qualificação, pensou-se em políticas públicas de qualificação docente, utilizando a tecnologia. Ressalta-se, em tempo, que não cabe aqui fazer uma longa descrição dos programas e projetos destinados ao uso das TIC na Educação da década de 1990 e que se estenderam até o século XXI. O objetivo é apresentar as principais políticas educacionais nesta área para posteriormente entender como sua institucionalização aconteceu no Estado de Sergipe.

Um dos primeiros Programas/Projeto<sup>10</sup> com o uso da TV e vídeo no ambiente escolar foi o projeto Vídeo Escola. Foi implantado em 1989, sendo oriundo da iniciativa privada, mais especificamente da Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Nele foi estabelecido o uso da TV como recurso de auxílio nas práticas pedagógicas. O Projeto Vídeo Escola foi realizado em parcerias com as Secretarias de Educação de todo o País, as quais se encarregaram do acompanhamento, da capacitação, avaliação e ampliação do programa em cada estado.

Segundo Castro (2001), os dados apontados na avaliação do Projeto Vídeo Escola culminaram, em 1991, com o lançamento do projeto-piloto Um Salto para o Futuro, criado no ano de 1992. O Programa Um Salto

---

10 O nome Programa ou Projeto quando, no corpo do texto deste trabalho, estiver escrito e com a letra inicial maiúscula estará se referindo a uma política educacional para uso das TIC que foi implantada no Brasil ou em Sergipe.

para o Futuro era: “[...] destinado à capacitação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e alunos do último ano do curso de formação de professores” (CASTRO, 2001, p. 130). O Programa utilizou a transmissão via satélite em canal aberto e teve a colaboração de diversos setores do País. Castro escreve que, além das parcerias em nível federal, houve participação direta das Secretarias de Educação dos estados brasileiros. Esta pesquisadora considera que “a implantação do Programa Um Salto para o Futuro em nível nacional constituiu um marco para a educação a distância, pois comprovou que é possível atender em massa ao professorado brasileiro das séries fundamentais do ensino” (CASTRO, 2001, p. 131).

Visando ao aprimoramento da formação docente surge, no ano de 1996, o Programa TV Escola. O discurso desse Programa era o de investir na formação docente através de capacitações que utilizavam as tecnologias da TV e vídeo, permitindo que em diferentes lugares professores estivessem sendo orientados a repensar sua prática pedagógica.

O Programa TV Escola teve uma relevância preponderante na disseminação do uso da TV e vídeo na Educação, propiciou através do apoio do MEC/Seed o curso TV na Escola e os Desafios de Hoje, no ano 2000 (NUNES, 2003), que também era uma proposta de formação continuada do professor, e o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação (2005), que inovou no uso da aplicação dos recursos tecnológicos, cuja proposta trazia o uso do rádio, TV, DVD, informática e material impresso para os cursistas, além de uma proposta modular com níveis diferenciados de aprendizagem e carga horária específica. Posteriormente, o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação culminou na oferta de uma especialização em pós-graduação *lato sensu* em nível nacional aos participantes que tinham concluído todos os módulos ofertados. Os trabalhos das autoras Nunes (2003) e Castro (2001) fazem um relato do Programa TV Escola e sua relevância no cenário nacional como proposta de política educacional com a utilização das TIC.

A expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação, em especial as que envolviam o uso do computador e conseqüentemente o acesso

à internet, fez com que o Governo Federal sentisse urgência em adentrar no mundo informatizado. A década de 1990 vê chegar às escolas não só TV, vídeo e DVD, mas também aparelhos como o computador, scanner, impressora, máquina fotográfica digital, filmadora, dentre outros recursos que adentram o ambiente educacional e corroboram para repensar a escola.

Com a inserção de novos recursos da computação na sociedade, o Brasil iniciou sua história com a informática na educação. Segundo Moraes (1993), os precursores responsáveis pelas primeiras investigações sobre o uso de computadores na educação foram a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Projeto Educom, desenvolvido pela Unicamp, o qual trazia a linguagem Logo<sup>11</sup> aplicada ao uso da educação, foi desenvolvido com o apoio do Governo Federal. Para Moraes (1993, p. 19): “[...] o Projeto EDUCOM é considerado o principal projeto de informatização da educação brasileira [...]”.

O projeto Educom desenvolveu os subprojetos Formar I e II, respectivamente nos anos de 1987 e 1989. Era um curso de especialização em informática educativa em nível de pós-graduação que tinha o acompanhamento da Unicamp. Segundo Moraes (1993, p. 24) foram cursos “[...] destinados aos professores das diversas secretarias estaduais de educação e das escolas técnicas federais”. Para Soares (2006, p. 86), o Formar “[...] foi o primeiro projeto de informática nas escolas públicas do Brasil a formar multiplicadores na formação de recursos humanos da escola”.

No período da oferta do Projeto Formar havia a proposta de participantes comprometerem-se com a implantação dos Centros de Informática Educativa (Cied) junto à Secretaria de Educação do seu estado. Para Moraes:

Os CEADs constituiriam os centros irradiadores e multiplicadores da tecnologia da informática para as escolas públicas, e sem dúvida, os grandes

---

11 A linguagem Logo é tratada por José Armando Valente, que organizou, em 1998, o livro “Computadores Conhecimento: repensando a educação”, publicado pela Unicamp/Nied.

responsáveis pela preparação de uma significativa parcela da sociedade brasileira rumo a uma sociedade informatizada. (MORAES, 1993, p. 24).

Percebe-se que o discurso do uso do computador na educação estava atrelado ao desenvolvimento social e à necessidade da inserção dos indivíduos neste novo contexto.

Outro projeto que se destacou ao buscar aliar a informática à educação foi o Programa Nacional de Informática na Educação (Proninfe). Criado em 1989, através de Portaria Ministerial nº 549, esse programa propunha a criação de estruturas de Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), sendo uma das suas ações, segundo Moraes (1993), a capacitação continuada e permanente de professores.

Já em 1997 foi lançado o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) substituindo o Proninfe, mas, tal qual o primeiro, o alvo do Proinfo era a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação na escola. O Programa abrange os ensinos fundamental e médio e tem como apoio os Núcleos de Tecnologia Educacional dos estados.

Por ter sido um programa com maior abrangência no território brasileiro, dentre todos os projetos já mencionados, devido ao seu alcance pelo uso da informática, o Proinfo tinha como objetivos (MORAES, 1997, p. 3) “[...] melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e proporcionar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico”. Tal qual o Programa TV Escola, o Proinfo pode ser considerado um celeiro de ações que contribuiriam na expansão das TIC. Dentre elas estão: Proinfo Rural, Proinfantil, a plataforma para curso a distância e Proinesp, todos com o objetivo de contribuir na usabilidade das TIC na sociedade.

Ressalta-se que o Proinfo, ao trazer a implantação dos laboratórios de informática nas escolas para serem utilizados por professores e alunos, reforça a prioridade do Governo por melhores condições educacionais e assinala o reflexo da mudança do padrão de participação do Brasil no cenário econômico mundial. As políticas educacionais em torno do uso das



tecnologias na educação ganham expansão, não apenas em investimentos na formação docente como também na aquisição de aparelhos que chegam às escolas através dos programas e projetos.

Pode-se perceber que as instituições de ensino são revisitadas como redentoras, consideradas capazes de amenizar as desigualdades sociais. É possível afirmar ainda que as reformas pensadas para a educação com a implantação de recursos tecnológicos situam-se na reforma do Estado e da necessidade de implementação da eficiência gerencial para o atual cenário de configuração do modo capitalista de produção existente.

Desta forma, o investimento realizado pelo Governo Federal para a aceleração da implementação e implantação de programas e projetos na educação com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação reforça a urgência das orientações que foram transmitidas pela Unesco, Banco Mundial e Cepal em relação ao Brasil. Contudo, como foram instituídas essas políticas educacionais para uso das TIC nos estados brasileiros? Como aconteceu a institucionalização por parte dos órgãos que receberam a missão de executar tais políticas? Quais as práticas foram desenvolvidas e qual o grau de representatividade junto à esfera educacional estes setores tiveram?

Sabe-se que cada estado contribuiu com a implementação e implantação das políticas educacionais para o uso das TIC, no caso de Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação, órgão oficial do Governo Estadual, para gerir as propostas de educação. Através da sua Divisão de Tecnologia de Ensino (Dite), teve o comprometimento em institucionalizar políticas instituídas pelo MEC, escolhendo o direcionamento cabível à execução (MAGALHÃES, 2004).

O olhar mais atento sobre o órgão, no caso de Sergipe a Dite que institucionalizou as políticas educacionais para o uso das TIC, aponta os movimentos entre o que foi instituído pelo MEC, ou outro parceiro de implantação de políticas nesta área, e as representações e apropriações que foram sendo realizadas pelos participantes do processo da implantação

dessas políticas no Estado. Estes movimentos possibilitam compreender o lugar deste setor dentro da Secretaria de Estado da Educação e sua contribuição na criação de uma cultura tecnológica, ou seja, no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas públicas de Sergipe.

### **3 A INTRODUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SERGIPE E A CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DE ENSINO**

O objetivo desta seção é descrever o processo de materialização das políticas educacionais no Estado de Sergipe, tendo o foco na Divisão de Tecnologia de Ensino (Dite).

Para entender melhor o lugar da Dite no contexto da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (Seed) buscou-se apreender a Administração Pública na visão de Chiavenato (2006), Matias-Pereira (2009), Paludo (2010) e Oliveira (2010). Analisando a Seed como órgão institucionalizador das políticas educacionais de uso das TIC, os autores Gatti Júnior (2002) e Magalhães (2004; 2007) foram consultados. Para entender como a DITE representou e se apropriou das políticas educacionais de uso das TIC, os autores Chartier (1990, 2002), Certeau (1994, 1995, 1996) e Burke (1991, 1998, 2003) foram de suma importância. E, por fim, a cultura escolar foi trabalhada na ótica de Vinão Frago e Escolano (1998), Julia (2001), Stephanou (2005), Vidal (2005) e Faria Filho (2007), procurando perceber como a Dite divulgou a cultura escolar para uso das TIC. Esses autores foram estudados no sentido de conferir um cenário da trajetória da Dite, possibilitando descortinar um contexto de percurso e de ações que foram encontradas e analisadas.

Para entender como foi se institucionalizando essas políticas educacionais de uso das TIC é importante compreender a estrutura do Ministério da Educação como órgão que institui as políticas educacionais nacionais no contexto da administração pública e seu desdobramento

nas unidades da federação, essas compreendidas como organismos institucionalizantes dessas políticas.

Para o cumprimento das diretrizes educacionais de uso das TIC, implantadas a partir da década de 80 do século XX em nível nacional, o Governo brasileiro determina a atribuição ao Ministério da Educação<sup>12</sup>, que, através das suas secretarias e departamentos, constituiu equipes responsáveis pelo acompanhamento das ações relacionadas à educação.

Como o MEC faz parte da administração pública, deve-se compreender por administração pública os serviços prestados pelo Estado para a realização de ações que satisfaçam as necessidades da população. Segundo Matias-Pereira (2009), a atuação da administração pública tem como objetivo a concretização do bem comum. Neste sentido, é importante diferenciar duas nomenclaturas: a primeira é o Estado, que deve ser entendido como permanente, como um ente moral e intangível, e a segunda é o vocábulo Governo, que deve ser compreendido como algo real, tangível. Para Matias-Pereira (2009, p. 18): “[...] o Governo representa a parte do Estado que atua na condução da coisa pública: é ele quem define os objetivos nacionais a serem perseguidos”. Pela exposição do autor, é possível resumir que o Governo é um instrumento do Estado, exercido por um chefe do poder Executivo, acompanhado de seus agentes públicos que o ajudam a governar.

Para autores como Matias-Pereira (2009), Paludo (2010), Oliveira (2010) e Chiavenato (2006), a administração pública é a soma de todo o aparelho de Estado, estruturada para realizar os serviços públicos. Deste modo, ela está dividida em Administração Direta, que é composta de órgãos dos três poderes e designa a forma de execução em que as ações são realizadas diretamente pelos órgãos públicos; e Indireta, que é constituída de entidades de Direito Público e Privado. As duas formas de administração dentro do serviço público devem seguir os princípios administrativos

---

12 O Ministério da Educação foi criado em 1930 no governo de Getúlio Vargas tendo como objetivo planejar, acompanhar e orientar as políticas educacionais destinadas ao País, dando um caráter de unidade ao ensino brasileiro.

descritos na Constituição de 1988, são eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para o exercício do Governo, o Estado trabalha com três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; e em três níveis: União (Nação), Estados e Municípios, esses devem seguir os princípios administrativos constitucionais.

No caso da Administração Direta, que está inteiramente ligada ao poder Executivo, seja esse federal, estadual ou municipal, termina por compor uma estrutura organizacional, diretamente vinculada ao chefe do Executivo, esse que administra os serviços públicos e, conseqüentemente, institui diretrizes. No caso do Governo Federal, para Matias-Pereira (2009, p. 177), é “[...] a estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios” que compõem o grupo executor. Entendendo que o poder Executivo perpassa no âmbito estadual e municipal e que se divide semelhantemente na estrutura, pode-se afirmar, segundo Paludo (2010, p. 29), que as diretrizes dos serviços públicos acontecem “nos estados: pelo governador e pelos secretários; nos municípios: pelo prefeito e pelos secretários”.

Partindo deste entendimento de Administração Direta, compreende-se que o Ministério da Educação é um órgão executor dos programas e projetos de Governo Executivo, que exerce atribuições de sua competência na área da educação. Deste modo, o MEC institui diretrizes a serem executadas na esfera nacional da educação, porém o instituído só pode ser percebido na sua composição final dentro da instituição executora da política educacional. As diretrizes advindas do MEC, como órgão instituinte das políticas educacionais, só têm sentido quando entendidas, segundo Magalhães (2007), num contexto que leva em consideração a materialização, a representação e a apropriação que foi sendo tecida ao longo das ações determinadas pela instituição que estabeleceu as regras a serem seguidas. Para entender melhor esta tríade no âmbito das políticas educacionais é necessário perceber a materialização de como os recursos tecnológicos foram sendo distribuídos às escolas, os espaços que foram necessários para alocar esses recursos, como foi estabelecida a estrutura organizacional do

programa e/ou projeto e seu funcionamento. O ato da institucionalização, no caso das políticas educacionais destinadas ao uso das TIC, é percebido na “[...] evolução histórica da instituição” (MAGALHÃES, 2007, p. 71). Neste sentido, perceber os percursos e entender os sujeitos dentro dessa instituição que institucionaliza as diretrizes, bem como “[...] os relacionamentos (territorialização) com o contexto sociocultural e geográfico envolvente” (MAGALHÃES, 2007, p. 7), é relevante, tendo em vista que é a institucionalização que mobiliza a ação entre o público, a serem aplicadas as diretrizes, e o modelo a ser seguido.

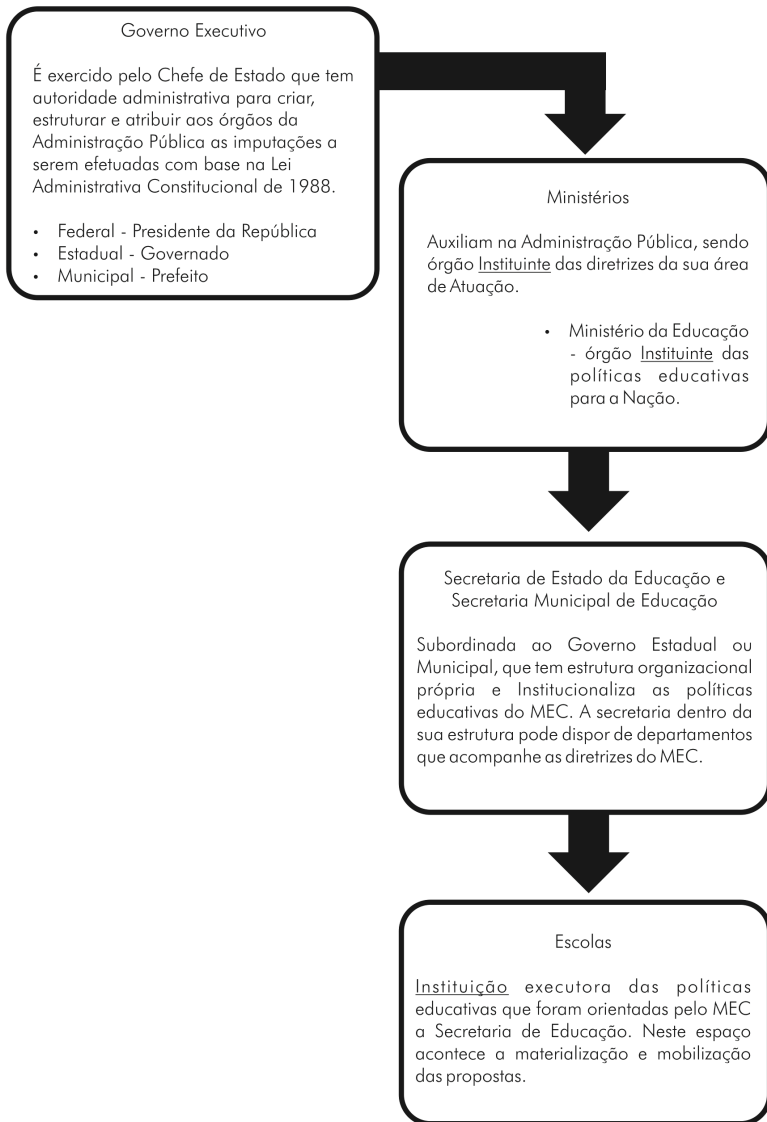
No caso da institucionalização das políticas educacionais para uso das TIC pode-se afirmar que as secretarias estaduais e municipais de educação foram os órgãos responsáveis pela mobilização dessas políticas educacionais para as escolas a que foram destinadas, tendo na sua organização administrativa local apoio de setores que implantariam, acompanhariam e assessorariam as diretrizes advindas do MEC, neste caso o órgão instituinte.

Mas, como perceber se o que foi proposto pelo órgão instituinte e o que executou a institucionalização concretizaram-se? Esta pergunta é facilmente respondida observando o terceiro foco da tríade de Magalhães (2007, p. 72): a instituição, essa entendida como o local possível de perceber “[...] um constructor teórico-prático”. Neste sentido, é na própria instituição que se compreende as ações realizadas, as mobilizações construídas e como se sucedeu o movimento entre os sujeitos.

Pode-se afirmar que o movimento ocorrido na instituição permite compor a cena das apropriações que foram sendo realizadas, no caso dos recursos das TIC, como foram constituindo-se em reformas estruturais e organizacionais nas escolas (espaço) e no modelo pedagógico de aprendizagem.

Pela Figura 1 é possível compreender como se deu a implantação das políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação tendo como referência a organização da administração pública e as tessituras de Magalhães:

Figura 1 – Entendimento das categorias: instituinte, institucionalização e instituição no âmbito da Administração Pública



Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir de Magalhães (2004).

Nessa figura é possível compreender a relevância do MEC, como órgão instituinte para implantar e orientar as políticas educacionais para a sociedade brasileira, cabendo às secretarias estaduais e municipais institucionalizarem através da sua estrutura organizacional as diretrizes do MEC. Neste sentido, é importante entender que mesmo sendo órgãos institucionalizadores das políticas educacionais, essas secretarias também desenvolveram ações de gestão, e em algum momento tornam-se órgãos instituintes de políticas locais que planejam, organizam, administram, mantêm, acompanham e fiscalizam a concretização do funcionamento da estrutura organizacional do sistema de ensino, além de fazerem chegar às escolas o proposto como política nacional de educação, que termina por deixar marcas nas escolas, sejam de mudanças arquitetônicas ou cultural.

Percebe-se que as competências educacionais das secretarias estaduais e municipais não se referem apenas ao campo do ensino, mas também ao cumprimento das ações em nível de execução de gestão. E para este trabalho administrativo as secretarias definem uma estrutura organizacional que permite conduzir a situação da educação no âmbito local, sem, contudo, estar desligada do contexto nacional. Deste modo, compreendem-se as secretarias estaduais e municipais como instâncias de natureza administrativa, que tem seu foco na gestão das políticas; e executiva, que tem seu foco no acompanhamento das ações estabelecidas para acontecerem no âmbito da escola.

### **3.1 Compondo a cena da introdução das tecnologias na educação em Sergipe**

A composição da cena política, econômica e educacional que antecedeu a criação da Divisão de Tecnologia de Ensino foi reveladora para compreender como surgiu o setor e em quais condições foi pensada sua criação. O olhar atento aos movimentos da época de 1990 no Brasil e em Sergipe permitiu verificar que já havia uma proposta de políticas educacio-



nais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, a qual foi anterior à época estabelecida no marco temporal da pesquisa (1994 a 2007) e que sua composição seria reveladora na concepção da Dite em Sergipe.

Compreender e compor os movimentos que antecederam a criação da Dite se revelou um trabalho exaustivo nos documentos do setor, isso devido às precárias condições de arquivamento. Ao deparar-me com as 186 pastas que estavam no setor, percebi que o que diferenciava uma pasta das outras era o ano escrito em caneta à frente do pacote, sinalizando que os documentos contidos naquele espaço faziam parte do citado marco temporal. A digitalização do acervo culminou em 7.277 cópias digitais, que possibilitaram a tessitura de uma trajetória da Divisão e dos fatos que antecederam seu surgimento, permitindo uma montagem de um jogo de peças em busca dos seus respectivos lugares.

Através da consulta aos documentos foi permitido perceber que o quadro político e econômico do Estado sergipano não era diferente do que ocorria na esfera nacional. Sergipe seguia as recomendações do Governo Federal, cumprindo as políticas públicas que estavam sendo aplicadas no plano político e econômico. Um aspecto que pode ter interferido neste processo foi a mobilidade dos profissionais ocupantes do campo escolar.

No final do ano de 1987, Sergipe tinha como Governador o senhor Antonio Carlos Valadares, cuja filiação era ao Partido da Frente Liberal (PFL), não fazendo parte do Governo que estava estabelecido nacionalmente, que era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No ano de 1991, o Governador de Sergipe pela segunda vez é João Alves Filho, pelo Partido Democrático Social (PDS), cujo mandato foi até o ano de 1995. Após esse período, Albano do Prado Pimentel Franco assume o governo de Sergipe durante um período de oito anos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o mesmo que governava o Brasil na pessoa de Fernando Henrique Cardoso.

O Quadro 2 apresenta a relação dos governadores de Sergipe em cujas administrações foram implantadas políticas educacionais para uso das TIC:

Quadro 2 – Relação dos governadores de Sergipe no período de 1983 a 2010

N°	Nome	Partido	Ano
02	João Alves Filho	PDS	15/03/1983 a 14/03/1987
03	Antonio Carlos Valadares	PFL	15/03/1987 a 14/03/1991
04	João Alves Filho	PDS	15/03/1991 a 31/12/1994
05	Albano do Prado Pimentel Franco	PSDB	01/01/1995 a 31/12/1998
06	Albano do Prado Pimentel Franco	PSDB	01/01/1999 a 31/12/2002
07	João Alves Filho	DEM	01/01/2003 a 31/12/2006
08	Marcelo Déda Chagas	PT	01/01/2007 a 31/12/2010

Fonte: <[www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/galeria-de-governadores](http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/galeria-de-governadores)>. Acesso em 4 nov. 2011.

Esta visão da política sergipana demonstra que, apesar da linha política partidária adotada para governar o Estado, a vinculação com a situação da governança nacional estava presente. O discurso dos anos 1990, em nível nacional, do Estado Mínimo, da eficiência e da qualidade dos serviços oferecidos pelo governo local e a privatização foram sentidos em Sergipe. No Estado, além de implantação das políticas educacionais vindas do MEC, como os programas e projetos de uso das TIC, aconteceram privatizações, seguindo assim o plano nacional de política pública orientado pelo Banco Mundial, FMI, Unesco e Cepal.

O momento sociopolítico era do investimento na qualificação profissional e aprimoramento do sistema de ensino, que era situação *sine qua nom* para o desenvolvimento do País. As determinações das políticas públicas para os setores da economia tinham por objetivo adentrar no mundo do mercado globalizado, pregando o crescimento da produtividade e melhoria dos desempenhos das empresas quando essas encontravam maior concorrência mundial. Segundo Castells (1999, p. 107), o discurso era que a “[...] lucratividade pelas empresas e a mobilização das nações a favor da competitividade induziram arranjos variáveis na nova equação histórica entre a tecnologia e a produtividade”. Daí a demanda de formação para atender

às mudanças advindas do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, que culminaram em políticas educacionais para uso destes recursos.

O início da década de 90 do século XX em Sergipe foi o período em que se intensificaram os passos iniciais na área das tecnologias na educação. Nesse período surgiram três projetos como propostas de uso das tecnologias na educação, o primeiro faz referência à implantação da informática educativa, fruto do Projeto Educom, que tinha a proposta de capacitação de recursos humanos em curso de especialização em informática na educação, sendo considerado o primeiro projeto público a tratar nacionalmente do assunto das TIC na educação. O segundo foi o Projeto Vídeo Escola, em parceria com o Banco do Brasil e com apoio logístico da Fundação Roberto Marinho. O terceiro, que chegou ao Estado em 1992, foi o Programa Salto para o Futuro. Os três projetos trilharam caminhos diferentes em relação ao uso do recurso tecnológico aplicado à educação. A proposta de informática educativa era a utilização do computador, a do Vídeo Escola o uso de TV e vídeo, e a do Salto para o Futuro priorizava a utilização da TV e mais recursos a exemplo de fax e internet, orientando a formação docente.

Contudo, pode-se asseverar que o Cied foi o início da introdução das TIC no Estado. Outros estudos apontam o Projeto Vídeo Escola, porém verificou-se na pesquisa documental que a informática educativa foi o primeiro diálogo do Estado com a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação, formando, inclusive, profissionais da Secretaria de Estado da Educação para trabalharem na área das tecnologias na educação em Sergipe.

### **3.1.1 O Cied em Sergipe: um início e um fim**

Nacionalmente, a proposta da implantação dos Centros de Informática Educativa (Cied) nos estados brasileiros surgiu dentro do Projeto Educom, em 1987, na ocasião em que foram implementados dois cursos de especialização em informática educativa em nível de pós-graduação *lato*

*sensu*, coordenados pela Unicamp em 1987 e 1989 (MORAES, 1993).

A pesquisadora Maria Cândida Moraes também comenta que: “Os professores formados por esse curso tiveram como compromisso projetar e implantar, junto à secretaria de educação que o havia indicado, um Centro de Informática na Educação” (MORAES, 1993, p. 24). A autora continua sua reflexão informando que no período de 1988 a 1989 foram criados 17 Cied em diferentes estados brasileiros, incluindo Sergipe.

A proposta do Cied consistia em um centro irradiador e multiplicador da tecnologia da informática para as escolas públicas, permitindo a expansão da cultura da informática nas escolas, além da capacitação contínua e permanente de professores. A este respeito Moraes (1993, p. 24) relata que: “Cada estado da Federação, através de sua secretaria de educação, é que definiria os rumos da proposta, de acordo com a capacidade técnico-operacional em termos de recursos humanos a serem capacitados e dependendo de sua vontade política”.

Esta citação evidencia a participação do Estado enquanto órgão mediador para a implantação do Cied e permite perceber a importância da vontade política para a execução da proposta. Esta situação reforça o quanto o entendimento de uma política educacional por parte dos governantes e seus respectivos agentes públicos é relevante para a implantação de uma proposta educativa. Os Cied poderiam receber denominações locais próprias, mas sua linha de trabalho deveria seguir as orientações nacionais do projeto.

As informações sobre o Cied/Sergipe constantes nos documentos pesquisados permitiram conjecturar a trajetória do Centro de Informática na Educação no Estado, os primeiros técnicos da Secretaria de Estado da Educação que foram capacitados em Sergipe eram docentes do quadro da Seed. E teve-se a oportunidade de entrevistar um deles, construindo assim uma identidade para este local. Os depoimentos de três entrevistados para esta pesquisa também faziam referências ao Cied, permitindo o preenchimento de lacunas que não foram possíveis de compreender através dos documentos escritos.

Diante dos documentos e dos três depoimentos, conclui-se que Sergipe participou do curso do Projeto Formar na Unicamp com dois repre-

sentantes da Seed, e que, seguindo as orientações do curso, foi implantado um Cied no Estado, conforme um artigo publicado na Revista *Em Aberto*, ano XII, nº 57, de janeiro/março de 1993.

Os dois representantes participantes do curso eram da rede estadual de ensino, houve o contato com os dois professores, porém apenas um deles aceitou participar da entrevista abrindo seu acervo pessoal e cedendo fotos e documentos que estavam relacionados ao Cied em Sergipe. Sobre a seleção para participar do curso foi informado por parte do depoente Cied/1 que houve um convite e ele aceitou por ficar interessado na proposta de trabalho.

Os dois funcionários integraram a primeira turma no ano de 1987. O curso foi em Informática e Educação Projeto Formar/MEC, “realizado sob regime de estudante especial”, tendo a carga horária de 360 horas/aula, correspondendo a oito créditos. As disciplinas cursadas foram: Metodologia Logo (90h); Introdução à Informática e Sistema de Processamento de Dados (45h); Sistema de Programação (90h); Aprendizagem Assistida por Computador (45h); Impacto da Informática no Indivíduo e na Sociedade (45h) e Desenvolvimento dos Projetos Especiais (45h).

Uma leitura mais atenta das disciplinas do curso traz a concepção da época em relação ao uso da informática na educação e os conteúdos trabalhados, confirmando a adoção da linguagem Logo que, segundo Baranauskas (1998, p. 375), “[...] é a manipulação do objeto gráfico ‘tartaruga’, capaz de caminhar na tela deixando seu rastro”. O manuseio da tartaruga na tela executa ações do tipo de um quadro, uma casinha, dentre outros, que permitem o desenvolvimento de tarefas usando linguagem de programação. Este entendimento de modo de aprender passa pela abordagem construcionista<sup>13</sup> que entende que a aquisição do conhecimento se dá a

---

13 A linguagem Logo é tratada por José Armando Valente, que organizou em 1998 o livro *Computadores Conhecimento: repensando a educação*, publicado pela Unicamp/Nied, 1998. Valente trabalhou com a linguagem Logo nos cursos de informática educativa, vindo inclusive a Sergipe compartilhar seu conhecimento em curso de especialização no ano de 1998.

partir da ação do sujeito no ambiente, neste caso de programação, sendo mediado pelo comando da linguagem.

Ao ser questionado sobre as disciplinas integrantes do curso e a metodologia utilizada, o professor Cied /1 disse que:

[...] o curso foi intensivo e muito cansativo. Passávamos o dia todo dedicados ao estudo na Unicamp, alguns colegas desistiram, outros adoeceram... era um desafio... muita coisa nova para quem trabalhava com a educação e nunca tinha tido contato com a informática... a linguagem Logo exigia muito raciocínio, era de programação. (CIED/1).

Pelo depoimento é possível perceber que a introdução de uma cultura escolar precisa de tempo e orientação no tocante ao que se deseja atingir como proposta. Na declaração do professor Cied/1, também foi possível perceber que o novo é instigante e que “[...] a cada aprendizagem do novo, se tinha o sentimento de conquista...os professores eram bons, incentivavam o grupo, acreditavam no que estavam fazendo e isso era muito importante para quem estava longe de casa”.

Ao término do curso, o compromisso dos participantes ao voltarem para seus estados era de projetar e implantar o Centro de Informática na Educação. Este fato foi reforçado na correspondência que o professor Cied/1 recebeu de Aloísio Sotero, secretário-geral (não há definição de qual secretaria fazia parte), datada de 25 de setembro de 1987, da cidade de Brasília, cujo teor era a congratulação ao cursista por sua participação na primeira turma do curso de especialização de Informática e Educação – Projeto Formar.

No segundo parágrafo da correspondência percebe-se uma chamada à importância da implantação do Cied, por meio do seguinte escrito: “Contamos com sua valiosa colaboração e indispensável participação nas ações a serem desenvolvidas para a implantação do Centro de Informática em Educação da Secretaria de Educação”.

Com a chegada dos dois professores capacitados em Informática na Educação ao Estado, iniciou-se o diálogo entre a Secretaria de Estado de

Educação e a proposta da implantação do Cied. No depoimento do professor Cied/1 há a confirmação de que os dois professores ficaram lotados na Assessoria de Planejamento (Asplan) com a incumbência de estruturar o projeto do Cied em Sergipe.

No acervo da Divisão de Tecnologia de Ensino foi encontrada uma proposta de Projeto de Implantação da Informática Educativa no Estado com data de 1990. No documento há a proposta da implantação e difusão da informatização em duas escolas da rede estadual de ensino através de dois laboratórios de informática: no Colégio Estadual Atheneu Sergipense e na Escola de 1º e 2º Graus Governado João Alves Filho. Era pretensão da proposta envolver alunos de 5ª a 8ª série, num total de 576 alunos e 24 professores das duas escolas, além de capacitação de 60 profissionais da rede pública estadual para trabalhar com a informática educativa. Estava também proposto um seminário com a carga horária de 16 horas/aula para 150 participantes, contando com palestrantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Centro de Informática na Educação do Distrito Federal.

Outro documento que atesta a preocupação com a criação do Centro de Informática na Educação encontra-se datado de dezembro de 1991, intitulado Plano de Implantação da Informática Educativa, o qual apresentava uma proposta pedagógica, ou seja, como aconteceria o funcionamento da informática educativa no Estado, a caracterização dos Laboratórios de Informática Educativa (Lied) e os recursos humanos que integrariam cada Lied. O documento encontra-se com correção à caneta e sem assinatura. Na mesma linha de proposta de informática educativa no Estado há um documento do ano de 1992, cujo nome é Requisição para elaboração de Convênio<sup>14</sup>, no qual consta o nome do Secretário da Educação do ano de 1992. O objetivo dessa proposta era melhorar a qualidade do ensino do 1º e 2º graus através da utilização da informática educativa.

---

14 Esse documento não se encontra assinado, porém traz todo um detalhamento de ações a serem executadas e em três depoimentos foi possível encontrar relação entre o que estava escrito e as memórias dos entrevistados.

Esses três documentos atestam os encaminhamentos para a implantação da informática educativa através de um Cied. Observando a data de término do curso do Projeto Formar (setembro de 1988) e o ano da última proposta encontrada no arquivo da Dite para implantação do Cied/Sergipe, verifica-se que ações foram pensadas e algumas efetuadas, as quais integram o Relatório da Informática Educativa no qual se encontram as seguintes ações realizadas em Sergipe no período de 1991 a 1992:

- Seminário de Sensibilização de Informática Educativa promovido pela Secretaria de Estado da Educação, com o apoio do MEC, e a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete) em Aracaju no período de 4 a 5 de dezembro de 1991 com carga horária de 16h para docentes da rede estadual de ensino;
- I Curso de Capacitação de Informática Educativa com 80 horas no período de 3 a 14 de fevereiro de 1992, no Colégio Atheneu Sergipense em Aracaju, em que se tem como ministrante o professor Ricardo Leite de Albuquerque, do Cied de Mato Grosso do Sul. No relatório há a descrição que 46 docentes participaram do curso, 16 dos quais foram selecionados para atuar nos laboratórios de informática do Colégio Estadual Atheneu Sergipense e da Escola de 1º e 2º Graus Governador João Alves Filho.
- Curso de Aperfeiçoamento em Informática Educativa com carga horária de 40 horas, destinado a 18 professores atuantes nas unidades escolares. Foi realizado no período de 22 a 26 de junho de 1992. O documento que confirma esse curso veio do acervo pessoal do professor Cied/1 e é um certificado de participação.

No Relatório da Informática Educativa, no item Perspectiva da Informática Educativa em Sergipe, encontra-se um dado relevante: o apoio do Governo do Estado para implantar os dois laboratórios de informática, cuja ação, segundo relato, sensibilizou o MEC e a Secretaria Nacional de



Educação Tecnológica (Senete) a investir na implantação do Cied/SE.

No depoimento da DED/1 da época obteve-se a seguinte declaração: “o Secretário de Educação Dr. João Gomes Cardoso Barreto encantou-se com as tecnologias e investiu na proposta, tanto da informática, quanto do Vídeo Escola” (DED/1). No depoimento do professor Cied/1 tal informação confirma-se quando ele relata o entusiasmo e o incentivo desse Secretário em relação ao uso das tecnologias na educação.

De 1988 a 1992 houve a expectativa da implantação do Centro de Informática Educativa em Sergipe. Enquanto isso, o provável Cied localizava-se nas dependências do Departamento de Educação (DED), na rua Itabaiana, nº 313. O trabalho do Cied resumia-se a acompanhar os laboratórios do Colégio Estadual Atheneu Sergipense e da Escola de 1º e 2º Graus Governador João Alves Filho, além de propor cursos para os professores, bem como participar de cursos em outros estados. Para o professor Cied/1 foi um período de incertezas e muitas expectativas, pois a cada curso realizado na Secretaria de Estado da Educação ficava a certeza de que as tecnologias estavam ganhando receptividade e que sua adoção no campo educacional traria resultados na qualidade de ensino.

O trabalho a ser desenvolvido nos Laboratórios de Informática Educativa no Colégio Atheneu Sergipense e na Escola de 1º e 2º Graus Governador João Alves Filho atendia aos alunos, ministrando cursos de informática educativa na linguagem Logo como disciplina optativa.

Em relação aos recursos humanos, há descrição que no Lied teria um professor coordenador do laboratório, sendo o coordenador o que foi capacitado no Projeto Forma I, e integrando a equipe de cada Lied haveria seis docentes que eram distribuídos nos três turnos da escola. Esses seis docentes seriam selecionados a partir do I Curso de Capacitação de Informática Educativa, o qual somente aconteceu no ano de 1992.

Sobre esse período de 1988 a 1992 o depoimento do professor Cied/1 relata: “chegaram dois laboratórios e foram para dentro de duas escolas quando deveriam ir compor o Cied [...] iniciamos diferente da proposta estabeleci-

da nacionalmente para o Cied” (CIED/1). Ainda no depoimento há confirmação de que o professor Cied/1 ficou no Laboratório do Colégio Atheneu acompanhando os trabalhos dos professores que tinham sido selecionados para trabalhar no Lied. No depoimento percebe-se como os demais docentes (que não trabalhavam no Cied e exerciam atividades nos dois colégios que tinham laboratórios) viam as atividades da informática educativa, segundo Cied/1: “[...] os colegas (professores) passavam pela sala e comentavam: estão brincando no computador... Eles não entendiam a proposta de trabalho”. Esta situação reflete o desafio inicial de acreditar numa proposta nacional de informática educativa e de tentar conduzi-la no Estado.

Neste sentido, percebe-se que o ato de propor a introdução de um recurso e novas práticas no cotidiano da escola, neste caso da informática educativa através da linguagem Logo – que fazia uso de recursos tecnológicos –, vai além do manuseio desses recursos tecnológicos; é lidar com uma dinâmica de uso de tecnologias até então não usual; é o cuidado com a postura corporal, o domínio da técnica de digitação, conhecimento de programação, o trabalho diante da tela que exige outros aspectos de visualização e uma leitura não linear do que estava sendo pesquisado e construído. Estes aspectos remetem à visão de Julia (2001), que ressalta a importância da compreensão do estudo dos processos e produtos das práticas escolares, que trazem o tempo e o espaço como objetos de estudo.

Sobre a cultura escolar, o autor discorre sobre as transferências culturais que acontecem na escola em direção a setores da sociedade em termos de formas e conteúdos e vice-versa. Segundo Julia (2001, p. 22), “A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passam por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências”. Deste modo, verifica-se que a introdução da informática educativa não apenas remodela o espaço da escola; ela é percebida no comportamento e atitudes das pessoas diante do novo.

Na mesma linha das variáveis tempo e espaço escolar, os autores Vinão Frago e Escolano (1998, p. 10) percebem a cultura escolar como objeto histórico e assim dissertam:

[...] o espaço, o tempo e a linguagem, ou seja, nossas vivências e representações das mesmas constituem aspectos chaves para compreender, tanto em nível individual quanto interpessoal, o social. Também, sem dúvida, para organizar nossas vidas, para viver e para deixar viver. (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 10).

Percebe-se, desta forma, que a introdução das TIC, neste caso do computador como recurso a ser usado na educação, passa pela compreensão de um espaço e de um tempo que serão necessários para o entendimento do seu uso, que utiliza normatização, prescrição de regras e regulamentação. E a depender do seu movimento institucionalizado, pode ser apropriado de várias formas, considerando os sentidos e as leituras que são possíveis de fazer, seja individual ou socialmente.

Para Cied/1, foi a ausência do lugar onde seria o Cied, a lentidão nas ações definidoras para compor este setor e sua política de atuação, que acabaram por desestimulá-lo a seguir no trabalho da informática educativa. O ano de 1992 foi definidor na decisão de voltar à sala de aula e lá permanecer até os dias atuais como profissional na área da educação.

Ao ser questionado, no depoimento, sobre sua saída da área da informática educativa e qual o entendimento sobre o Cied, o professor Cied/1 fez a seguinte reflexão:

O Cied era para compor todos os programas que envolviam a tecnologia na educação, era para ser um lugar de trabalho pedagógico e apoio técnico dessa tecnologia, mas não aconteceu... acreditei neste lugar e fizemos o possível (ele e o outro professor que foi capacitado) para dar certo... mas... havia a questão de entendimento por parte da Secretaria de Estado da Educação do que seria este setor, a quem ficaria subordinado. E o tempo foi passando... então optei por sair... e ficou meu colega por algum tempo. (CIED/1).

A partir do ano de 1992 não foram mais citados os nomes dos dois professores escolhidos para cuidar do Cied nos documentos, mas sim o do professor Gladston Lisboa de Meneses, confirmando-o como coordenador do Cied no ano de 1992 para início do ano de 1993.

A falta de infraestrutura do Cied também aflorou em outros depoimentos. Dite/Coord/1 relata a seguinte situação: “A gente não tinha estrutura nenhuma, a gente arvorava a Cied, mas a gente não tinha estrutura, e por um bom tempo, ainda passamos assim, sem estrutura, depois conseguimos uma salinha apertada e um computador”.

No depoimento do professor Dite/Coord/1, a caminhada com o Cied foi sofrida. Muitas das ações foram realizadas “na coragem e na questão de apostar na ideia da informática na educação”. Foi com a chegada do Proninfe que a visão da informática educativa “ganhou corpo e o Governo Federal pôs recursos para isso”. Segundo o depoimento, a articulação feita entre o Governo Federal e o Estadual e a definição do que caberia a cada um dentro deste projeto permitiram que a equipe de trabalho do Cied – até então constituída de dois professores, um pedagogo e uma secretária – começasse a avançar. Confirmando a situação do Cied em Sergipe, há um boletim do Cied/SE, ano 1, n° 01, de outubro de 1993 que tem no seu editorial o seguinte texto:

Estimados colegas, este é o primeiro número do boletim informativo do Cied-SE (Centro de informática educativa de Sergipe), fruto de um processo árduo de conquista de espaço, atropelado por todos os problemas intrínsecos da Educação. Hoje estamos em atividade e num processo de expansão aguardando a chegada de equipamentos que virão equipar em definitivo o nosso centro. Mesmo assim estamos levando adiante o nosso trabalho, criando espaço de divulgação da nossa proposta. (BOLETIM DO CIED-SE, 1993).

O editorial traz quatro questões relevantes. A primeira está relacionada à política educacional para a implantação do Cied, que passa por definições de questões políticas e de operacionalidade; a segunda diz respeito à

questão do espaço e sua indefinição até aquele momento; a terceira consta da expectativa de que a chegada dos equipamentos (computadores) iria auxiliar a estrutura física e material; e a quarta ressalta o desprendimento da equipe em acreditar no Cied, ao ponto de criar um espaço de divulgação para informar aos docentes o que vinha sendo realizado.

O Relatório do Cied aponta ações que foram desenvolvidas entre os anos de 1991 a 1994, além de trazer a informação de que entre 1992 a 1995 o Estado, através do Cied, tinha capacitado 178 docentes, sendo seis em pós-graduação em informática educativa.

O ano de 1994 foi definitivo para o Cied/Sergipe, com a expansão do Programa Nacional de Informática na Educação (Proninfe)<sup>15</sup>, instituído pela Portaria Ministerial GM/MEC nº 549, de 13/10/1989, na Secretaria Geral e, posteriormente, integrado à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, através da Portaria nº 58, de 06/06/1990. Houve a expansão da oferta de computadores para as escolas públicas estaduais.

Sendo o Cied um espaço de suma importância para a institucionalização do Proninfe, era urgente definir um espaço para que esta política educacional de uso das tecnologias, neste caso o computador, fosse estabelecida no Estado.

Concomitantemente, na Secretaria de Estado da Educação acontecia outro projeto com uso das tecnologias na educação, neste caso o Projeto Vídeo Escola, que vinha realizando um trabalho nas escolas da rede estadual, com perspectiva de ampliação. Antes os projetos Cied e Vídeo Escola eram desenvolvidos de forma separada, não havendo até aquele momento uma preocupação dos dirigentes da Seed em criar um setor responsável pelo trabalho com as TIC.

Com a demanda das políticas educacionais orientadas pelo MEC para uso das tecnologias nas escolas, o Estado teve que definir um espaço físico

---

15 Programa do Governo Federal que buscava apoiar o desenvolvimento e a utilização da informática no ensino de 1º, 2º e 3º graus e na educação especial. Para conhecer as diretrizes desse programa verificar a Revista *Em Aberto*, Ano 12, nº 57, janeiro/junho de 1993.

para atender à proposta nacional de implantar as Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas públicas. Sendo assim, é criada, em 1994, a Divisão de Tecnologia de Ensino (Dite), que iria aglutinar os programas e projetos de uso das tecnologias na educação, sendo que o Centro de Informática Educativa passa a integrar essa Divisão como uma ação e não como um centro, conforme previsão.

No período de 1991 a 1994, o Cied priorizou vários eventos como forma de sensibilização e capacitação de recursos humanos: Seminário de Sensibilização de Informática Educativa, I Curso de Capacitação de Informática Educativa, Curso de Aperfeiçoamento em Informática Educativa, Curso de Informática na Educação: uma discussão pedagógica, I Curso de Aprofundamento na Linguagem Logo, além de outros.

O Cied, que no projeto original seria centro articulador das novas tecnologias, é configurado de forma diferente no Estado, tendo em vista a falta de compromisso dos dirigentes educacionais.

Inserido no organograma da Dite, o Cied continuou desenvolvendo ações de monitoramento da implantação dos laboratórios de informática nas escolas que faziam parte do Projeto Proninfe, orientando na criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em Sergipe e capacitando os docentes para atuar na área da informática educativa. A equipe do Cied passa a atuar seguindo as diretrizes do Proninfe, que se estabelece enquanto política educacional devido a sua estrutura e investimento por parte do Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual.

Esta situação, juntamente com a ausência oficial em documento de um Cied, terminou por retirar esta nomenclatura do Estado de Sergipe, ficando sua equipe dedicada às ações do Proninfe. À Dite coube realizar o papel de órgão gestor do acompanhamento das políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação do Estado, tendo uma ação mais contínua em relação à implantação do Projeto Vídeo Escola. Para o Cied/Sergipe é o fim de uma proposta nacional.

### **3.1.2 Projeto Vídeo Escola: uma proposta de uso da TV e vídeo em Sergipe**

O Projeto Vídeo Escola teve início com uma experiência vivenciada no Rio de Janeiro, no ano de 1987, cuja proposta era trabalhar com o audiovisual no cotidiano escolar. O trabalho desenvolvido com a proposta do uso da TV e vídeo foi exitoso e culminou numa proposta nacional, tendo o apoio da Fundação Banco do Brasil (LINHARES, 2007).

O Projeto privilegiou como campo de atuação, na sua fase de expansão, as regiões Norte e Nordeste do País. Esta escolha deveu-se ao fato da qualidade precária do ensino. O empenho em atender às duas regiões mencionadas reforça a urgência na necessidade de formação dos indivíduos para que o Brasil adentrasse no mundo globalizado, sendo as Tecnologias da Informação e Comunicação vistas como recursos importantes para a disseminação de uma nova cultura de trabalho e aprendizagem.

Em seu estudo sobre o Projeto Vídeo Escola, Linhares (2007) examina esse Projeto atentando para suas duas fases: a primeira, em que este foi aplicado em escolas particulares do Rio de Janeiro no ano de 1987, e a segunda, de disseminação na escola pública. Na primeira fase, as escolas criaram um ambiente para a aprendizagem através da utilização da linguagem audiovisual, e o resultado da experiência serviu de alicerce para que o Governo Federal desenvolvesse políticas públicas que contemplassem o fruto dessa experiência. A segunda fase, considerada a fase pública do Projeto, contou com o apoio financeiro do Banco do Brasil e o apoio logístico da Fundação Roberto Marinho. O autor assegura que tal acordo fez com que o Projeto fosse implantado gratuitamente em escolas públicas, o que gerou o estabelecimento de acordos com 16 estados brasileiros.

Um dos estados contemplados no ano de 1989 com o Projeto Vídeo Escola foi Sergipe. Na pesquisa realizada no acervo da Divisão de Tecnologia de Ensino foi encontrada uma Carta de Agradecimento, sob o protocolo da Seed nº 060/89, do dia 7 de dezembro de 1989, a qual consta de um

diálogo entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Roberto Marinho acerca da parceria, entre ambas, para a implantação do Projeto Vídeo Escola. Neste documento percebe-se que houve total interesse da Seed em ter o programa nas escolas públicas de Sergipe, na medida em que essa Secretaria organizou um Seminário Estadual de apresentação do Projeto Vídeo Escola a diretores e professores, o que viabilizou a participação desses no citado Projeto. No documento, ainda são relatadas as etapas que deveriam ser seguidas para a implantação do Projeto no cotidiano escolar. Esse Projeto tinha o objetivo de capacitar docentes para a formação da leitura audiovisual como linguagem de comunicação. As escolas contempladas com o Vídeo Escola recebiam um kit contendo um aparelho de vídeo e uma televisão, além de pacotes de programas audiovisuais produzidos pela Fundação Roberto Marinho, os quais eram gerenciados pela coordenação estadual num sistema de locadora para as escolas (LINHARES, 2007).

Em Sergipe, o envolvimento das escolas pode ser notado através de ofícios expedidos, no total de 23, do ano de 1989, quando diretores das escolas que iriam receber o Projeto Vídeo Escola relatavam a situação de suas unidades de ensino para receber o Projeto. Nesses ofícios há registros da condição da estrutura física das escolas para receber os aparelhos de TV e videocassete. Esses ofícios eram respostas dos diretores das unidades de ensino aos chefes das Diretorias Regionais de Educação (DRE)<sup>16</sup>, relatando as dificuldades encontradas pelos diretores de escolas para receber os aparelhos tecnológicos, destacando, sobretudo, as condições dos locais que abrigariam tais aparelhos.

O protocolo de intenções que celebram o Governo do Estado de Sergipe e a Fundação Banco do Brasil destaca as obrigações do Governo do Estado em relação ao Projeto Vídeo Escola. Entre as obrigações estão: proporcionar a participação das escolas da rede de ensino público do 1º

---

16 A Secretaria de Estado da Educação tem na sua hierarquia nove Diretorias Regionais de Educação, que são instaladas em diferentes regiões do Estado, com a finalidade de favorecer a comunicação entre a Seed, DED e as escolas.



grau do Estado a partir de uma seleção prévia; custear a infraestrutura necessária à implantação do Projeto (local, instalação, materiais e avaliação do trabalho) e supervisionar, em conjunto com a Fundação Banco do Brasil, a implementação nas unidades de ensino ou núcleos.

Como o Estado ficou responsável pela seleção das escolas e sua infraestrutura, verificou-se nos 23 ofícios expedidos no ano de 1989, que eram retornos dos diretores sobre as condições das escolas para receber o Projeto Vídeo Escola, que a estrutura das escolas não oferecia segurança para guardar os aparelhos e nem espaço adequado. Esta situação nos faz repensar que o fato de aderir à proposta exigiu outras demandas de ação por parte da Seed em relação às escolas em que o Projeto seria implantado. Nos documentos analisados, itens como: colocação de uma laje, instalação de grade de ferro em armários, compra de cadeados, implantação de sistema de alarme conjugado com a sirene da escola e reforço da segurança do prédio escolar foram estratégias adotadas para favorecer a recepção e guarda dos recursos tecnológicos, já que muitas unidades escolares não contam com serviço de vigilância e manutenção do prédio.

Analisando esses ofícios recebidos pela Seed compreende-se que a introdução de recursos tecnológicos não é uma ação isolada, e pondera-se que não basta a inserção desses na educação; ao contrário, faz-se necessário verificar como uma nova proposta de trabalho, que utiliza recursos tecnológicos, modifica o espaço escolar e gera mudanças nas práticas pedagógicas, o que “[...] significa dizer que os objetos passam por um processo de singularização dependendo dos seus possuidores e das situações de contato cultural” (SOUZA, 2007, p. 168).

Mas, não é só a estrutura física da escola que precisa ser repensada. A atuação docente em relação ao uso dos recursos tecnológicos é algo que faria toda a diferença. O depoimento de DED/1 analisa que: “Houve muita resistência para aceitar a TV e o vídeo nas escolas por parte dos professores... Naquela ocasião a TV Globo não era vista com bons olhos pelo sindicato e chega à escola um Projeto com o apoio da Fundação Roberto

Marinho”. Nesse depoimento verifica-se que o momento político do Brasil era difícil e que tal situação não era diferente em Sergipe. Para fortalecer os argumentos na defesa do Projeto Vídeo Escola e compreender como aconteceria sua implantação, DED/1 destacou sua participação no II Encontro Nacional do Vídeo Escola, que ocorreu entre os dias 4 e 6 de fevereiro de 1990, no Centrecon, Petrópolis/RJ. Nesse encontro foram discutidas as estratégias de implantação e capacitação de professores para trabalhar com os recursos do Projeto.

No tocante ao estranhamento por parte dos docentes quanto à utilização dos recursos da TV e videocassete na educação, analisa-se que esses professores estavam acostumados a utilizá-los como entretenimento. A aceitação como recursos que auxiliariam no ensino-aprendizagem exigiu um repensar e a busca de mudanças na prática pedagógica, isto é, da apropriação que seria possível de acontecer, visto que tais recursos pedagógicos não faziam parte do ambiente escolar tradicional. Este fato leva-nos a concordar com Faria Filho quando este afirma que “[...] as culturas escolares não são um pressuposto; elas são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola” (FARIA FILHO, 2007, p. 198).

Após a assinatura do Protocolo de Intenções iniciou-se a implantação do Projeto Vídeo Escola em Sergipe, no primeiro semestre de 1990, e segundo Linhares (1997, p. 50), “[...] as ações do Projeto (no ano de 1990) resumiram-se à entrega dos aparelhos às unidades selecionadas”. Esse pesquisador ainda relata que no final de 1990 foi constituída uma equipe no Departamento de Educação para acompanhar e avaliar o Projeto no Estado e no ano de 1991 foi que essa iniciou o acompanhamento pedagógico da proposta.

A chegada do Projeto Vídeo Escola ao Estado, diferentemente do Centro de Informática Educativa, não demandou uma especialização para técnicos da Seed; porém, teve ao seu favor o apoio de duas fundações de respeitabilidade no Brasil, que foram: a Fundação Banco do Brasil e a Fundação Roberto Marinho. Para Linhares (2007), ter o apoio das duas fundações foi

de suma relevância para que o Projeto desse certo, pois de certa forma havia uma cobrança por parte das fundações para com o trabalho a ser desenvolvido. Convém lembrar ainda que o Projeto Vídeo Escola foi uma ação de duas fundações, em parceria com os governos estaduais, que chegou às Secretarias de Estado da Educação sem ter uma equipe local formada para exercer seu acompanhamento, além do que era algo inovador, que simplesmente não podia ser rejeitado, tendo em vista que iria acontecer em 16 estados da Federação. Para Linhares (2007, p. 122), “os governos não podiam simplesmente devolver 100 kits de televisores e videocassetes e um conjunto de vídeos doados aos estados por duas importantes fundações”. O trabalho com a TV e vídeo iniciou na maioria dos estados com dificuldades de gerenciamento.

Naquele momento, o Departamento de Educação (DED) tinha divisões setoriais encarregadas do acompanhamento das modalidades de ensino estabelecidas, isto é: ensino básico, ensino fundamental, ensino médio e ensino supletivo. Essas divisões de trabalho eram formadas por núcleos de estudos que tinham pessoas responsáveis pelo acompanhamento das disciplinas dos currículos, realizando capacitações com os professores da área.

Com a chegada do Projeto Vídeo Escola surgiu a necessidade de formar uma equipe que acompanhasse o trabalho. Compôs inicialmente o Projeto, na função de coordenador, o professor Ronaldo Nunes Linhares, a convite da diretora do Departamento de Educação, no ano de 1990.

Como existiam os núcleos de estudos no DED, o trabalho dos responsáveis pelo Projeto Vídeo Escola ficou na oferta de oficina de leitura de imagem e vídeo, que era acompanhada por uma ficha de planejamento de como utilizar o vídeo na sala de aula.

Quando questionado como acontecia a formação dos ministrantes para o trabalho com as oficinas sobre leitura de imagem e vídeo, Dite/Chefe/1 relata o seguinte:

No primeiro ano a gente teve muito a atenção da Fundação Roberto Marinho, durante os seis anos de projetos a Fundação deu uma assistência anual, todo ano a gente ia para uma capacitação no Rio,

principalmente para o lançamento dos novos vídeos para ensinar... a preocupação era que houvesse uma linguagem única nesse processo, que a metodologia do processo fosse multiplicada de forma mais segura. (DITE/CHEFE/1).

O depoimento de Dite/Coord/4 reforça como se dava a preparação para a ministração das oficinas: “Eu acho que a gente tinha se não a teoria, mas a gente tinha muito a prática... Porque era muito ousado nosso trabalho... A gente assistia aos vídeos, pensava sempre na possibilidade de como utilizá-los nas áreas específicas”.

O trabalho de capacitação dos docentes para atuarem com o Vídeo Escola foi desenvolvido inicialmente com os professores que eram acompanhados pelos núcleos de estudos por disciplina integrantes do Departamento de Educação.

No acervo da Dite foram localizados 59 registros de listas de frequência de reuniões do Projeto Vídeo Escola realizadas em 1991, nas Diretorias Regionais de Educação, bem como em escolas jurisdicionadas às DRE das várias regiões do Estado, trazendo também anotados os nomes dos participantes. O registro destas ações permite afirmar que o processo de capacitação dos docentes em relação ao trabalho com a TV e Vídeo foi efetivado no ano de 1991.

Para acompanhar o Projeto Vídeo Escola<sup>17</sup> havia uma dinâmica de trabalho que acontecia observando a seguinte hierarquia: coordenação nacional, coordenação estadual, núcleos de vídeo e vídeos postos. Dentro desta composição, os núcleos de vídeos tinham por objetivo fazer circular as fitas, acompanhar pedagogicamente o vídeo posto e avaliar o processo e os resultados alcançados. O vídeo posto, por sua vez, era a escola “[...] responsável pela utilização, pelo acompanhamento e avaliação do projeto” (LINHARES 2007, p. 105).

---

17 O Projeto Vídeo Escola teve seu convênio renovado por três vezes com prazos de dois anos para cada renovação, totalizando seis anos de execução. Durante esse período os atores envolvidos no cumprimento das ações foram sendo incorporados pelas coordenações estaduais. Contudo, a diminuição de uma atuação mais direta da Fundação Banco do Brasil contribuiu para que o Projeto fosse perdendo importância e sua prática fosse sendo desprezada.

O documento Projeto Vídeo Escola em Sergipe, datado do ano 1994, confirma que esse Projeto foi implantado no Estado no ano de 1989, atuando em 100 unidades de ensino que receberam o kit (TV e vídeo), e que essas escolas estavam distribuídas em 64 municípios. Informa ainda que no ano de 1992 houve uma ampliação do Projeto, tendo sido expandidos para mais 20 vídeos postos, realizando a cobertura em 68 municípios de Sergipe. Os números apresentam a grandiosidade do Projeto e como esse abrangeu o Estado, fato que diferenciou da atuação do Cied/SE, que ficou restrito à capital.

Nas oficinas de sensibilização da utilização da TV e vídeo nas escolas das Diretorias Regionais de Educação os conteúdos abordados constavam da apresentação do Projeto e em como utilizar pedagogicamente os vídeos. Havia sessão de demonstração do uso de alguns vídeos aos professores, depois estes recursos eram analisados e solicitava-se a elaboração de um planejamento de como poderiam ser usados na disciplina que o professor ministrava.

Com a criação dos Núcleos de Apoio do Vídeo Escola nas Diretorias Regionais de Educação, foi necessário definir uma coordenação local que cuidasse do acompanhamento do Projeto na regional e visitasse as escolas, além de capacitar os docentes e realizar a locação dos vídeos. Estes profissionais tinham encontros mensais com a equipe do Projeto, em nível estadual, no Departamento de Educação. Nestas reuniões eram apresentados relatórios dos trabalhos desenvolvidos, propostas de trabalho a serem executadas, bem como leitura de texto e momento de reflexão sobre o uso da TV e vídeo, os quais eram procedidos da análise de algum filme.

O trabalho efetuado no Projeto Vídeo Escola foi tão relevante que escolas que não tinham sido contempladas com a TV e vídeo solicitaram a participação no Projeto. No acervo da Dite foram encontrados cinco documentos com esta solicitação. No ofício 14/1994 do Grupo Escolar Eliezer Porto, da cidade de Itabaiana/Sergipe, há relato do pedido: “O projeto é de fundamental importância para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem”. Este relato evidencia que a cultura escolar do uso da TV

e vídeo já se fazia presente no ideário da escola, propondo outras formas de trabalho pedagógico que incluíam os recursos tecnológicos como parte relevante do processo de ensino-aprendizagem.

A equipe do Projeto Vídeo Escola em nível federal enviava para a Secretaria Estadual de Educação uma revista denominada *Escola & vídeo*, que seria distribuída aos núcleos de apoio e aos vídeos postos. Verificava-se que, além dos aparelhos, o Projeto recorria ao material impresso para divulgação e orientação aos docentes. Também fazia parte o *Manual de sugestões de atividades para subsídio da ação do docente*. Esse material, além de ser distribuído aos núcleos e vídeos postos, também era utilizado nas reuniões pela equipe de acompanhamento estadual com o objetivo de divulgar as propostas do Projeto.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Vídeo Escola no Estado estava centrado na Seed, no entanto, envolveu outras instituições encarregadas da formação de recursos humanos, como a Universidade Federal de Sergipe (UFS). A parceria consolidada entre as duas instituições evidencia que a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação era uma realidade na Seed e que essa chegou a compartilhar seu acervo com a UFS.

Verifica-se que havia na ocasião o interesse da equipe que acompanhava o Projeto Vídeo Escola em Sergipe em produzir vídeos regionais e que a UFS era vista como companheira para este trabalho. Tal perspectiva corrobora para afirmar que havia a intenção de produzir vídeos que tratassem da realidade local, dando significação à cultura regional, fato que não foi concretizado com a parceria. Outro dado relevante é que o Projeto também foi ampliado para atender à rede municipal de Aracaju, o que revela a influência do trabalho que vinha sendo realizado.

Durante o período em que o Projeto Vídeo Escola estava vinculado à Divisão de Educação Básica, seu espaço de trabalho era uma pequena sala que compunha a videoteca e abrigava a equipe local de acompanhamento do setor. Segundo Dite/Coord/4, “[...] era uma das últimas salas lá do Departamento de Educação, bem escondidinha que a gente ficava”. Com

a ampliação do Projeto em 1993 e 1994 (LINHARES, 1997) fez-se necessário repensar suas estruturas humana e física.

Nos documentos pesquisados foi possível relacionar vários encontros e cursos promovidos pelo Projeto, em nível nacional, estadual e local, sendo este último nas Diretorias Regionais de Educação. Em nível local, os conteúdos abordados nos encontros e oficinas tratavam dos seguintes pontos: orientação metodológica para o manuseio dos aparelhos; utilização do vídeo enquanto instrumento didático; oficinas de planejamentos para uso do Vídeo Escola; oficina de leitura de imagem e roteiro de planejamento de trabalho com o vídeo. Estes conteúdos reforçam a escolha por um trabalho pedagógico de uso do Vídeo Escola pela equipe da coordenação estadual.

Outro dado relevante percebido nos encontros estaduais promovidos pelo Projeto era a participação de ministrantes de fora do Estado. Como foi o caso do 3º Encontro do Vídeo Posto de Aracaju do ano de 1994, que teve a participação da Superintendência do Banco do Brasil e da Fundação Roberto Marinho, além de palestrante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com a palestra: *A Linguagem da TV na Escola*; e de um jornalista e ex-repórter do *Jornal Nacional*, que tratou do tema *Televisão, Escola e Cidadania*.

Observou-se, nas escolhas dos temas que eram tratados nas oficinas locais e no 3º Encontro do Vídeo Posto de Aracaju, o propósito de apresentar a importância de trabalhar com a TV e entender a possibilidade de trazer sua linguagem para o âmbito da educação, contribuindo na formação do cidadão. Este trabalho realizado pelo Projeto Vídeo Escola foi de suma relevância para criar um ambiente amistoso para a utilização da TV e vídeo na educação.

Em Sergipe, a atuação do Projeto Vídeo Escola aconteceu até o ano de 1996 e foi marcada por um trabalho de sensibilização e utilização da TV e vídeo na educação, que atingiu a todo o Estado sergipano através das Diretorias Regionais de Educação.

Nesse período de tempo, com os tipos de encontros visando à formação continuada e à difusão do Projeto Vídeo Escola no Estado, percebe-se

a dimensão da sua atuação e como esse foi disseminando a cultura da utilização da TV e vídeo no processo educativo. Deste modo, é assertivo dizer que o trabalho efetuado pelo Projeto Vídeo Escola, dentre os três projetos existentes no Estado que faziam uso das TIC, foi o que impulsionou a criação da Divisão de Tecnologia de Ensino.

Segundo relato de Dite/Chefe/1: “O Vídeo Escola era o único projeto na verdade estruturado... Tinha três anos de caminhada, tinha duas fortes fundações por trás que cobravam [...]”. Confirmando a importância do Projeto Vídeo Escola na disseminação da cultura escolar de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas, o fato de que na criação da Dite o coordenador do Projeto foi designado como chefe da Divisão de Tecnologia de Ensino.

O Projeto Vídeo Escola foi o que mais repercutiu no Estado com o uso das tecnologias na educação no período de 1990 a 1994. Sua contribuição na disseminação da cultura de uso das TIC foi de suma importância. Sua atuação e a chegada de novas propostas nacionais fizeram com que o Estado pensasse numa estrutura que atendesse às políticas educacionais de uso das tecnologias na educação.

### **3.1.3 Programa Salto para o Futuro em Sergipe**

O Programa Um Salto para o Futuro surgiu no ano de 1991, a princípio, com recepção em seis estados do País, sendo que em 1992 abrangeu o território nacional. Em 1995 passou a se denominar Salto para o Futuro e tinha como objetivo a capacitação de professores através da Educação a Distância e continuada, tendo por veículo a televisão, sendo esta iniciativa do Ministério da Educação e da Fundação Roquette Pinto.

O Programa Salto para o Futuro era destinado a docentes da 1ª a 4ª séries do ensino do 1º grau, e tinha como objetivo debater diferentes tendências no campo da educação e contribuir para a prática pedagógica dos



professores em sala de aula. Tendo como recurso interativo a televisão, os programas eram veiculados e discutidos por especialistas, em séries<sup>18</sup> temáticas. Em nível nacional eram veiculados pela Rede Brasil de Televisão, e em Sergipe pela TV Aperipê.

Em Sergipe, o Programa Salto para o Futuro teve uma coordenação que ficou subordinada ao Departamento de Educação, e o espaço físico onde se executavam as atividades laborais era o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Jackson de Figueiredo, na capital sergipana. Esse espaço era um teleposto e nele havia os seguintes equipamentos: TV e vídeos, em um total de cinco. Em depoimentos colhidos, há o relato de que os docentes participantes do Programa Salto para o Futuro, nas Diretorias Regionais de Educação, recebiam um apoio financeiro (bolsa) para participar da proposta.

Com a expansão do Programa no interior do Estado, os orientadores de aprendizagem foram representados por técnicos das Diretorias Regionais de Educação, os quais realizavam trabalho de acompanhamento aos professores de 1ª a 4ª série do 1º grau e que já tinham experiência para desenvolver trabalhos daquela natureza. O fato de considerar como orientadores de aprendizagem os que já possuíam experiência em programas que faziam uso das tecnologias, permite afirmar que o Projeto Vídeo Escola já havia contribuído para a formação destes profissionais.

No acervo da Dite foram localizados nove documentos que faziam referência ao Programa Salto para o Futuro. Desses nove documentos, dois traziam programação de encontros pedagógicos do ano de 1994. O I Encontro Pedagógico aconteceu em 23 de março de 1994 e tinha como objetivo subsidiar os orientadores de aprendizagem com conteúdos nas atividades a serem desenvolvidas nas séries determinadas. Além desse, o II Encontro Pedagógico tinha como objetivos: aprofundar os conhecimentos teórico-metodológicos do ensino de Educação a Distância; propiciar meios de atualização e aperfeiçoamento dos orientadores de aprendiza-

---

18 Programas televisivos que eram exibidos em números estipulados de episódios sobre um determinado assunto.

gem, superiores e monitores para o desenvolvimento das atividades no ensino de Educação a Distância, e difundir experiências de aprendizagem, desenvolvidas pelos orientadores de aprendizagem nas Diretorias Regionais de Educação e em telesalas.

Os objetivos do II Encontro ressaltam o tema Educação a Distância, e neste sentido é admissível afirmar que foi o Programa Salto para o Futuro que primeiro utilizou a metodologia EAD como forma de mediação, sendo a experiência pioneira no Estado.

Além do registro dos dois encontros, percebeu-se que foram realizadas reuniões de capacitação em teleposto<sup>19</sup>, visitas da coordenação estadual às escolas que aderiram ao Programa e encontros dos docentes e técnicos nas Diretorias Regionais de Educação.

O Programa Salto para o Futuro não só utilizava a TV e os programas veiculados como também textos de apoio, recursos tecnológicos como fax, telefone e mais recente a internet, ou seja, a rede mundial de computadores. Percebe-se nos documentos pesquisados que a chegada dos recursos tecnológicos tornou-se peça importante para a qualificação profissional dos docentes e melhoria na educação, como pregava o discurso neoliberal da década de 90 do século XX. Contudo, é importante frisar que não é só a introdução dos recursos tecnológicos que trazem mudanças, mas também as ações de sensibilização, capacitação e acompanhamento das atividades executadas pelos docentes nas salas de aula.

Esse Programa foi uma ação da Coordenação de Educação a Distância/Secretaria de Educação Fundamental e Ministério da Educação. Nos estados havia uma coordenação estadual, que foi denominada Coordenação Estadual de Educação a Distância e Continuada. O acompanhamento do Programa em Sergipe ficou a cargo da professora Josefa Ayres de Góis Santos.

Alguns documentos do Ministério da Educação apontam que o Programa Salto para o Futuro foi o pioneiro na formação e atualização do-

---

19 Eram escolas-sedes nos municípios onde aconteciam reuniões entre os professores para discutirem as séries que estavam sendo veiculadas pelo Programa.

cente no âmbito do ensino fundamental e que permitiu a utilização de atividades a distância e presencial. Também expõem quatro considerações relativas ao trabalho realizado pelo Programa Salto para o Futuro, dentre as quais destacam-se duas: as dificuldades continentais do País e suas respectivas peculiaridades regionais e estaduais e as dificuldades estruturais próprias de um processo de atualização e/ou capacitação de professores.

Ressaltam que o Programa Salto para o Futuro era importante para a democratização do conhecimento no País, visto que era veiculado pela TVE Brasil e permitia ao telespectador brasileiro ter acesso à programação; e lamentavam que seu uso ficasse restrito ao canal da TV Escola. O Programa Salto para o Futuro atuou por cinco anos e foi integrado ao Programa TV Escola a partir de 1996.

### **3.2 Criação da Divisão de Tecnologia de Ensino**

O ato de entender o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no cotidiano da instituição educativa deve considerar as implicações e dimensões da ação dos envolvidos neste processo, as práticas e as representações dos gestores, bem como a observância dos percursos das políticas públicas no contexto social e a pretensão das ações organizadas, sem deixar escapar a dinâmica social que estava inserida no processo.

Na área da educação, o manuseio dos recursos tecnológicos por parte dos seus atores foi fator indispensável para adentrar no universo da globalização, pois o domínio de tais recursos permitiu a operacionalização das ações a partir deste tipo de apropriação.

Segundo Vinão Frago e Escolano (1998, p. 46): “O espaço escolar é também uma construção cultural e, portanto, histórica”. Assim sendo, apropriar-se não significa aceitar por completo o que foi pensado em termos de usabilidade e aplicabilidade da tecnologia na educação. Deve-se considerar também a compreensão de como os atores conseguiram re-

presentar as novas ideias, de como foi possível, em diferentes lugares e momentos, o desejo do grupo – que classifica e determina as ideias desejáveis – materializar-se. Neste sentido, deve-se reconhecer que as instituições educativas, através de seus atores, tornaram-se espaços de difusão de ideias, capazes de exercer o controle daquilo que se pretende impor como ideal à sociedade, pois “[...] o espaço, o tempo e a linguagem, ou seja, nossas vivências e representações das mesmas, constituem aspectos-chave para compreender, tanto em nível individual quanto interpessoal, o social” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 10).

Certamente, a implantação de políticas educacionais para o uso de tecnologias destinadas à educação é entendida como estratégia para incorporação de um discurso de qualidade e eficiência na educação. Neste sentido, Certeau (1996) apresenta as estratégias como o poder do mais forte que pode caracterizar uma história de relações simbólicas de força, onde os dominados aceitam ou rejeitam as representações forjadas. Para Certeau (1996), as estratégias são, portanto, ações que, a depender do lugar de poder que atuam, podem elaborar discursos totalizantes que sejam capazes de articular um conjunto de ações onde as forças distribuem-se. Deste modo, inscritas nas práticas que compõem o cotidiano, as representações são construídas pelos discursos, assegurando e perpetuando uma dependência ou uma dominação.

Introduzir tecnologias no cotidiano da escola tinha como propósito uma reorientação das práticas pedagógicas que, a depender do envolvimento e da representação que os atores educacionais faziam, poderiam, ou não, ser eficientes. Neste sentido, são evocadas as táticas, “[...] vistas como procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo” (CERTEAU, 1996, p. 102); isto é, as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, pela forma como os indivíduos dão sentido ao que veem, que pode, a depender do lugar (entendido com a ordem) ter interpretações e empregos variados.

Para o acompanhamento das ações de implantação e desenvolvimento das propostas dos programas nacionais para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na esfera educacional, cada unidade da federação deveria criar um setor ou órgão que, seguindo as diretrizes dos programas nacionais, deveria implantar, capacitar, assessorar e acompanhar o desenvolvimento em nível local.

Ao compor a cena da introdução de políticas educacionais para o uso das tecnologias na educação no Estado de Sergipe, entre os anos de 1990 a 1993, foi possível traçar o percurso de três projetos: o de Informática Educativa, Vídeo Escola e Salto para o Futuro. Os três projetos aconteciam dentro do Departamento de Educação, porém, de forma separada. Foi possível presumir que até o final de 1993 não havia um órgão ou setor que gerenciasse o uso das tecnologias na educação no Estado. Esta ação ficou sendo acompanhada por professores que foram lotados no DED.

Esta equipe, composta por profissionais da área da educação com formação em licenciatura (Pedagogia, História, Educação Física), formou, inicialmente, um grupo de trabalho que exercia sua atividade profissional dentro da Secretaria de Estado da Educação, no Departamento de Educação, e estava subordinada à Divisão de Ensino Básico, esta última modificada, posteriormente, para Serviço de Ensino Fundamental, diante das mudanças de nomenclatura advindas da Lei 9394/96.

A relevância de conhecer as histórias deste tipo de instituição não só se revela importante, mas primordial, visto que elas envolvem abordagens sociológicas, pedagógicas, econômicas, organizacionais, curriculares e antropológicas, constituindo-se, por isso, numa via de renovação do ensino da história da educação. A partir da história das instituições educativas é possível alargar as problemáticas educacionais, conhecer os contextos e a especificidade de modelos e práticas educativas, além de favorecer interpretações de um processo histórico com a construção de uma identidade institucional.

A existência de um setor ou órgão que acolheu e executou ações para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, objetivando a cria-

ção e difusão de uma cultura de uso dos recursos tecnológicos na educação brasileira, em especial na escola pública, implica mudanças na cultura escolar. Na visão de Julia (2001, p. 32), “a cultura escolar é efetivamente uma cultura conforme, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível”.

Se considerarmos que a cultura escolar não envolve ações que acontecem isoladamente e que trazem, a depender do local e do momento, significados diversos, entende-se que disposições gerais, por vezes impostas pela sociedade à escola, podem ser, na prática pedagógica, realizadas de outro modo. Isso porque existe no trabalho docente um espaço de liberdade, de atuação; e que a escola, enquanto instituição que está inserida numa determinada cultura e que é dirigida por indivíduos que trazem seus significados, também não é um ambiente que absorve tudo que lhe foi orientado pelos órgãos que a regem.

Ações para o uso das tecnologias na educação no Brasil já vinham sendo executadas antes mesmo da década de 90 do século XX. Elas seguiam o discurso neoliberal de estabelecimento da padronização e normatização da escola, além do incentivo, como é o caso de políticas educacionais destinadas ao uso das tecnologias no ambiente escolar, para novas experiências educativas que possibilitariam às escolas outras práticas educativas. Neste discurso, a incorporação das TIC nas escolas é vista como elemento catalisador de mudanças significativas na aprendizagem do aluno.

Em Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (nomenclatura recebida em 1990) teve de constituir para os três Projetos que vigoravam no Estado naquele período (Informática Educativa, Vídeo Escola e Salto para o Futuro) uma equipe de profissionais para acompanhar as políticas educacionais das TIC. O aumento das atividades de acompanhamento e o imperativo de receber novos recursos tecnológicos provenientes dos programas TV Escola e Proninfe compeliram a Secretaria de Estado da Educação e Cultura a providenciar um espaço mais adequado e amplo que abrigasse a equipe e os recursos tecnológicos.

A conquista do espaço (físico) não foi fácil. Os Projetos que executavam ações no Estado com o uso das TIC foram ampliando suas atividades, e no ano de 1994 foi realizado o I Simpósio de Tecnologia de Ensino, que aconteceu no período de 27 a 28 de junho. Este evento congregou professores, diretores pedagógicos e técnicos responsáveis pelos setores do Vídeo Escola, do Salto para o Futuro e da Informática Educativa das unidades escolares e das Diretorias Regionais de Educação. Esse simpósio ocorreu no auditório do Centro de Aperfeiçoamento Educacional Jackson de Figueiredo e obteve a participação de 70 pessoas. contou com ministrantes de Sergipe e houve preleções sob a responsabilidade de dirigentes e pesquisadores de outros estados para intercâmbio de experiências e aprofundamentos teóricos.

Os temas abordados no Simpósio foram: Tecnologias Educacionais no Brasil; Informática Educativa – propostas e perspectivas; Televisão e Educação e Tecnologias Educacionais e Escola Pública. Percebe-se que os temas relacionados versavam sobre os recursos tecnológicos dos projetos implantados no Estado, enfocando o uso da informática e da televisão na educação.

Os depoentes desta pesquisa declararam que foi um marco a implantação da Divisão de Tecnologia de Ensino, que passava a ter um status de divisão setorial no âmbito da administração pública, mesmo ficando subordinada ao Serviço de Ensino Fundamental, que compunha o Departamento de Educação. A decisão de criar a Dite foi um marco relevante no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, que institucionalizou um setor para cuidar das políticas educacionais que envolviam a introdução e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação de Sergipe. Em depoimento, DED/2 ressalta que:

[...] houve uma necessidade em algum momento de um espaço físico maior e não era só a questão do espaço físico, mas era o anseio pelo crescer dessa proposta que era maior do que o espaço comportava, então nós conseguimos com o Secretário da época alugar uma casa e aos poucos fomos estruturando, claro que ainda longe do ideal, mas tão audaciosamente que conseguiu fazer uma proposta de capacitação, uma pós-graduação. (DED/2).

Pelo depoimento do DED/2, foi possível perceber que a equipe que trabalhava com as tecnologias na educação tinha um perfil singular, que visualizava na proposta de utilização das TIC a possibilidade de novas estratégias de trabalho, utilizando-se da interdisciplinaridade. O depoimento de Dite/Chefe/1 confirma o perfil formativo que foi sendo constituído na equipe da Dite e relata a importância de um local para o setor, com a seguinte narrativa:

O vídeo escola nos deu muita força para uma fundamentação teórica... Foi o período em que nós começamos a fazer os encontros estaduais junto com os oficineiros que eram enviados pela Fundação Roberto Marinho. Nós fizemos cinco semanas de vídeo e em todas essas semanas de vídeo trazíamos os professores para passar uma semana com a gente no alojamento do Jackson de Figueiredo e os professores passavam uma semana com a gente só estudando... Trouxemos Marília Franco que era uma das poucas da época que trabalhava com educação, cinema e educação, a Mariazinha Fuzari, que já estava fazendo pesquisa na área da educação e comunicação. Construímos um conceito de tecnologia educacional muito mais ligado a essa perspectiva de educação e comunicação. Então quando foi oficializada a Dite essa caminhada estava já na metade, a gente já tinha certa maturidade teórica [...]. (DITE/CHEFE/1).

O depoimento evidencia como foi se formando o perfil do profissional que foi chegando à Divisão, e mostra a importância do diálogo com profissionais de outros estados para compor um referencial teórico da área. Esses profissionais, além de trazer o que tinha de mais novo na área das TIC da época como reflexão aos docentes, contribuíram para a formação de uma cultura de uso das TIC nas escolas sergipanas.

Nos documentos pesquisados não foi encontrado o texto oficial relatando o ato de criação da Dite, apenas um ofício (nº 52/99 de 1º de julho de 1999) enviado pela direção da Dite ao presidente da Associação Brasileira de Tecnologia (ABT), que faz referência à criação da Dite no ano de 1994. Outro documento que permitiu elucidar a criação da Dite foi o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Educação do Desporto e



do Lazer, ano de 1994, no qual é possível verificar que a Dite fazia parte do Departamento de Educação, embora ainda se encontrasse sob o comando do Serviço de Ensino Fundamental, situação que vigora até hoje. A leitura do regimento da Seed permite verificar que a identidade da Dite ainda contemplava indefinição, pois a Divisão não atuava apenas no ensino fundamental, visto que seu foco de ação permitia interfaces com outras instâncias da educação, o que é comprovado no item VII do Art. 88 do Regimento Interno do ano de 1994, que está relacionado às competências da Dite. Uma das competências da Divisão era: “Orientar as demais Divisões do Departamento de Educação nas questões referentes ao uso de novas tecnologias educacionais”.

Neste artigo registram-se as competências da Divisão de Tecnologia de Ensino, setor ao qual compete um total de 13 ações:

- I – Promover estudos sobre a informática educativa na área de radiotelevisão;
- II – Coordenar as atividades relacionadas à implantação das oficinas de inovação curricular em articulação com o Serviço de Ensino Fundamental;
- III – Propor e acompanhar a utilização de novas tecnologias educacionais;
- IV – Agilizar a aplicação dos recursos para a implantação dos projetos de tecnologia educacional;
- V – Identificar as necessidades de capacitação de docentes a fim de participarem de programas de tecnologias educacionais;
- VI – Propor cursos de capacitação de docentes através de programas de tecnologias educacionais;
- VII – Orientar as demais divisões do Departamento de Educação nas questões referentes ao uso de novas tecnologias educacionais;
- VIII – Zelar pela manutenção do material técnico (vídeo, televisor, computador etc.);

- IX – Desenvolver pesquisas quanto ao uso das novas tecnologias de Telecomunicação e Informática no ensino;
- X – Incrementar programas e projetos de integração técnica com instituições e organismos nacionais e internacionais;
- XI – Proporcionar o desenvolvimento de programas de aprendizagem a distância;
- XII – Manter e avaliar programas e projetos de aprendizagem a distância;
- XIII – Exercer outras atividades afins ou correlatas, especialmente aquelas que lhe sejam atribuídas pelo chefe de Serviço de Ensino Fundamental.

Esse regimento foi elaborado no Governo de João Alves Filho, e no cargo de Secretário da Educação estava Dilson Menezes Barreto. No item c.1.1.5, onde consta Divisão de Tecnologia de Ensino, tem-se a sigla Dites, porém essa não foi adotada nos documentos analisados na pesquisa. A sigla Dite é que esteve presente em todos os documentos que faziam referência à Divisão.

Essas competências atribuídas à Divisão priorizam o foco pedagógico, além do fato de que sua atuação perpassaria por todas as divisões setoriais do Departamento de Educação. Esta situação coloca a Dite em uma ação horizontal e vertical de atendimento ao DED, permitindo que suas ações se desloquem dentro das várias modalidades de educação na Secretaria de Estado da Educação.

Na análise do relatório de 1999 foi descrita a situação da Dite no período indicado e consta seu objetivo, que era: “[...] gerenciar, planejar, implantar, orientar, acompanhar, integrar, produzir e avaliar projetos na área de Tecnologia Educacional”. Foi observado no corpo do texto do documento que o discurso posto é o da preocupação em tornar a tecnologia acessível a todos. Considerando o discurso neoliberal, pode-se afirmar que a pretensão era incorporar nos indivíduos, através de ações práticas e saberes, um conjunto de valores, capacidades, técnicas, atitudes, dentre outros elementos, a fim de aten-

der ao novo contexto societal. Também se confirma que o trabalho da Divisão era direcionado às ações pedagógicas, que aconteciam na forma de oficinas, encontros, reuniões, capacitações, produção de vídeos, visitas às Diretorias Regionais de Educação, locação de vídeos e gravação desses para as escolas.

O acompanhamento da parte tecnológica, que era o trabalho da instalação dos recursos tecnológicos como computador, TV e vídeos, ficou, segundo o Regimento Interno da Seed, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Informática (Codin). Este órgão fazia parte da subordinação direta da Secretaria de Estado da Educação e tinha nove competências. No Art. 17 do Regimento Interno encontra-se o seguinte texto: “A Codin, órgão de apoio e assessoria, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Educação e do Desporto, tem por finalidade promover a informatização da Seed e subsidiar a sua modernização”.

Ressalta-se que a Codin não atendia apenas à Dite. Seu trabalho também consistia em acompanhar o processo de modernização da Seed, informatizando as rotinas administrativas, e prestava assistência técnica aos demais usuários da Seed. Esta situação mostra a importância do setor e que seu foco estava direcionado a outras ações de trabalho que não se restringiam a questões pedagógicas da Dite. O apoio da Codin à Divisão veio através da assistência na implantação e manutenção dos recursos tecnológicos, bem como na liberação de funcionários que ficavam exercendo atividade profissional na Dite contribuindo na manutenção dos recursos tecnológicos.

Esta configuração da estrutura da Seed que consta no seu Regimento Interno do ano de 1994 invalida a proposta pensada anteriormente pelo MEC, que era a criação de um Centro de Informática Educativa que seria constituído dos programas e projetos de uso das tecnologias na educação e que executaria as capacitações docentes, bem como o apoio técnico necessário ao andamento das propostas.

Deste modo, é criada a Divisão de Tecnologia de Ensino no ano de 1994, fruto de trabalhos realizados pelos programas e projetos que faziam uso das TIC no Estado.

Apesar de ser criada como divisão setorial dentro do Departamento de Educação, a Dite tem suas ações regulamentadas para utilização pedagógica das tecnologias na educação através da Portaria n° 8.188, de 30 de dezembro de 2002, assinada pelo Secretário de Educação Nilson Barreto Socorro. Essa portaria tem 10 artigos que tratam do trabalho a ser executado pela Divisão, o qual envolveria a utilização das TIC na educação. Sobre a necessidade de estabelecer uma cultura de uso das tecnologias encontra-se no Art. 4 o texto: “Fomentar a rapidez de informação através da implantação de uma cultura de utilização do ambiente de rede local e mundial de comunicação/Internet”. A portaria oficializa o trabalho desempenhado pela Divisão e a consolida como único setor dentro do DED/Seed a desenvolver programas, projetos e planos de utilização das TIC na Educação no Estado sergipano até a presente data.

### **3.2.1 Os percursos da Divisão de Tecnologia de Ensino**

A Dite foi criada dentro do Departamento de Educação e ficou subordinada ao Serviço de Ensino Fundamental. Sua gênese data do ano de 1994, e seu primeiro local como Divisão ficou na Rua Itabaiana n° 313, o mesmo espaço que era ocupado pelo DED.

Nesse local foi concebido o formato da Dite, o qual culminou na junção dos três projetos que atuavam com as tecnologias na educação no Estado. A perspectiva da vinda de recursos tecnológicos – neste caso o laboratório de informática que chegaria para compor o espaço do Cied, a ampliação da sala da videoteca com a chegada de novos vídeos e a dimensão do trabalho que vinha sendo executado pela equipe da Dite – mobilizou a direção do Departamento de Educação a pleitear um espaço físico maior que comportasse a Divisão. Segundo depoimento de DED/2, houve um movimento de sensibilização para definir um espaço físico para a Dite, culminando na transferência da Divisão para a Rua Boquim n° 238.

Segundo depoimentos de técnicos da Divisão de Tecnologia de Ensino, a casa era de arquitetura antiga, com cômodos que tiveram de ser adaptados para receber a videoteca, os aparelhos de TV e vídeo e, posteriormente, os computadores, além da parte administrativa, que era composta por um coordenador da Divisão e uma secretária.

Segundo Dite/Coord/1, foi nessa casa que o primeiro laboratório de informática foi implantado, com a perspectiva de capacitação dos docentes do Estado, como também a chegada do Proninfe e do Programa TV Escola. Nesse espaço, a Divisão foi se constituindo. Também são do período em que estavam instalados na Rua Boquim, o folder, que trazia escrito o que era a Dite, seus objetivos, as competências e os projetos que essa Divisão desenvolvia. O folder é a confirmação da identidade da Divisão e de como essa ia criando meios de afirmação dentro da Secretaria de Estado da Educação.

Em relação aos profissionais que compuseram inicialmente a Dite quando essa foi para a Rua Boquim, registra-se que foram docentes do quadro efetivo da Seed e que tinham nível de formação superior. Como os docentes desenvolviam atividades técnico-administrativas, foram chamados de técnicos para diferenciar da atividade docente. Não foi localizado no acervo da Dite ou mesmo na Secretaria nenhum registro que deixasse vestígio de que houve concurso da área administrativa da Seed para compor o quadro de funcionários da Divisão ao longo de toda a sua existência. Os profissionais que trabalharam na Dite foram docentes efetivos do Estado.

A equipe da Dite foi composta pelos seguintes profissionais: Ronaldo Nunes Linhares (coordenador), Gilvanda Maria Dias da Silva, Gladston Lisboa Meneses, Joana Angélica Lisboa Machado, Neusvaldo Silva Lima, Josefa Ayres de Góis Santos, Valdêres Muniz Vieira e Maria José Moura.

Encerrado o contrato com o prédio que acomodava a Divisão de Tecnologia de Ensino, o Governador do Estado de Sergipe, Albano do Prado Pimentel Franco, através do Secretário de Educação, Luiz Antonio Barreto, optou por transferir a Divisão para um prédio público. O edifício escolhido foi o Estádio Lourival Baptista, que em suas dependências tinha

espaços ociosos, que ficavam localizados embaixo das marquises e estavam em condições de uso, neste caso a decisão foi fazer adaptações na estrutura para o trabalho da Dite. Neste terceiro local a Divisão de Tecnologia de Ensino permaneceu até o ano de 1998, quando as paredes do prédio começaram a apresentar rachaduras. Os técnicos da DITE, preocupados com a situação, resolveram suspender a capacitação que ocorria no local, e nessa mesma manhã uma das marquises do estádio desabou, porém não afetou os técnicos e docentes presentes. Com o desabamento, o local dos recursos tecnológicos foi coberto de poeira, mas sem nenhum prejuízo. Esse acontecimento foi manchete de três jornais<sup>20</sup> veiculados no Estado.

Pelos depoimentos de cinco entrevistados houve a alusão do fato ocorrido no Batistão, como também comentários que de todos os espaços físicos, esse foi o que abrigou a Dite de forma razoável, tanto na parte administrativa, como da videoteca e sala para capacitação de professores.

Diante da urgência de locação dos técnicos da Dite para dar continuidade às suas ações, o quarto lugar a ser ocupado pela Divisão foi o prédio do antigo Atheneuzinho<sup>21</sup>, localizado na Avenida Ivo do Prado, 398. De arquitetura neoclássica, o edifício, que pertencia ao Estado e já tinha sido sede da Secretaria de Estado da Educação, não tinha estrutura física adequada a um órgão que tratava de tecnologias, inclusive não possuía instalações elétricas que suportassem a carga advinda do uso dos equipamen-

---

20 Os jornais *Cinform*: Aracaju, 21 a 27 de dezembro de 1998, ano XVI N° 819 e *Gazeta de Sergipe*: Aracaju, sexta feira, 18 de dezembro de 1998, ano XLIII N° 11. 982 trataram do fato chamando atenção para o aspecto do campeonato sergipano de futebol que seria modificado para o ano de 1999 devido ao ocorrido com o Estádio Batistão. Apenas o *Jornal da Cidade*, edição de 18/12/1998, ano XXVII, N° 7.931, faz menção à Divisão de Tecnologia de Ensino e redige que havia uma capacitação no local com quase 60 professores.

21 Para conhecer mais sobre a História da Educação de Sergipe e sobre a importância do prédio que abrigou o Colégio Atheneu e a sede da Secretaria de Estado da Educação (1998), recomenda-se a leitura de NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Governo de Sergipe/UFS, 1994.

tos. Seus cômodos não podiam tornar-se salas específicas para acomodar computadores, TV e vídeo, videoteca, além das atividades administrativas.

Esta escolha, segundo declaração de DED/2, aconteceu em conjunto com o diretor do DAF, conforme se constata em seu relato:

[...] nós tomamos a decisão de mandar a Dite para o prédio da velha secretaria que estava desocupado. Era uma improvisação, só para não ficar na rua; e porque queriam recolher os computadores todos, os aparelhos todos para o almoxarifado e eu não deixei, porque senão, se fosse para lá não voltavam... E a decisão seria reformar... Assim foi achado um ideal naquele momento... Alguns equipamentos sofreram dano, mas não foi assim também tão grave, deu para recolher tudo.

Consoante os depoimentos colhidos, o local foi adaptado às atividades da Dite naquilo que foi permitido ajustar, como, por exemplo, a segmentação de seus cômodos, a adaptação da rede elétrica, além do mobiliário e demais objetos materiais. Diante da situação, pode-se questionar: Como desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, quando o próprio espaço que abrigava a Dite mostrava o contrário? Era como se faltasse articulação entre o ser e o fazer, pois conforme Souza (2007, p. 165): “[...] o aparecimento, o uso, a transformação e o desaparecimento desses objetos são reveladores das práticas educacionais e suas mudanças [...] além de instituírem um discurso e um poder, informam valores e concepções subjacentes à educação”.

Mesmo o prédio passando por adequação para abrigar a Dite, chegou um momento em que o trabalho da Divisão ficou inviabilizado. Na comunicação interna nº 191/2001, enviada pela Dite ao Departamento de Educação, encontram-se descritas as circunstâncias do prédio. No relato é exposto que o local estava em péssimo estado de conservação, com rachaduras, vazamentos através de fissuras, piso de madeira com alto grau de desnível, portas e janelas danificadas, rede elétrica e lógica expostas, além da equipe estar vulnerável a ataques de agentes nocivos à saúde, como fungos, ratos e cupins, sem contar a proliferação de mofo em consequência

da umidade. Ressaltava, ainda, que algumas salas tinham sido isoladas, por orientação da equipe de engenharia da Seed, tendo em vista apresentar problemas que poderiam ocasionar danos às pessoas. No documento era solicitada a intervenção da Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista o trabalho que era desenvolvido pelo setor e o fluxo de docentes que compartilhavam este ambiente nas capacitações ministradas.

Em 2002, a Divisão de Tecnologia de Ensino foi mais uma vez orientada a sair do prédio que a abrigava, visto que a estrutura física dele estava comprometida, mudando-se para a sua quinta sede, desta vez em um prédio situado na avenida Barão de Maruim, nº 193, na Praça Camerino. Este imóvel tinha característica residencial, com cômodos internos desproporcionais às atividades que o setor realizava.

O espaço residencial revelou-se impróprio aos serviços exercidos pela Dite e inadequados para a execução dos cursos, havendo a necessidade cada vez mais latente de mudanças para comportar os objetos materiais (novo laboratório de informática), além de espaço para acomodar os funcionários requisitados para desenvolver os novos projetos da Dite. Nesse período iniciou-se um diálogo com a Secretaria de Estado da Educação no sentido de viabilizar um local de trabalho que atendesse às especificidades da Divisão.

Findo o contrato com a locação desse imóvel, a Dite foi transferida para o 15º andar do Edifício Estado de Sergipe (conhecido como Maria Feliciano), localizado no centro comercial de Aracaju, onde permanece até o momento atual. Esse novo espaço, mais uma vez inadequado, é composto de cômodos adaptados para atender às ações dos programas e projetos, ficando assim dividido: dois laboratórios de informática, uma videoteca, um miniauditório (sala que foi adaptada para este fim), uma sala para o computador provedor, a qual também servia de sala de reparos e manutenção dos aparelhos tecnológicos que era realizada por um técnico cedido pela Codin; duas salas para os técnicos que davam suporte aos programas e projetos; quatro banheiros, uma copa, uma sala da direção e um pequeno cômodo que funcionava como arquivo.



Não se pode negar que dentre todos os prédios ocupados pela Dite esse foi o que melhor resguardou os seus serviços, pois, por ser mais moderno em termos de estrutura, atendia, na medida do possível, às propostas de trabalho de uma Divisão que tem as tecnologias como referência. Deste modo, a Dite ganhou nesta estrutura a sua identidade, na medida em que é neste local que ela vem desenvolvendo suas atividades, ora adaptando sua estrutura aos serviços oferecidos, ora adaptando os projetos desenvolvidos à estrutura do local.

Ao perceber o percurso da Divisão de Tecnologia de Ensino, algumas questões são suscitadas: não basta a introdução das políticas educacionais nas instituições educativas. É preciso considerar o quadro sociocultural e educacional mais amplo, além de verificar a possibilidade de rever caminhos diferenciados de aplicação. Outra questão é a mobilidade da Divisão, tendo em vista que suas constantes mudanças dificultaram a construção de uma identidade institucional.

Na visão de Vinão Frago e Escolano:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 26).

É relevante frisar que a mobilidade da Dite não aconteceu apenas no âmbito do espaço físico. Observou-se também o fluxo de chefes que passaram pela Divisão, sendo que cada administrador da Dite também passou por um processo de entendimento da dinâmica do setor. A análise efetuada no acervo da Divisão demonstra que quando um chefe da Dite permanecia mais de dois anos no exercício da sua função, havia uma dinâmica de trabalho que permitia uma sequência das ações.

Nos 14 anos pesquisados para compor a cena da criação da Dite obteve-se o seguinte quadro de administradores da Divisão:

Quadro 3 – Chefes da Divisão de Tecnologia de Ensino no período de 1994 a 2007

CHEFES DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DE ENSINO		
N°	Nome	Ano de trabalho
01	Ronaldo Nunes Linhares	1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998
02	Sandra Silva Felizola Bartholo	1999
03	Everton Siqueira	2000
04	Edmeia Maria Vieira Pimentel Machado	2000
05	Nádia Maria Pimentel de Santana	2001 - 2003
06	Mário Vasconcelos	2003
07	Sara Jane Dias	2004
08	Rita de Cássia Amorim	2004 - 2005
09	Cristina Fonseca	2005 - 2006
10	Nádia Cardoso	2006 - 2007

Fonte: Elaboração da pesquisadora tendo como base documentos pesquisados do setor, Dite, ano 2009/2010.

A mobilidade de dirigentes termina contribuindo para uma descontinuidade de ações, comprometendo por vezes o trabalho que já vinha sendo realizado. Deve-se considerar o tempo necessário de que cada chefe da Dite precisou para assimilar a história do setor, sua dinamicidade de atividades, compreender suas competências e objetivos e sua ação no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Outro fato relevante é que, a depender do olhar e do apoio político que cada chefe da Dite tinha, o trabalho fluía com maior agilidade, pois o despacho direto com o Secretário de Estado da Educação fluía sem a mediação do Departamento de Educação, permitindo soluções mais céleres para as situações vivenciadas na Dite.

Foi o caso do depoimento de Dite/Chefe/4, que despachava diretamente com o Secretário. Em seu relato têm-se a seguinte frase, quando

da queixa do entrevistado sobre a visão que se tinha da Dite na Seed: “[...] eu uma vez falei com o Secretário, Sergipe está muito mais bem visto no Proinfo, do que a Dite ser vista aqui dentro da Seed”. O ato do diálogo direto com o Secretário permitiu a esse chefe da Divisão efetuar mudanças relevantes, inclusive ampliando os números de Núcleos de Tecnologia Educacional nas Diretorias Regionais de Educação.

Se o tempo dados aos chefes da Divisão de Tecnologia de Ensino para compreenderem todo o processo de trabalho da Dite aconteceu em serviço, deve-se considerar que para os Secretários de Educação também não foi uma tarefa fácil. Tendo como base o ano de 1987, quando se iniciaram as políticas de implantação das tecnologias na educação no Estado, foi possível relacionar um total de 14 Secretários; no marco temporal deste estudo (1994 – 2007) foram listados nove Secretários.

Esta situação reflete também o fluxo de pessoas no cargo de Secretário de Educação, o qual contribuía para a inviabilização do entendimento de toda a estrutura organizacional da Seed.

Quadro 4 - Relação dos Secretários de Estado da Educação no período de 1987 a 2007

Nº	Nome	Ano de exercício
01	Marco Aurélio Prado Dias	1987
02	Antonio Fontes Freitas	1988
03	João Gomes Cardoso Barreto	1991 - 1992
04	Nicodemos Correia Falcão	1993
05	Agláé D'Ávila Fontes Alencar	1993
06	Dilson Menezes Barreto	1994
07	Clodoaldo de Alencar Filho	1995
08	Luiz Antonio Barreto	1996 - 1999
09	Ivan de Carvalho Paixão	1999

10	Nilson Barreto Socorro	2000
11	Marco Aurélio Prado Dias	2003
12	Gilmar de Melo Mendes	2003
13	Lindbergh Gondim de Lucena	2004
14	José Fernandes de Lima	2007

**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação – Mural fotográfico da sala de reuniões onde constam as datas e fotografias dos Secretários de Educação, 2011.

Por certo, a Dite, como setor que cumpriu a institucionalização das políticas educacionais no Estado, não é uma escola; mas tal qual a escola, é uma instituição educativa que desempenha um papel mais amplo de acompanhar, capacitar, gerenciar, assessorar, dentre outras funções envolvendo escolas da rede pública.

Ao atentar para o percurso da Divisão de Tecnologia de Ensino percebe-se que seu espaço físico esteve, desde o período da sua criação, distante da sede da Secretaria de Estado da Educação, local que comporta em suas dependências as outras instâncias administrativas e pedagógicas da Educação, o que pode ter contribuído para o não entendimento da Divisão como parte integrante da Secretaria, além de dificultar os contatos para agilizar as decisões.

Em três documentos do acervo da Dite foram localizados relatórios dos anos de 1999, 2002 e 2007 que defendiam e solicitavam a transformação da Divisão num centro e/ou instituto e/ou departamento de tecnologia educacional. Mesmo sendo uma divisão setorial e com todas as dificuldades, a Dite constituiu uma identidade e foi se consolidando através dos programas e projetos que eram introduzidos no Estado para trabalhar com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

O exercício do acompanhamento dos programas e projetos junto às Diretorias Regionais de Educação, às escolas da rede pública estadual e municipal, a participação em congressos, seminários, cursos e oficinas em

nível nacional, regional e local, o contato com teóricos que pesquisavam sobre as TIC, além da formação que foi sendo realizada em serviço aos técnicos que trabalhavam na Divisão em nível de pós-graduação, permitiram que a Dite fosse um diferencial dentro da Secretaria de Estado da Educação.

A relevância da Dite consiste no fato de que apesar de todos os percalços que foram traduzidos em ausência de material básico para manutenção do setor (papel, tinta para impresso, copos, pastas, canetas, lanche para os participantes das oficinas e cursos, material de limpeza), de transporte para visitas às escolas e Diretorias Regionais de Educação, local de trabalho inapropriado, a falta de apoio para trazer palestrantes para os eventos promovidos e estrutura física inadequada, a Divisão cumpriu seu papel de difundir a cultura escolar de uso das TIC no Estado.

### **3.3 Dite: consolidação e dificuldades enfrentadas**

A Divisão de Tecnologia de Ensino, no processo de gestão administrativa dos programas e projetos de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, deparou-se com dificuldades que acabaram comprometendo o trabalho que estava previsto para ser realizado. Mas que dificuldades foram essas que comprometeram o andamento das propostas? Como a Divisão se comportou diante dos fatos?

Para responder aos questionamentos utilizou-se dos depoimentos e de documentos encontrados no acervo da Dite, os quais, após serem examinados, permitiram compor a cena das dificuldades que foram registradas pelos chefes que passaram pela Divisão.

Para entender o contexto da Dite dentro da Secretaria de Estado da Educação, fez-se necessário lembrar que a Divisão faz parte da Administração Pública e que “[...] deve atuar com um eixo de transmissão entre o governo e a sociedade, com o objetivo de concretizar o bem comum”

(MATTIAS-PEREIRA, 2009, p. 176). Deste modo, quanto mais clareza os governantes tiverem do tipo de trabalho que pretendem realizar e quais os órgãos/setores a serem criados para realizar os serviços prestados à sociedade, mais condições terão para o alcance dos objetivos.

A Divisão teve institucionalizadas as suas atribuições pela Portaria nº 8.188/02, sendo assim a Seed oficializou as atribuições da Divisão em vez de adotar outro modelo de acompanhamento das políticas educacionais de uso das tecnologias na educação, como por exemplo o Centro de Informática Educativa.

Enquanto não houve a expansão das políticas educacionais para uso das TIC em nível nacional, o Estado sergipano permaneceu com três propostas de trabalhos de uso das tecnologias na educação (Informática Educativa, Vídeo Escola e Salto para o Futuro) sendo executadas dentro do Departamento de Educação, mesmo tendo sido estabelecido entre a Seed e o MEC o diálogo para a criação do Centro de Informática Educativa (Cied) no Estado.

Foram justamente a expansão em nível nacional das políticas educacionais para uso das TIC e os trabalhos realizados pelo Projeto Vídeo Escola, Salto para o Futuro e da Informática Educativa que levaram o Estado a criar um espaço responsável pela utilização das TIC. Neste sentido, fugindo da proposta nacional que era a criação de um Cied em Sergipe, foi criada uma divisão departamental.

A amplitude do trabalho da Dite permitiu um diferencial na estrutura do Departamento de Educação da Seed, visto que sua localização espacial passa a ser fora do DED, fato que a diferenciou das demais divisões e serviços. A Dite inicia suas ações tendo a responsabilidade com três projetos em execução, uma videoteca, uma chefia estabelecida e pessoal de serviço básico, sem contar com a expectativa da chegada de novos projetos vindos do Ministério da Educação.

Pela estrutura que a Dite já tinha e a anunciada com a expansão das TIC na educação, confirma-se que optar por uma divisão departamental para fazer a gestão de acompanhamento das políticas educacionais de uso

das TIC não foi a melhor escolha da Seed. Isso ficou evidente no depoimento de alguns entrevistados. Para SEC/1: “A Dite era amarrada a todas as convenções. Ela teve todas as limitações... Nem despachava com o Secretário... Uma divisão na administração direta é o último lugar”.

No depoimento de DED/2 também se confirma que a criação de uma divisão departamental para cuidar das políticas educativas para uso das TIC não foi a melhor opção:

[...] existia um projeto na época, foi discutido, foi pensado um projeto para que se tornasse um Departamento, que ela tinha status de Departamento. Mas, pelo andar da Administração não houve a possibilidade de se concretizar, foi feito estudo, foi produzido um projeto, foi encaminhado, mas houve uma mudança de Secretário, uma alteração de propostas políticas e aí isso não aconteceu [...]. (DED/2).

O ofício nº 60, de 13 de julho de 1999, enviado pela direção da Dite à coordenação do Programa Salto para o Futuro, no Rio de Janeiro, consta da informação que a Dite estava sendo transformada em Instituto de Tecnologia. Esse ofício confirma a informação de DED/2, quando relata o estudo realizado para transformar a Dite em algo que não fosse divisão departamental.

No acervo pessoal de Dite/Coord/2, encontrou-se uma proposta de Estrutura Administrativa de transformar a Dite em Departamento (sem data). Sua estrutura era composta de: Comitê gestor; Unidade de gerenciamento em Informática Educativa, Unidade de gerenciamento em Educação a Distância e Unidade de gerenciamento em Suporte Tecnológico e Manutenção. A forma como foi pensada a proposta da Dite neste documento – no sentido de ser departamento – permite três observações. A primeira foi o fato de os programas e projetos terem sido pensados dentro de uma unidade gerencial, permitindo mais flexibilidade de ações e de interação entre as propostas. A segunda foi a criação da unidade gerencial de Suporte e Manutenção, situação que mostra a necessidade da equipe de suporte e manutenção, que ficava na Codin, estar em contato direto com a

equipe dos programas. A terceira foi a ampliação dos Núcleos de Tecnologias Educacionais, sendo um por Diretoria Regional de Educação.

As três observações expostas revelam que a Dite compreendia que a forma como ela estava estruturada dentro da Seed não contribuía para um acompanhamento qualitativo das ações dos programas e projetos. Porém, era preciso fazer com que a própria Secretaria de Estado da Educação, através do seu representante maior, entendesse a situação vivenciada pela Dite.

No acervo da Dite o documento Revitalização da Dite (2003) deixa evidenciado que a Divisão passava por um momento crítico, visto que não tinha o apoio da Seed para exercer o acompanhamento dos programas e projetos. De acordo com o próprio documento, a proposta de Revitalização da Dite era um “esforço legítimo da equipe” em propor uma estrutura que contribuísse para o trabalho, a qual ia desde o espaço físico, equipamentos e recursos humanos.

A proposta de Revitalização da Dite (2003) foi elucidativa ao permitir compreender, quando da leitura do acervo, o porquê de tantos ofícios e comunicações internas enviadas à Dite que continham assuntos do tipo: reclamação das manutenções das máquinas, ausência de capacitações e visitas às escolas, a não gravação dos vídeos solicitados, dentre outros. Como atender aos pedidos e realizar o trabalho nas escolas, se a própria Divisão brigava para ser atendida pela Seed?

Esta situação apresentada através da indagação traz à discussão a questão da Gestão Administrativa Educacional (CAVALCANTE, 1994) que, guiada pela interferência política, quando da mudança de secretários e a intervenção na operacionalização do trabalho a ser realizado pelos setores que fazem a gestão educacional mais próxima da escola, termina por provocar dificuldades, como o caso do acompanhamento da política educacional que foi orientada a executar. Cavalcante, ao estudar os projetos propostos pelo MEC aos estados, diz que muitos não obtêm resultados satisfatórios “[...] diante da descontinuidade administrativa, presente nos diferentes níveis da administração educacional” (CAVALCANTE, 1994, p. 88). A autora ainda comenta as arbitrariedades dos poderes instituídos,



nas diferentes esferas educacionais e como as mudanças de dirigentes, que geralmente são acompanhadas por redimensionamento de estratégias políticas, comprometem a operacionalização dos projetos. Reforçando a importância da Gestão Administrativa na Educação, Albuquerque (2005, p. 49) comenta: “A importância de um padrão de gestão vinculado ao tipo de Educação que se pretende construir precisa ser conhecida pelos administradores da educação”. Quando não se tem a clareza da gestão educacional pretendida, o que se percebe são desarticulações e ineficácia de ações, e esta situação leva “[...] à dispersão de verbas sem trazer mudanças significativas à Educação” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 50).

Alguns dos itens relatados por Cavalcante (1994) são verificados na Dite em Sergipe, os quais terminaram por contribuir na não execução de ações que estavam previstas para serem realizadas. As mudanças dos chefes da Divisão, o não fornecimento de material para o exercício das atividades e a retirada de um turno de trabalho sem considerar o que se tinha planejado pela equipe da Dite foram situações vivenciadas pela Divisão que mostram as arbitrariedades e descontinuidades das gestões públicas.

O debate em transformar a Divisão em Departamento volta à cena no ano de 2007 quando da quantidade de ampliação dos Laboratórios de Informática Educativa e a necessidade de acompanhar as demandas vindas das políticas educacionais do MEC, como a troca das antenas analógicas para digitais do Programa TV Escola, curso a distância para ser operacionalizado no Estado, a implantação do Programa Rádio Educação de Sergipe, entre outros.

A proposta, que foi apresentada ao Departamento de Educação e ao Secretário de Educação, continuava defendendo a ideia de que a Divisão de Tecnologia de Ensino fosse oficializada como Departamento de Tecnologia Educacional (DTE). Apesar das investidas em transformar a Dite num Departamento no ano de 2007, sua concretização não se efetuou. O ganho obtido foi a ampliação do número de Núcleos de Tecnologias Educacionais nas Diretorias Regionais de Educação, existindo hoje cinco NTE atendendo ao Estado. Para Dite/Chefe/4, o debate para fazer a Dite

transformar-se num Departamento foi exaustivo, e sua realização estava no fato de ter tido pelo menos a homologação da ampliação dos NTE. Sobre a Dite e os NTE houve o seguinte relato:

[...] o espaço do Núcleo de Tecnologia Educacional era dentro da Diretoria Regional de Educação, porque a Dite já era um núcleo geral de tecnologia. E teríamos o Departamento de Tecnologia Educacional (DTE) da Seed, esse seria o desenho perfeito, chegou a ser elaborada a proposta na Dite... Mas, a parte técnico-administrativa da Secretaria não prosseguiu, o pedagógico ficou no segundo plano. (DITE/CHEFE/4).

O depoimento de Dite/Chefe/4 e as demais propostas de transformar a Dite em Departamento evidenciam o equívoco cometido no ato da criação da Divisão. O maior desafio da Dite durante sua trajetória tem sido fazer a Seed entender qual é o seu papel no contexto da educação sergipana. Verifica-se que os profissionais da Divisão se esforçaram para garantir a efetividade das ações, mas os dirigentes educacionais pouco apoiaram. Cavalcante (1994, p. 110) escreve que a consolidação de um projeto só poderá se efetivar mediante uma vontade política governamental, tanto dos dirigentes estaduais quanto dos federais. Segundo a autora, essa vontade política é traduzida “[...] em verbas para a manutenção dos centros, o cumprimento do orçamento nas datas previstas, para garantir a adequação de espaços físicos, os equipamentos que atendam à evolução tecnológica... e manutenção dos laboratórios”. O que se observou ao longo da pesquisa é que os dirigentes não têm formação e visão em educação, sem contar que o clientelismo político e a rotatividade do cargo comprometem as ações.

Apesar de ser oficialmente uma divisão departamental, a estrutura organizacional da Dite (chefe, coordenadores estaduais de programas/projetos e suas equipes, pessoal de serviço básico e técnicos de manutenção); sua estrutura física (apesar dos vários percursos permaneceu a mesma) com sala de direção, laboratórios de informática, sala de reuniões, sala dos coordenadores estaduais dos programas/projetos junto com as equipes, a videoteca e seus profissionais; a organização do uso do tempo

que determinava conteúdos a serem ministrados nas capacitações e oficinas; a adaptação de conteúdos à realidade local; a elaboração de propostas de projetos, a clientela atendida que consistia em gestores de escolas, professores e alunos, além de interagir com os setores do Departamento de Educação na ministração de cursos; a execução das orientações vindas do MEC que deveriam ser institucionalizadas; as normas de trabalho específicas da Divisão; as Portarias internas que legalizaram seus serviços e a atuação dos gerentes dos laboratórios, permitiram que a Dite extrapolasse as dimensões de uma divisão administrativa.

Na estrutura da Seed sua nomenclatura era de divisão, porém, na prática seu papel era de instituição educativa. Tomando com referência Magalhães (2004) que percebe instituição educativa como uma construção, a institucionalização como dialética e o instituído como praxeologia, confirma-se a Dite como instituição educativa que materializou, representou e se apropriou do serviço que deveria executar. Para Magalhães:

A materialização inclui: condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas, estrutura organizacional, de poder e de comunicação – instâncias basicamente objetivas e de funcionamento; a representação engloba os aspectos referentes a memórias e arquivo(s) e os aspectos concernentes à modelização orgânica e projectual da ação, ao grau de mobilização e de aplicação – pedagógica, currículo, estatutos, agentes; a apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, à identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida. (MAGALHÃES, 2007, p. 71).

O desafio de se fazer percebida dentro da Seed como uma instituição educativa trouxe à Divisão de Tecnologia de Ensino várias dificuldades que foram comprometendo as propostas dos programas e projetos que dependiam da sua gestão.

Por entender que as dificuldades da Dite estão relacionadas à sua localização na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, percebo que este foi e é seu maior desafio para realizar um acompanhamento satisfatório

dos programas e projetos de uso das tecnologias na educação.

A análise dos documentos do acervo da Dite permitiu-nos detectar o cuidado dessa Divisão em registrar as dificuldades que foram pontuadas. O Relatório das Dificuldades da Dite foi um desses documentos que serviu para anotar problemas da Divisão, além de ter permitido observar que as dificuldades tendiam a se repetir ano a ano, já que as alternativas de solução não eram imediatamente acionadas.

Por meio da análise dos registros em forma de ofícios expedidos pelos chefes da Divisão, comunicações internas dos programas e projetos ao chefe da Dite e relatórios enviados ao Departamento de Educação da Seed, depreendem-se as seguintes dificuldades enfrentadas por essa Divisão.

#### **Dificuldades Administrativas de Gestão:**

- Inadequação do espaço físico nas Unidades de Ensino para a instalação dos equipamentos, como o laboratório de informática;
- Indefinição por parte da Seed quanto à permanência do Programa Salto para o Futuro integrado ao Sistema Nacional de Teleeducação;
- Remanejamento de profissionais da Dite para outros setores da Seed;
- Falta de um suprimento de fundos para compra de *Softwares* Educativos, materiais didáticos específicos e peças de reposição para consertos e serviços rápidos bem como bolsas para deslocamento e alimentação dos professores;
- Atraso nas instalações dos equipamentos do TV Escola;
- Ausência de uma política de manutenção, reposição e incremento dos equipamentos necessários para o desenvolvimento dos programas;
- Demora na conclusão de obras de infraestrutura (rede elétrica, lógica, mobiliários, refrigeração dos Laboratórios de Informática Educativa);
- Falta de infraestrutura administrativa (transporte, fotocopiadoras etc.);

- Não incorporação das novas tecnologias ao projeto dos cursos de formação de professores da Seed;
- Demora no processo de abertura de licitação para compra dos equipamentos e mobiliários junto ao setor competente da Seed.
- 
- **Dificuldades de manutenção e equipamentos:**
- Equipamento de má qualidade do TV Escola;
- Faltas de fitas VHS para gravação dos programas e repasse às escolas envolvidas na programação (seria necessária uma média de 12 fitas por mês para cada unidade de ensino);
- Deficiência técnica para reprodução das fitas devido à falta de equipamento de grande porte de reprodução;
- Morosidade na manutenção e assistência técnica aos equipamentos;
- Ausência de uma política de modernização e manutenção dos equipamentos;
- Não contratação de técnico de suporte para realizar manutenção dos equipamentos tecnológicos dos Laboratórios de Informática Educativa.

#### **Dificuldades de supervisão e acompanhamento das ações:**

- Espaço físico inadequado para atender condignamente aos professores que frequentam diariamente a Dite nas capacitações;
- Estrutura do prédio em péssimo estado de conservação e sem condições de trabalho;
- Não foi instalada internet nas escolas públicas da rede estadual e municipal integrantes do Proinfo 1ª e 2ª etapas;
- Falta de infraestrutura nas unidades escolares que impossibilitou o uso adequado dos equipamentos;
- Falta de transporte para ida às escolas e Diretorias Regionais de Educação para a realização de oficinas e capacitações.

Analisando o registro das principais dificuldades da Dite percebe-se que estas estavam diretamente ligadas a definições do Departamento de Educação, as quais dependiam do aval ou decisão do Secretário de Educação. A Dite executava um trabalho que necessitava de fluidez e deferimentos ágeis, porém não tinha nenhum poder de transação nas decisões entre DED e Seed, ficando à mercê de oportunidades de contato com o Secretário de Educação.

A própria Dite tinha uma estrutura física fragilizada, que não atendia às necessidades de trabalho que realizava, como era o caso das capacitações. A videoteca foi o espaço físico que sentiu mais de perto a inoperância dos pedidos realizados para a compra de aparelhos novos e fitas a fim de atender às demandas de trabalho.

No depoimento de Dite/Chefe/3 encontra-se o relato sobre a condição da Dite dentro do DED/Seed:

[...] a Dite fazia o trabalho de acompanhamento das escolas, capacitações, porém ela não tinha autonomia financeira, e eu acho que não tinha autonomia também até para tomar decisões... Certa feita eu busquei parcerias para fazer uma excursão atendendo a uma proposta de capacitação... O DED emperrou essa excursão... Resumindo: não saiu a proposta que se tinha planejado. (DITE/CHEFE/3).

O relato de Dite/Chefe/3 traz a reflexão do quanto a questão do poder dentro do próprio ambiente estrutural da Seed se estabelece como empecilho ao exercício do trabalho do outro. Sobre a questão da gestão e da introdução das TIC, Manuel Area pondera que para acontecer um processo exitoso de incorporação das TIC nas escolas é preciso “[...] junção de variáveis de natureza política, educativa, econômica, infraestrutural, cultural e organizativa-curricular” (AREA, 2006, p. 166).

E completando seu posicionamento em relação às políticas educacionais sobre as TIC, o autor ainda comenta que é preciso ir além dos indicadores quantitativos e fugir da ingenuidade de achar que os recursos tecnológicos, por sua característica de versatilidade, rapidez de informação,

flexibilidade no cumprimento de tarefas, dentre outros, provocarão melhoria no rendimento da aprendizagem. Este pesquisador ainda ressalta:

Uma política para a inovação educativa devia assumir que é, entre outras coisas, um projeto de intervenção sociocultural... Não basta incorporar *quinquilharias* aos espaços escolares; é necessário dispor de um projeto pedagógico que permita dar sentido e guiar o trabalho pedagógico dos professores quando empregam as TIC com a finalidade de que seus alunos aprendam (AREA, 2006, p. 169).

O que se evidencia tanto na citação de Manuel Area como na atuação e dificuldades da Dite foi a ausência de uma política pública educacional local que apresentasse a proposta da Seed sobre a introdução das TIC nas escolas e como ela seria trabalhada no Estado, isto é, de um projeto político pedagógico da Seed para nortear o trabalho das unidades escolares.

Tomando como aporte Manuel Area (2006), é preciso entender que qualquer política educativa deveria explicitar: as bases ideológica e cultural que justificassem a incorporação das TIC nas escolas; o modelo educativo que desse sentido e significado ao uso escolar das TIC; e, por fim, o planejamento de um conjunto de estratégias institucionais destinadas à continuidade dos processos de incorporação das TIC nas escolas.

Analisando a trajetória da Divisão de Tecnologia de Ensino e as dificuldades registradas, tem-se a confirmação de que nenhum dos três itens descritos por Manuel Area em relação à política educativa foi seguido. O que se percebe é a criação de uma divisão administrativa que não tem o perfil de divisão e os descasos em relação à necessidade básica para o trabalho a ser realizado, que vai da acomodação física da Divisão até o comprometimento das ações institucionalizadas pelo MEC.

Mas, apesar de todas as dificuldades, foi possível criar a cultura de uso das tecnologias na educação sergipana. A consolidação do trabalho da Dite foi percebida através dos movimentos dos programas e projetos, da formação dos recursos humanos para trabalhar na área das TIC no Estado

e das produções acadêmicas em nível *stricto sensu*, que foram frutos de ações desenvolvidas pela Divisão. É este movimento que vamos conhecer na próxima etapa deste livro.



## **4 DITE: CONCRETIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SERGIPE**

Na seção anterior, a análise se pautou no início da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe, fazendo referência ao Centro de Informática Educativa, ao Projeto Vídeo Escola e ao Programa Salto para o Futuro. Também analisa o trabalho realizado pelas equipes dos três Projetos e a chegada de outros programas que utilizariam as TIC como proposta de política educacional nas escolas públicas, que culminou na criação da Divisão de Tecnologia de Ensino, sendo responsável pela implantação e acompanhamento das Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto escolar.

Entender os movimentos que foram realizados para a consolidação das TIC através das ações desenvolvidas pelos programas e projetos permitiu a construção de um processo histórico que foi conduzido pela Dite, conferindo a essa uma identidade, com espaço localizável e identificável na memória dos que executaram atividades na Divisão, atribuindo-lhe um trabalho de implantação, acompanhamento, assessoramento e gestão das TIC.

Para analisar o processo de consolidação da Divisão de Tecnologia de Ensino, partiu-se para uma análise triangular. Tendo como referência o acervo documental e as entrevistas, apresenta-se a trajetória e o cenário da Divisão a partir dos programas e projetos que foram assumindo resultados das políticas do MEC e das parcerias mantidas com fundações e instituições, bem como de projetos elaborados em nível estadual. A análise destas fontes também permitiu constatar o acompanhamento desses projetos e os investimentos feitos visando à formação inicial e continuada dos

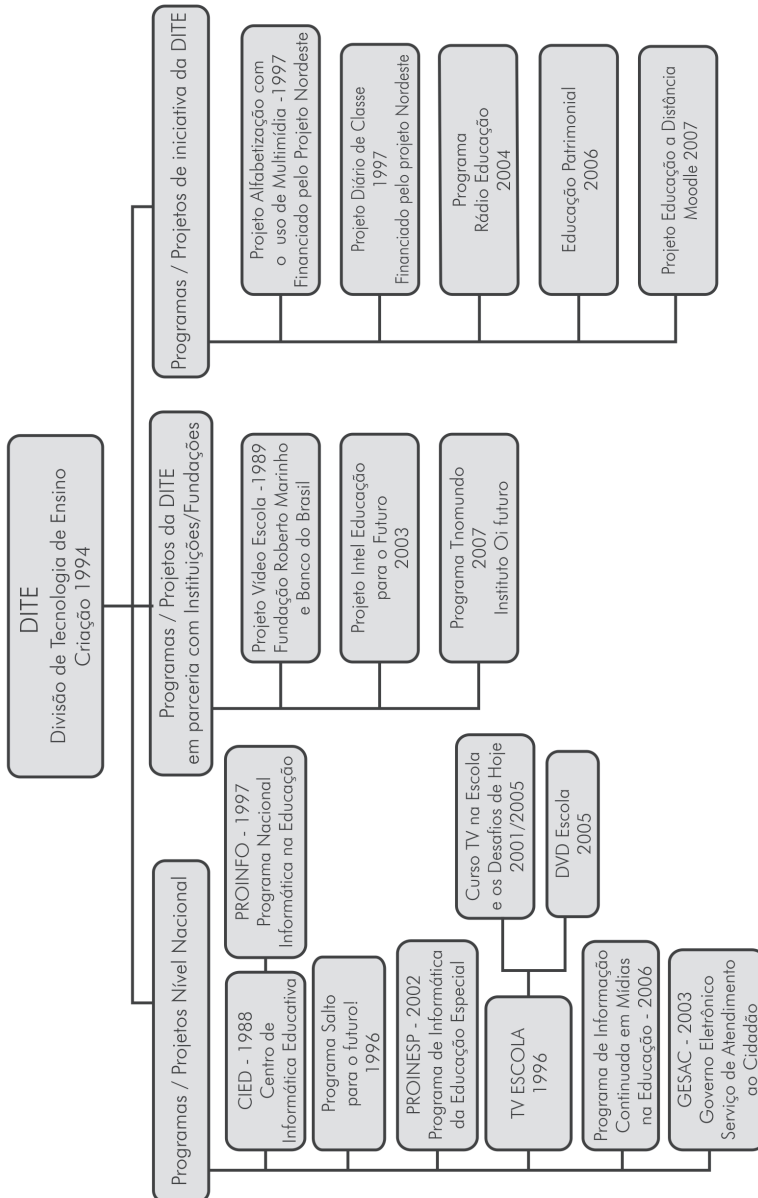
componentes de sua equipe, de técnicos e professores responsáveis pela concretização das ações no cotidiano escolar.

No último item estão os resultados dessas ações detectadas na produção acadêmica do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes. Através desta triangulação pode-se ver a Dite como a responsável pela difusão do uso das tecnologias no cotidiano escolar.

A pesquisa realizada no acervo da Divisão permitiu verificar que o acompanhamento da Dite em relação às políticas educacionais para uso das TIC aconteceu em três condições. A primeira trata-se das políticas educacionais orientadas do MEC; a segunda foi fruto de parcerias com fundações e institutos; e a terceira se refere a projetos elaborados pela própria Divisão.

A figura seguinte apresenta o início das políticas educacionais para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe desde a criação da Dite, localizando cada programa e projeto com base nas propostas de nível federal, das parcerias e das iniciativas governamentais locais.

Figura 2 - Cronograma de implantação das políticas públicas em Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe (1994 - 2007)



Fonte: Elaboração da pesquisadora através do acervo da Dite.

## 4.1 Experiências de utilização das TIC em nível nacional em Sergipe

Entre os programas de âmbito federal tem-se o Programa Nacional de Informática na Educação, o Projeto de Informática da Educação Especial, o Governo Eletrônico – serviço de Atendimento ao Cidadão, o Programa TV Escola e o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, os quais serão explanados neste item.

### 4.1.1 Proinfo

O Programa Nacional de Informática Educativa (Proninfe) foi criado em 1989, através de Portaria Ministerial nº 549, e funcionava nos Centros de Informática Educativa do País. Previa a formação de professores nos três graus de ensino (hoje fundamental, médio e superior), com atuação na área da educação especial e curso em nível de pós-graduação.

Segundo informação transcrita do site do MEC/Proinfo<sup>22</sup> o Proninfe apresentou os seguintes resultados no período de 1980 a 1995: 44 Centros de Informática na Educação implantados, cuja maioria era conectada à internet; 400 subcentros implantados, a maioria por iniciativas de governos estaduais e municipais, a partir do modelo de planejamento concebido inicialmente pelo Projeto Educom/UFRGS (desse, 87 estão no Estado do Rio Grande do Sul); 400 Laboratórios de Informática Educativa em escolas públicas, financiados por governos estaduais e municipais; mais de 10.000 profissionais preparados para trabalhar em informática educativa no País, incluindo um número razoável de pesquisadores com cursos de Mestrado e Doutorado.

---

22 Para conhecer mais sobre o Proninfe, consultar História da Informática Educativa no Brasil, no site <[http://www.proinfo.gov.br/prf\\_historia.htm](http://www.proinfo.gov.br/prf_historia.htm)>. Acesso em: 8 out. 2011.

As indicações expostas no site do MEC mostram a importância do Proninfe para a disseminação da cultura nacional de informática educativa nas escolas públicas. Este fato é também comprovado em Sergipe, quando da oferta de cursos de informática educativa através da coordenação estadual do Cied.

Em 1997 foi lançado o Programa Nacional de Informática Educativa (Proinfo), através da Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Esse programa foi praticamente uma nova versão do projeto Proninfe, porém com maior investimento por parte do Governo Federal. Foi o momento do limiar da internet e sua propagação na sociedade, bem como do uso do computador nas escolas públicas vinculadas à rede. Para o governo que procurava atender às orientações dos organismos internacionais e precisava adentrar no mundo globalizado, as TIC e, em especial, o uso da internet foram o meio propiciador para se creditar às TIC o avanço e melhoria da educação. Para Manuel Area (2006, p. 153), “[...] a revolução da informática no final do século XX foi tamanha que os governos ocidentais se conscientizaram de que a digitalização e o processamento da informação eram um elemento estratégico de primeira ordem para o futuro de cada nação e da economia mundial”.

A execução do Proinfo em Sergipe seguiu as orientações do MEC, culminando numa reformulação de trabalho que vinha sendo efetuado pela equipe estadual. O trabalho da equipe teve seu campo de atuação ampliado, passando a acompanhar as escolas da rede pública estadual e municipal do Estado na implantação dos Laboratórios de Informática Educativa (Lied) e a efetivação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

Ainda em 1997, foi elaborada a Proposta de Implantação da Informática Educativa para a Rede Pública de Ensino de Sergipe, cujo compromisso se estabeleceu no propósito da formação de recursos humanos para trabalhar como multiplicador do Proinfo nos Núcleos de Tecnologia Educacional e na capacitação de docentes para a utilização da informática educativa nas unidades escolares, tendo o foco nas escolas que receberiam os Lied.

A primeira ação em capacitação do Proinfo/Sergipe deu-se através do curso de especialização *lato sensu* em Informática Educativa, uma par-

ceria entre o Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação, convênio nº 2.761/97. Esse curso foi uma ação pioneira de formação de professores em Sergipe nesta área. No Plano de Trabalho foi detalhado o valor total do curso e como aconteceria a parceria entre MEC e Seed. Essa especialização teria a participação de 30 profissionais, sendo que 12 do Estado do Acre e 18 do Estado de Sergipe. No caso do Estado sergipano, a distribuição das vagas ficou da seguinte forma: 16 para a Secretaria de Estado da Educação, uma para a Secretaria Municipal de Educação e uma para a Universidade Federal de Sergipe.

A instituição responsável para a efetivação do curso no Estado foi a Universidade Federal de Sergipe, através da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese), ficando a coordenação administrativa sob a responsabilidade da Dite.

Entre os docentes responsáveis por esse curso tem-se Leonardo Nogueira Matos, Elza Francisca Correia Cunha e Ana Rosimeire Soares, da Universidade Federal de Sergipe; Alcino Dall Igna Júnior, da Universidade Federal de Alagoas; Heli Henrique Alcântara Nascimento, da Universidade Tiradentes e Universidade Federal de Sergipe; Einstein Lemos de Aguiar e Cláudia Aparecida Martins, da Universidade Federal de Mato Grosso; José Armando Valente, da Universidade de Campinas, em São Paulo; Gilda Helena Bernardino de Campos, da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro; e Juliana Souto Santos, Gladston Lisboa Meneses e Ronaldo Nunes Linhares da Secretaria de Estado da Educação. Esta situação é confirmada nos depoimentos no sentido de como a equipe da Dite foi constituindo sua concepção de tecnologia na educação, tornando-se diferencial dentro da Seed, fato que foi exposto no relato de Dite/Chefe/2: “[...] éramos chamados de ilha de excelência [...]. Porque o pessoal da Dite se capacitava muito [...]. Os cursos que apareciam na área tanto pelo MEC ou estadual, o pessoal corria atrás [...]”.

A especialização em Informática Educativa encerrou tendo na produção das monografias do curso a proposta de capacitação dos professores

que iriam trabalhar com a informática educativa das redes públicas estadual e municipal. Com as propostas de capacitação elaboradas e após a conclusão da especialização chegou o momento da execução.

A primeira etapa do Proinfo (período da implantação em Sergipe) abrangeu 15 escolas, tanto da capital como do interior, da rede estadual e municipal. A proposta inicial da capacitação para o uso da informática educativa consistia na sensibilização das escolas que iriam receber o Lied, sendo que os integrantes da equipe estadual do Proinfo empreenderam visitas às 15 escolas nos três turnos de trabalho.

A capacitação em Informática Educativa para os professores da rede pública foi ofertada em quatro módulos de 20 horas, perfazendo um total de 80 horas, em seis turmas. Essa capacitação contou com a participação de 199 professores. Visava proporcionar embasamento teórico e prático aos professores, para o uso do computador como instrumento de auxílio na construção do conhecimento, objetivando à melhoria do ensino na rede pública. O objetivo de investir na capacitação dos indivíduos para uso das TIC já tinha sido pontuado por Castells (1999), quando considerava que a mudança do ser na sociedade informacional estaria ligada à dinâmica da transformação tecnológica.

Os diretores, secretários e técnicos das escolas também foram alvos de capacitação pelo Proinfo, com o intuito de proporcionar-lhes experiências no manuseio de programas e equipamentos computacionais e sua aplicação no seu dia a dia. Com esta ação, a equipe do Proinfo na Dite não apenas cuidou do uso pedagógico, mas contribuiu para o futuro uso do computador nos serviços administrativos das escolas. No total foram capacitados 154 profissionais da rede estadual e municipal da capital, em três turmas de 20 horas no ano de 1999.

A pretensão da Dite foi capacitar este pessoal para uso do computador nos serviços administrativos da escola, a fim de melhorar o registro e acesso às informações bem como apoiar o corpo docente no desempenho de suas atividades. Isso porque muitos professores participavam de cursos e

tentavam introduzir mudanças na cultura escolar e na prática pedagógica e, às vezes, eram criticados pelos funcionários da área administrativa, os quais desconheciam essas práticas, pois não foram capacitados ou tiveram informações a respeito delas, inviabilizando as mudanças no campo educacional.

Os cursos tinham o acompanhamento dos Núcleos de Tecnologia Educacional. Dois NTE foram criados em Sergipe: um em Aracaju (NTE 1) e o outro em Lagarto (NTE 2). Esses NTE dividiam os acompanhamentos da informática educativa nas escolas do Estado e municípios. A estrutura dos NTE foi guiada pela orientação do MEC, exposta no documento *Recomendações Gerais para Preparação dos Núcleos de Tecnologia Educacional*, de março de 1997. Esse documento especifica as indicações das responsabilidades e dos equipamentos que deveriam compor os NTE, assim distribuídos: uma sala com servidor e dois micros para avaliação de *software* e suporte e duas salas para capacitação. Era recomendado, também, que houvesse uma sala administrativa e uma sala de aula e estudo da equipe. O documento trazia a orientação sobre a disposição do mobiliário das salas, em especial do laboratório de informática.

Pela dimensão da proposta de recomendação para a estrutura do NTE verificou-se que tal situação tornaria inviável sua aplicação em Sergipe, tendo em vista que já existia a estrutura da Divisão de Tecnologia de Ensino montada e em funcionamento. Deste modo, o NTE ficou dentro do espaço da Divisão e utilizou os compartimentos dessa para executar as capacitações. Nesse momento sai de cena a proposta do Cied e fica o Proinfo dentro da Dite.

Foi através do NTE 1 e NTE 2 que o acompanhamento, assessoramento e capacitação do uso do computador na escola foram sendo estabelecidos. No caso de Sergipe, a Portaria nº 3.700, de 29 de agosto de 2002, oficializou a criação de dois Núcleos de Tecnologia Educacional, definida a sistemática de seleção do professor multiplicador e do professor articulador, que trabalhariam no NTE. Este último tipo constituiria docentes que eram lotados nos laboratórios de informática para trabalhar com a infor-



mática educativa. Para atuar exigia-se capacitação em curso de Informática Educativa de 80 horas pelo NTE, sendo que o professor teria direito à gratificação de regência de classe.

A construção da identidade deste profissional foi um processo que envolveu uma postura de mudança por parte dos que trabalhavam na Seed e na administração das escolas, visto que o trabalho docente é redimensionado, e o conceito de sala de aula ganha outro espaço; neste caso, o espaço do laboratório de informática. Alonso (2008) expõe que é preciso rever as novas configurações que serão necessárias para o uso das TIC, desde a aprendizagem sequenciada da escola e o uso das TIC, pois a visão de que para trabalhar com as TIC o professor precisa ser criativo no processo de ensinar e aprender não é suficiente para a introdução de transformação da cultura escolar. Neste sentido, Alonso (2008, p. 762) questiona: “O atrito entre uma lógica e outra põe em cena o papel dos professores. Afinal, se na lógica/rede não há centro, mas produção, cooperação e extensão, como trabalhar com a lógica da aprendizagem dirigida e sequenciada exigida pela educação escolar?”. Esta pergunta foi o desafio enfrentado pelos professores que tinham de um lado uma escola sequencial, trabalhando indiretamente com conteúdos definidos e cronometrados para serem ministrados, e do outro lado a proposta de trabalhar com projetos interdisciplinares utilizando as TIC.

Ações de formação continuada foram desenvolvidas na forma de cursos oferecidos aos multiplicadores do Programa. O primeiro esteve ligado à capacitação de Formação Avançada para Técnicos de Suporte do NTE (Alagoas, Sergipe e Paraíba), o qual foi promovido pelo Proinfo, na cidade de João Pessoa. Esse curso teve 13 módulos de estudos, divididos em 55 dias letivos, com seis intervalos de cinco dias, e teve a participação de quatro profissionais da Seed de Sergipe, dois da Dite e dois da Codin/Seed.

O apoio do Estado para a participação dos profissionais no curso seria em diárias que ajudariam nas despesas com hospedagem e transporte. Dos quatro profissionais, apenas três concluíram o curso, dispondo de recursos próprios, pois o Estado não assumiu o compromisso. Estes informantes

consideraram o conteúdo explorado importante tanto para sua vida pessoal e para o trabalho que vinha sendo realizado na Dite. Segundo Dite/Técnico/1, a relevância do curso é registrada com a seguinte declaração: “[...] quando voltei do curso, eu estava preparado para conhecer todos os meandros da informática, que serviu para a Dite e minha vida pessoal [...]”.

O segundo curso ofertado pelo Proinfo foi o Mestrado em Educação a Distância, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2002. Na ocasião da seleção houve a participação de dois profissionais da Dite que foram aprovados e acabaram defendendo seus trabalhos de dissertação com temas relacionados às tecnologias na educação. Deste modo, a Dite, através dos seus funcionários, participou de uma ação pioneira de curso *stricto sensu* na metodologia a distância e possibilitou que novos conhecimentos fossem agregados aos seus profissionais, contribuindo para a formação de pessoas nesta área em Sergipe.

Além dos dois cursos relatados, o Proinfo também ofertou cursos de especialização *lato sensu* a novos multiplicadores que foram sendo lotados na Dite para trabalhar no Programa.

A atuação do Proinfo, contudo, não ficou restrita às 15 escolas que foram inicialmente selecionadas, mas foi ampliada. Esta segunda etapa de expansão dos computadores nas escolas teve o apoio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que foi instituído pela Lei 9.998, de 17 de agosto de 2000, com a finalidade de implantação de serviços do setor (rede de internet). O acompanhamento do serviço contou com a participação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável por sua realização.

A expansão da recém-criada internet possibilitou perceber a dimensão que essa já estava provocando em termos de mudanças. Conforme apregoa Castells (1999), seria a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional.

A segunda etapa de implantação do Proinfo abrangeu mais escolas e inevitavelmente a necessidade de mais multiplicadores para acompanhar as ações, fato que foi analisado por Cox (2000) quando estudou o Proinfo em Sergipe.

No Relatório da Aplicação do Programa Telecomunidade/Fust/SE pelo Proinfo há o registro de 60 escolas das redes públicas estadual e municipal que teriam o laboratório de informática, sendo a implantação acompanhada pela Dite através do Proinfo em duas etapas. Este documento dá uma visão da abrangência do Programa no Estado e da necessidade de capacitação docente para trabalhar com o computador. A contrapartida do Estado ficou na estrutura física e lógica dos Lied. Em relação à manutenção das máquinas, o MEC mantinha parceria com a empresa Procomp, que dava a garantia de cinco anos. Após esse período o Estado assumiria a manutenção das máquinas. O depoente Dite/Coord/2 confirma o trabalho de acompanhamento da empresa, dizendo que “[...] durante quatro anos nós não tivemos problemas, porque a Procomp nos dava essa assistência técnica. Nós ligávamos e eles enviavam o técnico”.

Tendo encerrado em Sergipe o período de garantia da empresa que prestava a manutenção dos Lied, técnicos da Seed assumiram a realização do trabalho enfrentando várias dificuldades, conforme explicitadas no relato:

Depois que acabou a garantia foi terrível [...]. A assistência do Estado através da Codin era lenta. Nós perdemos muitas máquinas por falta de manutenção, era o tempo também que os laboratórios já estavam com quatro anos [os primeiros] e outros com dois [...]. As máquinas começaram a apresentar defeitos. (DITE/COORD/2).

Essa situação encontrou respaldo nas discussões de Martínez (2004), quando apresenta cinco elementos que são necessários para a incorporação das TIC na educação. No item Operação e Manutenção, o autor comenta que: “[...] é preciso considerar os custos da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos depois de vencido o período de garantia do fornecedor” (MARTÍNEZ, 2004, p. 102). Situação que o Estado deveria ter considerado para dar continuidade ao Programa.

Sobre o trabalho da equipe estadual foram registradas reuniões com os articuladores, viagens de acompanhamento às escolas, momentos de

estudo da equipe, capacitações e oficinas que aconteciam na capital e no interior. Os multiplicadores visitavam as escolas da capital e interior mesmo quando não havia curso ou oficina. Ao questionar a Dite/Coord/2 sobre as viagens dos multiplicadores para visitar as escolas, obteve-se a seguinte resposta: “[...] verificávamos o estado físico da escola, se a sala seria apropriada para ser o laboratório e acompanhávamos a construção desses espaços quanto à fiação elétrica e cabeamento”.

Também foi registrada no acervo da Dite a participação dos multiplicadores em encontros, cursos, seminários e reuniões do Programa em nível nacional. Este movimento de capacitação da equipe estadual reforça o diálogo permanente que essa equipe tinha com a coordenação nacional e seu interesse de contribuir para o desenvolvimento de um trabalho efetivo. Outro movimento registrado foi do trabalho interno no Estado, que era realizado pela equipe do Programa, confirmando assim a difusão da cultura escolar de uso da informática educativa.

O trabalho realizado pela equipe do Programa na oferta de cursos cumpria a proposta do MEC, ao tempo em que entendia a necessidade desses cursos para a formação continuada docente, visando atender às mudanças da sociedade do conhecimento, que exigia preparo e domínio por parte dos docentes para utilizar os recursos tecnológicos.

No período de 1997 a 2007 foram oferecidos inúmeros cursos em Ambientes de Aprendizagem Logo; Curso de Introdução à Informática Educativa; Curso de Capacitação em Tecnologia Educacional; Informática na Comunidade; Curso Básico de Microinformática; Capacitação em Informática Educativa – Módulo Internet; Curso de Formação Continuada em Tecnologia da Informação; Capacitação em Projetos, Tecnologia de Informação e Comunicação; Projeto Capacitação em Informática Educativa – Curso em Suporte Técnico; Capacitação Continuada – Construção de *Website*; Introdução ao Uso do Computador em Sala de Aula; Oficinas I, II e III de Informática Educativa; Capacitação Informática Educativa – Projetos e TIC; Curso: *Software* Livre – Instalação e Uso; além de outros.

Os cursos ofertados tiveram por objetivo a difusão da cultura de uso da informática no ambiente escolar, visando à formação do professor para atuar com as TIC.

#### **4.1.2 Projeto de Informática da Educação Especial (Proinesp)**

O Projeto de Informática da Educação Especial faz parte da política educacional do MEC e é acompanhado pela Secretaria de Educação Especial (Seesp). Visa oportunizar a inclusão digital e social de alunos com necessidades educacionais especiais. O Projeto tem como objetivo a implantação de laboratórios de informática em escolas públicas estaduais e municipais e entidades sem fins lucrativos. Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está a formação continuada de professores na Educação Especial, que acontece nas formas presencial e a distância.

Em Sergipe, o Proinesp é acompanhado pela Divisão de Tecnologia de Ensino, tendo parceria com a Divisão de Educação Especial do Departamento de Educação. A Dite é o local de trabalho da equipe estadual do Projeto, e suas ações consistem no acompanhamento dos laboratórios de informática e na capacitação docente para atuar com o Lied na educação especial, atendendo a escolas das redes estadual e municipal de Sergipe.

Tal qual o Proinfo, o Projeto de Informática da Educação Especial iniciou sua atividade capacitando multiplicadores. Em entrevista realizada com Dite/Coord/2 foi exposta sua participação no I Curso de Multiplicadores em Informática Educativa na Educação, orientado para a Educação Especial, que foi promovido pelo MEC/Seesp/Proinfo, no período de 20 de setembro a 8 de outubro de 1999, em Brasília, com 120 horas. No depoimento houve o relato de que a iniciativa do MEC propunha um trabalho que exigia competências específicas para o Projeto, e por este motivo demorou a ser implantado.

No acervo da Dite foram localizados três documentos que apresentam o início do Proinesp no Estado. O primeiro documento é um Relatório do II Curso de Informática Educativa Aplicada à Educação Especial para Multiplicadores, o qual explicita que o curso estava em segunda edição e tinha ocorrido em Brasília no período de 18 de setembro a 6 de outubro de 2000. Nesse período também ocorreu o I Seminário sobre Informática Educativa Especial (4 a 6/10/2000). Nos dois eventos houve a participação de um profissional da Dite.

O segundo documento elaborado em 2001 faz alusão ao trabalho realizado na Escola Estadual 11 de Agosto, em Aracaju, a qual foi escolhida para a realização do Projeto utilizando recursos tecnológicos por ser uma escola que já atendia a alunos com necessidades especiais e dispor de um Lied do Proinfo em funcionamento.

O terceiro documento é um Relatório das Atividades realizadas do ano de 2002, narrando o que foi possível realizar e as dificuldades que se apresentavam para a execução do Projeto. No relatório consta que havia reuniões entre Dite, Divisão de Educação Especial do DED e o Centro de Referência de Aracaju. Traz também o demonstrativo de atividades de programas para o período de agosto a dezembro de 2002.

Examinados os documentos mencionados verificou-se que a proposta de trabalhar com a informática educativa na educação especial ficou atrelada à Dite. Os documentos apresentam as dificuldades da ação e que a Escola Estadual 11 de Agosto teve um acompanhamento mais direto por parte da Dite por se tratar do Proinfo. Outro dado relevante é que um multiplicador foi destinado a acompanhar o Proinesp, sendo este profissional da Dite.

Quanto à concretização desse Projeto no período de 2003 a 2006, a autora teve dificuldades de localizar documentos referentes a ele. Além disso, a pessoa que trabalhou diretamente nesse período não cedeu entrevista, o que impossibilitou uma análise mais completa desse Projeto.

As informações obtidas da atual coordenação estadual do Proinesp foi que o Projeto de Informática Educativa para Educação Especial do

Estado foi aprovado em 2007, sendo que no ano de 2008 foram divulgadas as ações e em 2009 deu-se o início das capacitações. O documento Atribuições da Equipe do Proinesp confirma que o Projeto foi acompanhado pela Dite, tendo a participação de três funcionários e foram listadas oito atribuições, dentre essas estava a necessidade de a equipe realizar estudos de *softwares* educacionais específicos para a educação especial. Esta última atribuição deixa transparecer que as novas competências relatadas por Dite/Coord/2 eram de fato um diferencial que foi acrescido ao domínio da informática educativa.

Desde o ano de 2009 a equipe estadual vem efetuando capacitações para docentes com o objetivo de promover a visibilidade de alternativas pedagógicas do computador para a situação da promoção do processo de ensino-aprendizagem na educação especial. Seus cursos são distribuídos em 20 horas e 40 horas e acontecem no espaço da Divisão de Tecnologia de Ensino. Como requisito para participação, o docente precisa estar atuando na área da Educação Especial em salas inclusivas das redes públicas estadual e municipal. Os cursos oferecidos pelo Proinesp cuidaram da formação do docente para atuar na área da educação especial, tendo o foco no uso pedagógico desses recursos, bem como no manuseio de *softwares* específicos da área. A seguir, relacionamos alguns dos cursos desenvolvidos no período de 2007 a 2011: Educação Inclusiva e as Tecnologias; Possibilidades Pedagógicas no uso do computador na Educação Especial; Educação Especial e Inclusiva e suas Tecnologias; *Softwares* Educacionais na Perspectiva de uma Educação Inclusiva; e *Softwares* e Recursos da Tecnologia Assistiva.

#### **4.1.3 Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac)**

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) foi instituído pelo Ministério das Comunicações em 13 de março de 2002, com o objetivo de universalização do acesso à internet,

beneficiando as populações de baixa renda, promovendo a inclusão digital em todo o território brasileiro<sup>23</sup>.

Segundo a Cartilha Gesac (2010), a prioridade do Programa eram as comunidades de classes econômicas C, D e E em todo o Brasil, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso, cuja conexão atua com banda larga, predominantemente via satélite.

No ano de 2003 o Gesac passou por reestruturação, em face das diretrizes do novo Governo<sup>24</sup>, e estabeleceu parceria com o Ministério da Educação, tendo em vista a conexão de escolas públicas à internet em banda larga via satélite. Esta parceria foi oficializada pela Portaria Interministerial nº 122, de 19 de maio de 2003.

Em junho de 2003 iniciou-se o diálogo da Dite com a Secretaria da Educação a Distância sobre o acompanhamento do Gesac nas escolas públicas das redes estadual e municipal que tinham laboratórios de informática pelo Proinfo. No Ofício Circular s/n, de 5 de junho de 2003, enviado à coordenação do Proinfo em Sergipe, tem-se o relato sobre a parceria e as orientações de procedimentos a serem executados pela coordenação local.

Esse ofício revela que caberia à coordenação estadual do Proinfo o contato com os técnicos da empresa Gilat e que sob a competência da coordenação estadual ficaria o fornecimento da relação das escolas a serem atendidas, cujo critério era priorizar as escolas que já possuíam computadores para fins pedagógicos e instalados em rede local e escolas situadas em região de difícil cobertura pelos meios tradicionais, a exemplo do acesso via telefonia discada. Comunicava também que os Núcleos de Tecnologia Educacional poderiam ser atendidos desde que obedecessem aos critérios do Gesac. Solicitava que a coordenação do Proinfo iniciasse de imediato o processo de sensibilização da direção das escolas a serem atendidas pelo Gesac, informando-a da importância da conexão à internet para o atendimento pedagógico e comunitário.

---

23 Mais informações sobre o Gesac acessar o site <[www.gesac.gov.br](http://www.gesac.gov.br)>.

24 Nesse ano iniciava o primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.



Neste documento, dois itens chamam atenção. O primeiro orienta que as escolas escolhidas devem tomar as devidas providências para o atendimento à comunidade fora do horário de funcionamento normal. E o outro item era que as equipes do NTE, às quais estão vinculadas as escolas, deviam acompanhar a instalação das antenas de acordo com o calendário a ser fornecido pela empresa Gilat. Observa-se que o primeiro item determina uma ação que movimenta questões de ordem funcional da escola, surgindo alguns questionamentos: quem ficaria responsável para abrir a escola para a comunidade? Quem ficaria nos horários em que a escola não funcionasse? E nos fins de semana como seria a utilização? A questão não era só abrir a escola; era também mudar uma cultura de trabalho estabelecida.

Seguindo as orientações do mencionado ofício, a Dite também teve de assumir estas tarefas; através da sua chefia foi designado um multiplicador para acompanhar o Gesac. Esta decisão terminou por reduzir a equipe de multiplicadores que estavam acompanhando a segunda etapa da implantação dos Lied pelo Fust. O trabalho do multiplicador foi de realizar o levantamento das escolas, visitando as unidades para verificar a estrutura, observando se atendiam aos critérios do Gesac, e capacitar as escolas envolvidas, além de sensibilizar a escola para que essa dispusesse seu espaço em horários que não fossem os convencionais.

Como o Proinfo já vinha realizando capacitações nas escolas que teriam o Gesac, não houve problema na efetivação dos cursos aos docentes, tendo em vista que esses já eram contemplados nos cursos ofertados, e assim se cumpriam as orientações do Gesac/MEC. Como as escolas do Gesac eram fiscalizadas pelo monitoramento via satélite, a Dite era comunicada quando uma unidade escolar estava utilizando a internet ou não, podendo, a depender do uso, acontecer o redirecionamento para outro estabelecimento de ensino. A ação da Dite, ao ser comunicada que a escola não estava fazendo uso da internet, era informar à direção da unidade escolar e verificar como estava acontecendo o uso do laboratório de informática pela pessoa do responsável pelo Lied.

Em Sergipe, o Gesac também atuou em capacitações que não foram ofertadas pelo Proinfo. Alguns cursos deram-se em parcerias com o Ministério das Comunicações. Segundo Dite/Coord/7, às vezes era a própria comunidade que solicitava o curso. Quando isso acontecia “[...] alguém entrava em contato comigo, pois sou o contato de Sergipe que se encontra na Dite. Vou até o espaço e organizo em termos de estrutura, de inscrição de pessoas, divulgação em folder, na página virtual da secretaria de Educação”. Ao ser questionado sobre o conteúdo da capacitação e quem ministrava, obteve-se a seguinte resposta: “São os promotores sociais do próprio Ministério [...]”.

No depoimento houve a confirmação de quatro oficinas realizadas no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional da Seed, tendo o apoio do Ministério das Comunicações e Ministério da Educação, chamadas de metareciclagem, as quais ocorreram no período de 2007 a 2011. Observando as oficinas executadas verifica-se que a ênfase recai sobre a questão da metareciclagem. Foi utilizado este título porque a proposta de trabalho estava direcionada ao reaproveitamento dos computadores; isto é, a partir dos computadores disponíveis, os participantes aprendiam a compor outra máquina, reciclando suas peças em condições de uso.

Os conteúdos das oficinas versaram sobre *Blog*, *Grafismo* e *Manutenção de Computador*. O público alvo foram alunos e professores de todo o Estado, num total de 122 pessoas. A experiência das oficinas possibilitou ao multiplicador que acompanhava o Gesac idealizar uma proposta de capacitações para o Estado.

Dite/Coord/7 relata que após as oficinas houve a necessidade de continuar com o trabalho. Então no ano de 2008 foram realizadas algumas oficinas com adequações à realidade sergipana. E continua: “[...] trabalhei com a questão ambiental, já tinha essa preocupação de onde estava sendo destinado esse lixo tecnológico. Aí fiz algumas modificações”. Na proposta da capacitação estadual constava o reaproveitamento dos computadores que estavam obsoletos. Ao ser questionado onde conseguiam as máquinas, obteve-se a resposta:

No início a gente coletava esse material nas escolas [...]. Eram computadores, impressoras. Depois fizemos uma parceria com a Petrobras, eles doaram máquinas e nós restauramos as máquinas, colocamos para funcionar através das oficinas de metareciclagem. (DITE/COORD/7).

A parceria da Petrobras com a Seed/Dite trouxe frutos às comunidades que foram escolhidas para receber as oficinas, como foi o caso da Associação da Coroa do Meio, Igreja Presbiteriana 12 de Agosto, Instituição de Apoio aos Surdos de Sergipe, Escola Municipal Oviedo Teixeira, em Aracaju, Assentamento Quissamã e outros. As oficinas locais eram ministradas pelo multiplicador do Gesac integrante da Dite, o qual trabalhava os conteúdos da parte pedagógica de uso do computador, e por um ex-aluno da oficina que aconteceu no ano de 2007, o qual trabalhava os conteúdos da parte técnica de reaproveitamento da máquina.

O Gesac em Sergipe atende a 27 escolas, sendo que cinco delas estão na capital e 22 no interior do Estado, cujo acompanhamento é realizado pela Dite através do multiplicador. E desde 2007 o Programa executou 12 oficinas de metareciclagem, cujo público-alvo são pais de alunos, pessoas da comunidade e estudantes. Segundo Dite/Coord/7, quando a escola ou comunidade já tem um laboratório funcionando, os computadores reciclados são doados aos participantes da oficina. Quando a comunidade não tem um laboratório de informática, as máquinas recicladas nas oficinas ficam na comunidade, no espaço destinado ao laboratório. No depoimento Dite/Coord/7 há confirmação de que as máquinas são doadas, quando relata: “[...] acho que umas 150 máquinas foram doadas”.

O trabalho realizado pelo Gesac através da Dite revela que, além de docentes das redes públicas estadual e municipal, a comunidade foi beneficiada com as oficinas ministradas, ampliando a influência de atuação da Divisão na contribuição da disseminação da cultura de uso da informática no Estado. As oficinas tiveram maior participação dos alunos, conforme o depoimento a seguir:

[...] quando oferecíamos oficinas de metareciclagem, a procura maior era do aluno que queria participar, os alunos se identificavam pela questão da curiosidade de abrir a máquina, de manusear, de ver como funciona [...]. Mas, não era só mostrar a ele como funcionava ou qual o defeito da máquina. Nossa proposta era dar oportunidade a esse aluno de ser um monitor até na própria escola que já tinha um laboratório de informática. (DITE/COORD/7).

O movimento do Gesac traz um aditivo inovador, quando apresenta um trabalho de cuidado ambiental e beneficia as instituições e/ou estudantes com máquinas recuperadas, além de reforçar um trabalho iniciado pelo Proinfo/SE, que foi capacitar alunos para ajudarem nos Lied como monitores.

#### **4.1.4 Programa TV Escola**

O Programa TV Escola teve sua transmissão experimental em setembro de 1995, mas entrou em operação definitiva em 4 de março de 1996. O Ministério da Educação promoveu uma série de eventos para divulgar o Programa, entre os quais se destaca o I *Workshop* Nacional da TV Escola, realizado em Brasília, entre os dias 6 e 8 de fevereiro de 1996, o qual que reuniu cerca de 80 participantes, entre representantes das Secretarias Estaduais de Educação, das Delegacias Regionais do MEC, das Secretarias e órgãos vinculados ao MEC e das TVs Educativas.

O Programa constituiu-se em um canal destinado exclusivamente à educação, viabilizado via satélite Brasilsat, em circuito fechado, ou através de recepção por antena parabólica. Voltando-se à formação continuada dos professores em exercício nas escolas públicas, o TV Escola visa disseminar, nacionalmente, conteúdos e procedimentos que possibilitem repensar o papel da escola e da educação, com vistas à implantação de novas formas pedagógicas, bem como novos modos de gestão escolar e a reavaliação do papel dos profissionais da educação.

Integrava o Programa TV Escola um kit tecnológico constituído de um televisor em cores de no mínimo 20 polegadas, um aparelho de videocassete de quatro cabeças, uma antena parabólica com receptor e dez fitas de VHS. A aquisição deste aparato ocorre através do repasse de verbas por parte do MEC, ficando a cargo das Secretarias de Educação a gerência destes equipamentos e recursos, bem como os gastos de instalação, sua manutenção e segurança, além da infraestrutura envolvendo recursos humanos e físicos.

Em relação aos recursos humanos nas secretarias estaduais e municipais competiam aos profissionais responsáveis pelo TV Escola as seguintes atribuições: administrar as ações, distribuir materiais e difundir informações; providenciar a manutenção de equipamentos e material de consumo das escolas; estabelecer padrões de referência para recepção e gravação e a utilização dos programas, de forma a garantir a qualidade pedagógica que se objetiva; fazer a avaliação de impacto da programação do TV Escola no sistema de ensino; prestar informações às escolas e promover a capacitação dos recursos humanos.

O Programa teve duas etapas de atuação. A primeira priorizou as quatro primeiras séries do ensino fundamental, beneficiando escolas com mais de 100 alunos. Na segunda etapa houve ampliação da esfera de atuação, tornando sua programação mais abrangente, incluindo vídeos tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio, além de conter programação para Escola Aberta e palestras sobre a formação do professor através do Programa Salto para o Futuro, que foi acoplado a este projeto.

Ao longo da atuação do TV Escola, providências foram sendo tomadas a fim de viabilizar o uso do kit tecnológico, além dos cursos em nível nacional para os docentes, a exemplo do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje. Em 2003, houve a mudança das antenas analógicas para as antenas digitais, além da distribuição do kit DVD Escola, proposta que permitiu chegarem às escolas caixas de DVD com programação do TV Escola.

Em Sergipe, o Programa TV Escola teve um antecedente que foi de fundamental importância para sua trajetória, no caso a implantação do Projeto Vídeo Escola no ano de 1989 e o Projeto Salto para o Futuro em

1992. Quando o TV Escola foi implantado em Sergipe, no ano de 1996, a equipe da Dite já havia acumulado uma experiência acerca do uso da TV e Vídeo no contexto escolar, o que facilitou sua implantação no Estado.

O Programa TV Escola ficou sob a coordenação da Divisão de Tecnologia de Ensino, onde foi determinada uma coordenação estadual para o acompanhamento da implantação desta iniciativa no Estado. No acervo da Dite encontrou-se o movimento do Programa no ano do seu lançamento (1996). No documento Reunião com Órgãos Municipais verificou-se que houve reuniões nas Diretorias Regionais de Educação. Segundo Dite/Coord/4, estes encontros foram realizados nas DRE com a participação das escolas que receberiam o kit tecnológico. O objetivo dessas reuniões era sensibilizar as pessoas sobre o Programa e seu uso.

Nunes (2003) relatou que nos encontros iniciais os temas abordados contemplavam: Fundamentação teórica da EAD; Conceitos, estruturação e funcionamento do TV Escola; Organização da videoteca; Orientação técnica quanto ao uso dos equipamentos e utilização pedagógica do TV Escola. Os temas propostos deixam claro que as capacitações realizadas em Sergipe não só trabalharam o lado técnico da utilização das ferramentas recebidas, como também enfatizaram o lado pedagógico do uso das TIC.

O Programa TV Escola, além de contar com uma coordenação estadual que se localizava na Dite, tinha coordenadores nas Diretorias Regionais de Educação que atuavam no seu monitoramento nas unidades escolares circunscritas, sendo que em cada escola que possuía a TV Escola tinha um espaço e um gestor.

A Instalação do kit tecnológico em Sergipe não aconteceu a contento. Vários documentos denunciam problemas, o Ofício nº 005/1996 enviado por um diretor de escola que tinha sido contemplado com o TV Escola, o qual alegava que o kit não estava funcionando e que não dispunha de pessoal preparado para trabalhar com as gravações dos programas, além da aparelhagem que estava sem condições de uso porque tinha sido mal instalada. Esta situação nos revela como foram sendo introduzidos os re-

cursos tecnológicos nas escolas e como essas tiveram de aprender a lidar com situações novas que antes não faziam parte da cultura material escolar. Reportamo-nos em Martínez (2004, p. 97) que diz que “[...] o conhecimento não viaja pela internet. Construí-lo é uma tarefa complexa, para a qual não basta criar condições de acesso à informação”, pode-se constatar que a chegada do kit tecnológico interferia diretamente na gestão escolar e que o manuseio e entendimento de uso desses recursos necessitariam de capacitação e tempo para ser compreendido no contexto educacional.

Outro aspecto que interferiu na implantação do Programa TV Escola em Sergipe foi o atraso na instalação dos kits. Na época, a Seed procurou dar maior segurança às escolas envolvidas no Programa, em termos da guarda e manutenção dos aparelhos. Cada escola foi orientada a dispor de uma sala adequada ao uso do vídeo e TV, ficando os aparelhos protegidos por suportes gradeados. Estas preocupações, contudo, não foram observadas em muitas escolas.

Tomando a cultura material escolar como reflexão para entender a introdução dos recursos tecnológicos no âmbito da escola, Souza (2007) ressalta que todo artefato material vincula uma concepção pedagógica, saberes e práticas. E foi deste modo que as políticas educacionais para uso das TIC foram sendo implantadas nas escolas, trazendo uma concepção de sociedade, procurando atender à situação que o Brasil passava no contexto internacional econômico. Esta pesquisadora chama atenção para estes novos artefatos quando diz que: “[...] até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino [...] remetem à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social” (SOUZA, 2007, p. 170).

A dimensão da atuação do Programa também pode ser verificada no Convênio nº 003/1997 entre a Secretaria de Educação a Distância do MEC e a Secretaria de Educação de Sergipe, que tinha como objetivo capacitar docentes das redes estadual e municipal para utilização de novas tecnologias nas unidades de ensino usuárias do TV Escola. Isso confirma que o

Programa TV Escola atuava na capacitação dos docentes e acompanhava a instalação dos kits tecnológicos no Estado.

Em Sergipe, o Programa TV Escola, além de ter realizado encontros nas sedes das Diretorias Regionais de Educação, proporcionou três grandes eventos no Estado, denominados *workshops*, que foram realizados na cidade de Aracaju. Além dos *workshops*, o Programa TV Escola no Estado participou de duas coletas de dados sobre a implantação, acompanhamento e avaliação do TV Escola no Brasil, nos anos de 1996 e 1997. Os relatórios da segunda e terceira coletas tinham o intuito de verificar como estava acontecendo a implantação do Projeto TV Escola no Brasil.

Na pesquisa de Nunes (2003) há o relato da coordenadora no período da implantação do TV Escola no Estado, e a confirmação de que a equipe estadual não tinha condições de se dedicar às inúmeras tarefas relacionadas ao Programa, devido ao fato da equipe ser reduzida. A abrangência territorial do Estado impossibilitou que a equipe desenvolvesse uma ação de natureza mais pedagógica, pois a coordenação nacional exigia deste grupo uma quantidade significativa de detalhes administrativos, o que terminava interferindo num acompanhamento mais direto e sistemático às unidades de ensino beneficiadas pelo TV Escola.

Além do trabalho realizado pela equipe da coordenação estadual do TV Escola, existia sob sua responsabilidade uma videoteca, um espaço dentro da Dite que surgiu na ocasião do Projeto Vídeo Escola e foi ganhando ampliação com o Programa TV Escola. Nesse espaço foram lotados dois funcionários que gravavam a programação e davam assistência às escolas que possuíam o kit tecnológico, realizando viagens e participando de capacitações cuja temática era o manuseio dos recursos.

Na pesquisa de Figueirôa (2004) encontrou-se referência a esse espaço e ao trabalho realizado. O autor ressaltou a demora no atendimento dos pedidos das escolas que apresentavam problemas com o kit tecnológico. Ao entrevistar Dite/Técnico/3 sobre o local de trabalho, obteve-se o seguinte relato: “Meu trabalho era no setor de audiovisual da Dite. Eu gravava a programação que



vinha via antena parabólica e reproduzia por solicitação das escolas”. Quando questionado sobre as capacitações para manuseio do kit tecnológico, obteve-se a resposta: “[...] capacitava nas unidades, a gente marcava com a escola e essa colocava a pessoa que iria ser capacitada com a gente. A capacitação era: como manusear, como gravar e como sintonizar a antena”.

No acervo da Dite, o documento Relatório do Setor Videoteca (sem data) expõe o que foi realizado e as dificuldades enfrentadas, como também faz sugestões do que necessitava para que o trabalho acontecesse com efetividade. O espaço da videoteca, segundo o documento, tinha um acervo de 6.000 títulos gravados, totalizando 3.675 fitas VHS, constituindo o espaço, sendo referência das escolas quando solicitava gravação de algum vídeo.

Além da ampliação do número de programas e de suas incumbências, a Dite não conseguiu aumentar sua equipe para favorecer o desenvolvimento de um trabalho mais eficaz. Isso pode ser decorrente de sua falta de autonomia bem como da falta de compromisso e envolvimento dos dirigentes educacionais para favorecer a disseminação da cultura tecnológica no Estado.

O Programa TV Escola executou duas ações em nível nacional para viabilizar o uso do audiovisual. A seguir, serão apresentadas as ações e sua execução em Sergipe.

### **1ª Ação - Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje**

Em outubro de 2000 iniciou-se o curso de extensão TV na Escola e os Desafios de Hoje. Este curso tinha carga horária de 180 horas distribuídas em três módulos que poderiam ser cursados de forma independente e/ou complementar. O curso tinha uma proposta de oferta continuada, visando atender a professores da rede pública de ensinos fundamental e médio de todo o País que estivessem interessados na otimização do uso dos audiovisuais na sua prática pedagógica, enfatizando o uso do acervo do TV Escola. A preocupação era tornar o uso da TV e vídeo mais efetivo e prático no cotidiano escolar.

O documento Convênio nº 686/01, Processo nº 6302/01 – 83, celebrado entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação, traz como foco a oferta do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje, em Sergipe. O convênio estipulava que a Seed cuidaria da coordenação operacional, que englobava desde o processo de divulgação e inscrição até a disponibilização do acervo do TV Escola aos participantes.

Para o acompanhamento da parte operacional do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje foi designado um profissional da Seed, lotado na Dite, mais especificamente no Programa TV Escola. Observa-se que mais uma vez é direcionada uma política educacional de uso das TIC sem considerar o movimento que o Programa TV Escola vinha realizando no Estado e as dificuldades já apresentadas no acompanhamento das ações. Neste sentido, a coordenação operacional precisou redimensionar o trabalho da equipe estadual – que já era reduzida – e rever o trabalho da videoteca para atender à demanda de gravação por parte dos cursistas e das Diretorias Regionais de Educação que necessitavam dos vídeos para dar continuidade ao curso. Estas reivindicações ficam evidentes na Comunicação Interna nº 177/2001, quando a chefe da Dite relata a importância do curso e solicita providências ao Departamento de Educação em relação a alguns recursos a serem disponibilizados para que a operacionalização aconteça a contento.

Este documento reflete as dificuldades da Dite e a forma encontrada para contornar a operacionalização do curso, cujo pedido não foi atendido. O que ficou evidenciado no acervo da Dite é que o curso TV na Escola e os Desafios de Hoje foi realizado no Estado até sua quarta edição (NUNES, 2003), que houve seleção de tutores e que parte dos selecionados foram profissionais da Seed que já haviam sido capacitados em outros momentos para programas como o Projeto Vídeo Escola, Salto para o Futuro e TV Escola; que a equipe estadual na Dite contribuiu com o curso na medida em que gravava os vídeos e encaminhava às Diretorias Regionais; que foi criado um espaço na Dite para estudo dos cursistas e que foram realizados encontros nessas diretorias. No que se refere ao quantitativo de

professores qualificados, não foi possível ter esta informação, o que ficou demonstrado foi que o curso alcançou professores de todo o Estado das redes públicas estadual e municipal.

## **2ª Ação – DVD Escola**

O Programa TV Escola iniciou sua atuação com um kit tecnológico (TV e vídeo). Porém, com a chegada de novos recursos como o DVD e a TV Digital, foi preciso rever as máquinas que estavam se tornando obsoletas e criar novas formas de compartilhar o conhecimento. Neste sentido, o Projeto DVD Escola oferecia às escolas públicas de educação básica caixa com mídias DVD, contendo a programação produzida pelo TV Escola.

A intenção do Programa era assegurar o compromisso com a atualização tecnológica e a democratização do TV Escola. O Projeto entregou em duas etapas diferentes duas caixas contendo mídias DVD às escolas que estavam vinculadas ao TV Escola.

Em Sergipe, o Programa DVD Escola foi acompanhado pela equipe estadual do Programa TV Escola na Dite. A primeira etapa de entrega do kit DVD ocorreu no dia 31 de agosto de 2005, na Divisão de Tecnologia de Ensino, quando os representantes das escolas contempladas das redes públicas estadual e municipal foram convidados a comparecer e assinar o termo de recebimento do kit. Nessa primeira etapa foram contempladas 50 escolas.

A segunda etapa de entrega do kit DVD Escola contemplou mais escolas. Como eram muitos kits, a Dite optou por realizar um seminário de sensibilização sobre a Utilização das Tecnologias Educacionais, do qual participaram diretores das escolas contempladas e técnicos da Seed. Na programação do evento houve a palestra Políticas Públicas em EAD e o Projeto DVD Escola, proferida por um representante do MEC, e relatos de experiências em EAD com instituições do Estado que trabalhavam com a metodologia da Educação a Distância.

O seminário de sensibilização ocorreu no dia 24 de setembro de 2007, no Centro de Convenções de Sergipe (CIC), e o cuidado da Dite, segundo Dite/Chefe/4, foi mostrar aos gestores que estavam recebendo o kit DVD Escola que os vídeos faziam parte de uma proposta de Educação a Distância do MEC e que esses gestores percebessem a importância do conteúdo pedagógico contido em cada vídeo. Para Dite/Chefe/4, “[...] o seminário foi histórico e os palestrantes foram excelentes. Ali se mostrou que a TV Escola não era uma televisão separada de tudo mais. Havia um movimento de integração das mídias”.

O trabalho da equipe estadual do TV Escola não encerrou com a entrega dos kits DVD Escola. No transcorrer do ano a equipe continuou realizando capacitações e inserindo na programação vídeos que faziam parte do kit DVD.

O movimento do Programa TV Escola foi intenso no Estado, o que foi demonstrado na pesquisa realizada no acervo da Dite, pois, além da realização dos três *workshops* e do seminário de sensibilização do uso do DVD Escola, a equipe atuava nas capacitações e oficinas dos demais programas e projetos existentes na Divisão, empreendendo viagens às escolas, oficinas de uso de TV e vídeo, cursos nas Diretorias Regionais de Educação, oficinas de leitura de imagens, reuniões mensais com os responsáveis pelo Programa nas DRE, oficinas de orientações de como organizar uma videoteca, oficinas de produção de vídeos, oficinas de como manusear o kit tecnológico.

Os cursos e oficinas ofertados pelo Programa TV Escola propunham-se a disseminar a cultura escolar de uso das tecnologias na educação, ocorrendo tanto na capital (Aracaju) como no interior do Estado, o que enfatiza a abrangência do Programa.

#### **4.1.5 Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação**

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação foi uma proposta de formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias da Secretaria de Educação a Distância do MEC. Diferentemente do que ocorre com outras propostas do MEC, este Programa enfatizava a integração das mídias (televisão, rádio, informática e material impresso) para favorecer o trabalho pedagógico, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes recursos das tecnologias.

O Programa foi desenvolvido pelo MEC, em parceria com consultores especialistas, Instituições de Ensino Superior (IES) conveniadas, individualmente ou através de consórcios, e Secretarias de Educação, por meio das coordenações dos Programas TV Escola, Proinfo e Rádio Escola.

A estrutura do Programa era modular, constituído de três ciclos (básico, intermediário e avançado), que permitiam o tratamento dos temas em diferentes níveis de profundidade. O ciclo básico constituía o núcleo em torno do qual se estruturavam os demais ciclos e englobava as discussões sobre a utilização das mídias em diferentes concepções pedagógicas, os fundamentos e aplicabilidade das principais mídias no ensino e na aprendizagem; esse ciclo tinha carga horária de 120 horas e poderia ser certificado como extensão. O ciclo intermediário era formado por módulos temáticos, constituindo desdobramentos e acréscimos aos módulos do nível básico. Para fazer jus à certificação de aperfeiçoamento, o participante deveria ter cursado o equivalente a 120 horas do ciclo básico mais o equivalente a 60 horas em módulos do ciclo intermediário, além de apresentar o trabalho final estipulado para o nível. O ciclo avançado, realizado após esses dois ciclos, tinha a duração de 180 horas, sendo que o programa perfazia um total de 360 horas. Para obtenção do certificado de especialização, o candidato deveria apresentar trabalho monográfico

a partir de projeto desenvolvido referente ao uso das mídias no processo de ensino e aprendizagem.

Tal qual o curso TV Escola e os Desafios de Hoje, o Programa Mídias na Educação foi operacionalizado pela Seed/Dite, ficando um profissional lotado na Divisão responsável por seu acompanhamento. Coube à Universidade Federal de Sergipe a parte administrativa e a expedição dos certificados.

Para formalização do curso, o Ministro da Educação convocou as Secretarias de Estado da Educação, por meio das coordenações dos Programas TV Escola, Proinfo e Rádio Escola, a atuar como parceira na implantação do Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação. Este convite foi formulado através do Ofício nº 530/2005/Seed/MEC, de 18 de agosto de 2005. O ofício relatava que em outubro de 2005 teria a versão preliminar *online* através do ambiente virtual e-proinfo<sup>25</sup>, comunicando que o Programa se destinava aos educadores da educação básica, incluindo os da Educação Especial e os de Jovens e Adultos, como também técnicos das Secretarias de Educação.

A Dite realizou o acompanhamento do Programa através de encontros presenciais no ano de 2007, nas seguintes cidades: Nossa Senhora da Glória, Lagarto, Propriá e Aracaju (NTE1 e Escola Estadual Presidente Costa e Silva). Os encontros procuraram atender aos cursistas que moravam em diferentes regiões do Estado de Sergipe e tinham o objetivo de explicar a modalidade do ensino a distância e mostrar o ambiente e-proinfo, onde seria desenvolvido todo o curso.

O Relatório do Programa do ano de 2008, produzido pela coordenação operacional na Dite, informava que em outubro de 2007 tinha iniciado a segunda turma do Programa e que foram realizados dois encontros na UFS com este grupo. Houve participação das coordenações do TV Escola e Rádio

---

25 É um ambiente colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem. Para conhecer o ambiente, acessar <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>.

dio Educação de Sergipe, as quais deram apoio ao Programa de Mídias na Educação. O relatório também apresenta a relação dos tutores que atuaram no curso, muitos dos quais eram funcionários da Seed e tinham experiência no trabalho com as TIC através dos programas acompanhados pela Dite.

O Programa de Formação Continuada em Mídias formou a primeira turma em nível de especialização de professores da rede pública de Sergipe no período de 3/11/2008 a 29/01/2010.

## **4.2 Experiências de utilização das TIC em parceria com outras instituições em Sergipe**

A Secretaria Estadual de Educação também realizou parcerias com outras instituições na perspectiva de utilização das TIC nas redes públicas estadual e municipal. Para tanto, a Dite teve de redimensionar a equipe para atender às demandas que chegavam via Seed. A seguir, apresentam-se as parcerias realizadas pelo Governo de Sergipe, através da Seed, as quais foram monitoradas pela Divisão de Tecnologia de Ensino.

### **4.2.1 Programa Intel Educação para o Futuro**

No ano de 2003 foi assinado o Termo de Convênio de Cooperação Técnica Educacional entre a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe e a Intel Semicondutores do Brasil. O objetivo do convênio foi capacitar professores (multiplicadores) para ensinarem a outros professores (participantes do curso) o conteúdo desenvolvido para o curso a partir do Programa Intel Educação para o Futuro.

O início da parceria aconteceu com a capacitação dos professores multiplicadores, num total de 30 pessoas. Essa capacitação aconteceu no período de 17 a 21 de novembro de 2003, nas dependências da Universidade Tiradentes – Campus Farolândia. A capacitação aconteceu neste espaço porque a Dite não estava com todas as máquinas do laboratório de informática em condições adequadas de uso para os cursos.

Na ocasião do curso para os multiplicadores, foi entregue aos participantes material impresso do multiplicador e do aluno, como também CD-ROM do Programa Intel Educação para o Futuro e *Software* Office XP profissional. O curso foi ministrado em 40 horas, através de dez módulos, que traziam uma proposta de trabalho interativo, sendo que na conclusão o aluno deveria apresentar um portfólio da sua trajetória no curso. Os conteúdos ministrados versavam sobre internet, projetos de página de Web, *software* multimídia e plano de aula, utilizando todas as mídias.

O curso Intel foi acompanhado por um profissional da Dite, que tinha a responsabilidade de organizar as turmas, realizar a divulgação, receber o material impresso enviado pela Intel e selecionar os multiplicadores que atuariam nas turmas. Ao término do curso, o responsável pelo acompanhamento cadastrava as turmas e emitia a certificação. Os certificados eram emitidos pela Intel através da Escola Virtual da Fundação Bradesco. Porém, seu movimento foi registrado pela responsável na Dite. O Programa Intel em Sergipe, segundo dados da coordenação na Divisão, capacitou docentes das redes públicas estadual e municipal.

Após o curso destinado aos multiplicadores, no ano de 2004, iniciaram-se as capacitações oferecidas às escolas selecionadas para participarem do Programa. No depoimento de Dite/Coord/5, foi confirmado que todo o material do curso era enviado pela Intel, cabendo à Dite disponibilizar os multiplicadores e organizar o espaço do curso. Os cursos aconteceram na Dite e no NTE 2 e foram ministrados pelos professores multiplicadores. Foram ofertadas 95 turmas, atendendo a 1.945 participantes.

A carga horária do curso foi ministrada na modalidade presencial e a distância, diferenciando-se das orientações do Programa. No depoimento de



Dite/Coord/5 também foi relatado que o curso precisou ser adequado para atender à clientela, pois muitos não sabiam usar o computador. Ela diz ainda: “[...] a gente teve que adequar o curso. Não fugimos da proposta, mas adequamos”. Esta situação mostra como a equipe ia se apropriando da metodologia do Programa e refazendo sua dinâmica de atendimento à realidade sergipana.

### **4.2.2 Tonomundo**

O Tonomundo é um Projeto de iniciativa do instituto Oi Futuro, em parceria com a Escola do Futuro da Universidade de São Paulo (USP). Foi concebido em 2000 e implementado em 16 estados brasileiros. Sua proposta de trabalho era a utilização da tecnologia como ferramenta educacional em escolas públicas que possuíam um Lied conectado à internet.

A missão do Projeto consistia em desenvolver, apoiar e reconhecer ações educacionais e culturais que promovam o desenvolvimento humano, utilizando as TIC. Para o desenvolvimento da missão, o Tonomundo se propôs a promover a formação de agentes de transformação para a melhoria da realidade local a partir da escola pública, por meio da participação em uma Comunidade Virtual de Aprendizagem e Prática.

Em Sergipe, o Projeto foi implantado na rede pública estadual através de convênio com a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Telemar S/C, sendo que seu lançamento ocorreu no dia 11 de junho de 2007, no espaço da Divisão de Tecnologia de Ensino, com representantes da Seed, Secretaria de Estado de Comunicação, profissionais da Dite, equipe da Oi Futuro e professores da USP.

A coordenação estadual do Projeto ficou sob a responsabilidade da Divisão de Tecnologia de Ensino, denominada pelo Tonomundo como Formadores Mediadores (FM) da Seed e Formadores Mediadores Locais (FML) que atuavam nas escolas. Dois profissionais da Dite iniciaram suas atividades logo após o lançamento, atendendo a 13 escolas, sendo duas da capital e 11

do interior. As unidades de ensino foram selecionadas pela Divisão de Tecnologia de Ensino, em parceria com as Diretorias Regionais de Educação, e os critérios utilizados na seleção das escolas foram os estabelecidos na concepção Projeto, sendo: escola com mais de 500 alunos, com oferta do 6º ao 9º ano, com laboratório de informática e conexão de internet.

A primeira capacitação presencial para professores formadores mediadores ocorreu no período de 18 a 22 de junho de 2007, na sede da Dite, nos turnos manhã e tarde. Esse grupo de 30 profissionais foi constituído, em sua maioria, por indicação dos diretores das regionais da Educação, visando à preparação de multiplicadores e/ou coordenadores para o acompanhamento das ações do Projeto nas escolas. O curso foi ministrado por representantes da Oi Telemar, do Rio de Janeiro.

Com a equipe de coordenação estadual oficializada e após a capacitação dos formadores multiplicadores, deu-se o início do trabalho nas escolas. Durante o ano de 2007 foram atendidas 13 escolas, e no ano de 2008 o Projeto foi ampliado, englobando mais 17 escolas, totalizando 30 unidades de ensino distribuídas nas oito Diretorias Regionais de Educação. No ato da implantação do Projeto, os diretores das DRE participaram de reunião na Dite para serem informados da dinâmica de acompanhamento nas escolas circunscritas.

O Projeto desenvolvia suas ações em três linhas de atuação, sendo: Transdisciplinar, epistemologia e metodologia inovadoras, que procurava articular as diferentes áreas de conhecimento, exercitando a visão mais global do homem e da natureza, a atitude e a prática transdisciplinar; Pedagógica, escola que visa a uma aprendizagem ativa, em redes colaborativas e que possam ser desenvolvidas no ambiente escolar, mas que tenham impacto social na comunidade extraescolar; e a linha Tecnológica, que procura entender que a ação pedagógica não pode ser efetiva se o professor não estiver sensibilizado quanto à necessidade de utilização das tecnologias em sua prática educativa. Essa linha cuidava da formação de professores e ferramentas digitais.

A equipe de acompanhamento do Projeto Tonomundo desenvolveu ações durante os anos de 2007 a 2009, realizando atuações nas escolas envolvidas. Observou-se que, nesse ínterim, outro projeto chegou à Seed/Dite para ser executado, deslocando funcionários da Divisão para atuar no acompanhamento, sem considerar as ações de acompanhamento que já vinham sendo executadas pela Dite nos demais Programas e Projetos e as fragilidades pontuadas nos relatórios, que foram abordadas no capítulo anterior, como: ausência de transporte para acompanhar as escolas envolvidas, laboratórios de informática obsoletos e a capacitação de recursos humanos para executar a proposta. A parceria entre o instituto Oi Futuro e a Seed consistia no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e na capacitação inicial dos formadores mediadores, ficando o acompanhamento e capacitações dos demais envolvidos a cargo da Seed/Dite.

Analisando as duas parcerias realizadas pela Seed/Dite, deduz-se que a Seed e os dirigentes envolvidos realizam convênios apenas para ter uma ação sendo executada ou dizer à sociedade que se está fazendo algum trabalho para não receber crítica. Mas quem tem de assumir estas ações é a Dite, mesmo não tendo as condições necessárias de trabalho, pois, caso se recuse, seus profissionais podem ser perseguidos e perder seus cargos.

Como entender parcerias realizadas, sem uma estrutura que desse suporte ao trabalho a ser realizado? Os documentos da Dite pontuavam fragilidades que não foram consideradas.

Ora, políticas educacionais de uso das TIC não devem considerar apenas o envolvimento de profissionais para acompanhar pedagogicamente os programas e projetos; é preciso também disponibilizar condições para que ações se concretizem. Não dá para querer qualidade na educação e desenvolvimento da sociedade apenas enchendo as escolas de recursos tecnológicos ou capacitando professores para o trabalho com as TIC, focando na questão quantitativa do tipo: quantas escolas têm recursos tecnológicos ou quantos professores foram capacitados? Fazer mudanças partindo do pressuposto quantitativo é oferecer uma imagem superficial da realidade escolar.

### 4.3 Experiências de utilização das TIC de iniciativas da Seed/Dite

Na trajetória da Divisão de Tecnologia de Ensino, o acompanhamento de programas e projetos foi uma atividade constante. Ao tempo em que a Dite se propunha a representar o MEC através das políticas educacionais de uso das TIC, sua equipe de profissionais fez as representações, apropriando-se de possibilidades de ultrapassar os limites do que foi determinado como estratégia. Deste modo, à medida que institucionalizava as orientações do MEC, a Divisão também produziu experiências com a utilização das TIC, designando outras formas de uso e procedimentos, que empregavam as referências de um lugar, neste caso, o lugar da Dite (CERTEAU, 1994).

Procurando atuar de modo a atender às necessidades locais, a Dite elaborou projetos de uso das TIC que contemplassem a realidade educacional sergipana, traçando interesses que iam além das propostas do MEC, como foi o caso de cinco projetos elaborados e executados pela equipe de profissionais da Divisão. O depoimento de Dite/Coord/6 apresenta a inquietação da equipe quando relata que:

[...] não dava para ficar só cuidando do que vinha do MEC [...]. Às vezes era um silêncio angustiante do MEC e da Seed, principalmente quando da mudança de Governo [...]. Acredito que foram nestes intervalos que surgiram as experiências locais [...] Mesmo com todas as dificuldades da DITE, era possível refazer caminhos e utilizar-se do que já tínhamos para recriar um novo, com a cara local. (DITE/COORD/6).

Nesse depoimento destacam-se dois aspectos da equipe da Divisão: o conhecimento adquirido ao longo dos anos de trabalho que permitiu autonomia à equipe para criar caminhos e procedimentos diferenciados de atividades e a importância da formação dos recursos humanos na área das TIC. Através dos cursos de especialização, membros da Dite tiveram aces-

so às produções científicas e ao que vinha sendo discutido no Brasil sobre o uso das TIC na educação.

O início da trajetória da Dite na elaboração e execução de projetos locais deu-se através da participação do Projeto Inovações Pedagógicas, financiado pelo Projeto Nordeste/Banco Mundial, cujo foco era atender às necessidades do ensino fundamental, utilizando-se de estratégias metodológicas diferenciadas que contemplassem a interdisciplinaridade e a utilização de diversas mídias.

O Projeto Inovações Pedagógicas contemplou três ações que foram executadas no Estado, mas apenas duas delas foram pesquisadas para compor a cena das iniciativas de uso das TIC no Estado. O critério utilizado na seleção dessas duas ações foi o fato de que apenas elas estavam diretamente ligadas ao uso das TIC. Os demais projetos locais foram executados com recursos da Seed. A seguir, serão apresentados os projetos que foram desenvolvidos por parte da Dite e os movimentos da sua execução.

#### **4.3.1 Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia**

O Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia nasceu da experiência da Dite quando do acompanhamento dos programas e Projetos de utilização das TIC. A inquietação da equipe, segundo Cartilha do Projeto (1998), era entender até que ponto as imagens e informações trabalhadas pela televisão e pela multimídia afetavam o processo de aprendizagem e contribuíam para a melhoria da qualidade de ensino.

Este questionamento levou à elaboração do Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia, envolvendo a Divisão de Alfabetização do DED e Dite no ano de 1997. O Projeto foi gestado no Departamento de Educação/Dite e teve o financiamento do Projeto Nordeste/ Banco Mundial. Seu objetivo foi dotar a escola pública de salas de multimídia, voltadas para o uso conjunto das mídias de comunicação, como TV, vídeo, computador, rádio, livros, jornais e outros.

Ao Projeto Nordeste coube financiar as atividades de capacitação e consultoria, que foram prestadas por dois profissionais, um da Unicamp e outro da PUC/Campinas, além da aquisição de material de consumo durante o período de 2 anos. Ao Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, ficou a incumbência da implantação dos laboratórios e aquisição dos materiais permanentes, tais como computadores, televisão e outros.

O Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia atuou em escolas das redes públicas estadual e municipal e teve seu acompanhamento realizado por profissionais lotados na Divisão de Tecnologia de Ensino. Sua atuação ocorreu em cinco escolas das redes públicas estadual e municipal de Aracaju e em nove escolas circunscritas às Diretorias Regionais de Educação. O público-alvo foram alunos, professores e técnicos das escolas selecionadas para participar das propostas.

A concepção do Projeto estava respaldada na teoria construtivista de Jean Piaget e histórico-cultural de Vygotsky. Sua metodologia consistia em atividades de estudo do grupo que coordenava o Projeto, encontros pedagógicos mensais com o grupo de professores e técnicos das escolas envolvidas, cursos de qualificação profissional, elaboração de projetos pedagógicos com a equipe de professores e a coordenação estadual, visitas da coordenação do Projeto às unidades escolares, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação pela coordenação na Dite visando acompanhar o desenvolvimento do Projeto.

Dois documentos do acervo da Dite apresentavam cronogramas de viagens que eram realizadas pelo Projeto, confirmando sua atuação no interior do Estado. No Relatório de Atividades da Dite (1999) constam os entraves que comprometeram o andamento do Projeto. O primeiro foi a mudança de horário de trabalho que ocorreu a partir do mês de setembro, extinguindo o turno da tarde, o que comprometeu as atividades de capacitação e estudos. E o segundo deveu-se às suspensões das visitas às escolas, pois a Seed retirou o transporte da Dite.

Sem o apoio para continuar suas atividades e com as máquinas tornando-se obsoletas, além das dificuldades da Dite que terminavam por com-

prometer o andamento dos programas e projetos, o Projeto Alfabetização com o uso da Multimídia culminou encerrando sua atuação no Estado.

### **4.3.2 Projeto Diário de Classe**

O Projeto Diário de Classe fazia parte do Projeto Inovações Pedagógicas e foi executado pela Dite, tendo como objetivo a produção de vídeos sobre a educação e a cultura sergipana. O Projeto produziu 40 programas com uma média de duração de 15 a 20 minutos, tratando dos vários aspectos da cultura local e conteúdos que versavam sobre educação.

Este acervo encontra-se na Dite ainda em formato de fitas VHS, pois a Divisão não dispõe de recursos para reproduzir os vídeos em formato digital, o que demonstra o descaso do Governo diante da importância desta produção audiovisual para o Estado.

No acervo da Dite foi localizada parte de um documento que registra os nomes dos vídeos produzidos pelo Projeto e a informação de que para trabalhar na produção dos vídeos foi contratada uma empresa com experiência na área de materiais audiovisuais. Este fato evidencia que a própria Seed não tinha um setor que cuidasse da produção dos vídeos.

Os vídeos do Projeto foram disponibilizados na rede de escolas públicas, além de terem sido veiculados pela emissora pública de Televisão Aperipê, sediada na capital sergipana. Segundo o Relatório de Atividades da Dite (1999, p. 54), os vídeos revelavam por “[...] meio de entrevistas, depoimentos, experiências significativas, práticas pedagógicas inovadoras entre outras, o potencial criativo da Educação em Sergipe”.

O Projeto Diário de Classe também realizou a I Mostra de Vídeos no período de 30 de junho a 2 de julho de 1999. O objetivo do encontro foi fornecer aos participantes uma visão do potencial das linguagens audiovisuais e debater sobre os vídeos do Projeto, visando analisar seus conteúdos e o uso das possibilidades pedagógicas em sala de aula. Contou ainda com a partici-

pação de representante da TV Educativa da Universidade de São Paulo.

Além da produção dos vídeos, o Projeto cuidou de visitar escolas que tinham recebido o kit Diário de Classe visando ao acompanhamento pedagógico. Foi o momento de sensibilizar a escola e apresentar uma programação que tinha sido idealizada para o Estado, realizando um desejo antigo dos profissionais da Dite e de professores em terem vídeos que tratassem da cultura local.

Após a finalização dos 40 vídeos, o Projeto encerrou, no ano 2000, as ações a que tinha se proposto, cabendo à Divisão de Tecnologia de Ensino a divulgação destes recursos nas escolas públicas do Estado.

### **4.3.3 Projeto Rádio Educação de Sergipe**

O Programa Rádio Educação de Sergipe (Rádio Educ-SE) foi idealizado por um profissional da Divisão de Tecnologia de Ensino, no final do ano de 2004, e tinha duas finalidades: capacitar professores e desencadear um processo de utilização do kit radiofônico, criando e desenvolvendo novas formas de ensinar e aprender no ambiente escolar.

A existência de escolas com o kit radiofônico e a necessidade de um trabalho que efetivasse seu uso terminaram na idealização do Projeto Rádio Educ-SE, cuja ação imediata consistia na capacitação dos docentes das escolas contempladas para trabalhar com o manuseio técnico e pedagógico dos recursos tecnológicos. O Programa atuou inicialmente em 14 escolas da rede pública estadual que possuíam equipamentos radiofônicos (na pesquisa não foi possível identificar o órgão financiador das 14 escolas) e estava previsto que mais oito escolas receberiam o kit radiofônico através do Projeto Alvorada<sup>26</sup>. O kit radiofônico era constituído de dez caixas am-

---

<sup>26</sup> É um projeto do Governo Federal que conta com as parcerias dos governos estaduais e municipais, buscando criar as condições necessárias para reduzir a pobreza e as desigualdades do País. Mais informações sobre o Projeto Alvorada estão disponíveis no site: <[www.mds.gov.br/relocrys/alvorada](http://www.mds.gov.br/relocrys/alvorada)>.



plificadoras, dois microfones e mesa de som, cabendo às escolas beneficiadas providenciar local para a rádio, e à Seed a instalação dos equipamentos.

No depoimento de Dite/Coord/8 encontrou-se o relato de que uma das primeiras ações efetuadas foi conhecer experiências que tratassem da temática rádio. E como o Programa não tinha recursos, o caminho escolhido foi partir de experiências sergipanas. A este respeito, Dite/Coord/6 diz: “[...] fui conhecer a Rádio UFS e a Rádio Aperipê... Era tudo novo... Ninguém na Dite tinha trabalhado com esses recursos antes”.

O ano de 2005 foi dedicado a visitar as escolas, realizar leituras sobre o tema, manter diálogos entre a chefia da Dite e a Seed para acompanhar as instalações do kit radiofônico, criar uma logomarca para o Programa e elaborar um cronograma para as capacitações. A criação da logomarca teve o apoio de técnicos da Codin na criação da arte, e o nome do Programa foi sugestão de um dos profissionais da Divisão.

As capacitações iniciaram-se antes que o kit radiofônico fosse instalado em todas as escolas, sendo que a coordenação do Programa realizou três cursos em 2006. O público-alvo eram docentes das escolas da rede pública que tinham sido contempladas com o kit radiofônico. O curso optou por trabalhar na metodologia presencial e a distância. Os encontros presenciais aconteciam na Dite ou em escolas do interior que estavam envolvidas com o Programa, e o acompanhamento a distância era realizado no site da Virtus Class da Universidade Federal de Pernambuco, que disponibilizava gratuitamente o acesso.

O trabalho da coordenação da Rádio Educ-SE visava: capacitar os professores, assessorar e contribuir para a melhor utilização da rádio nas escolas da rede pública estadual de ensino que já possuíam ou que viessem a adquirir uma rádio escola; desenvolver e monitorar projetos educativos, incentivando os docentes a trabalharem com projetos que utilizassem o kit radiofônico. O Programa iniciou atendendo a 22 escolas e hoje atende a 40 escolas da rede pública estadual.

Nas capacitações, além da parte teórica, existiam as oficinas que trabalhavam o Audacity<sup>27</sup>, um *software* usado no computador que ajuda a criar programas radiofônicos. O ato de utilizar o computador para a realização da oficina evidencia que o Programa promovia a integração das mídias, pois o computador é a legitimação de que vários recursos antes usados de forma separada são encontrados em um único equipamento. A proposta de capacitação do Programa Rádio Educ-SE foi ampliada e passou a envolver alunos. Para Dite/Coord/8, a operação da rádio não poderia ficar na dependência do professor. Sendo assim, houve a necessidade de envolver os alunos, uma vez que esses poderiam participar como coautores do processo. Este depoimento revela que os alunos tinham mais facilidade de utilizar os recursos do kit radiofônico. Dite/Coord/8 diz ainda que “[...] nós trabalhamos mais o pedagógico e o manuseio técnico dos equipamentos da rádio [...]. Os alunos têm certa habilidade [...]. Eles conseguem colocar a rádio no ar tranquilamente [...]”. Esta situação confirma a facilidade da geração jovem em utilizar os recursos tecnológicos, porém não basta apenas manusear. O desafio dos educadores é criar possibilidades de uso que contribuam para o processo de construção do conhecimento.

Na entrevista realizada a coordenação atual do Programa, em 11 de abril de 2011, apresentou o quantitativo de participantes nas capacitações sobre o uso do rádio no contexto educacional, nos anos de 2006 e 2007. Foram 389 professores das redes estadual e municipal de educação e 396 alunos das escolas envolvidas, num total de 785 pessoas.

#### **4.3.4 Projeto Educação Patrimonial**

O Projeto Educação Patrimonial iniciou-se no ano de 2006 e foi fundamentado numa série televisiva que foi veiculada pelo Programa Salto

---

<sup>27</sup> O Programa Audacity é um *software* de gravação e edição de voz, permitindo ao usuário manipular ondas de áudio digital. Além de gravar som diretamente do programa, importa muitos formatos de som, incluindo WAV, AIFF, AU, IRCAM, MP3 e Ogg Vorbis.

para o Futuro, cujo título era Educação Patrimonial. Após conhecer a série, a equipe do TV Escola na Divisão de Tecnologia de Ensino elaborou uma capacitação para professores, coordenadores do TV Escola nas Diretorias Regionais de Educação e gestores.

O objetivo da capacitação foi refletir sobre a importância da educação patrimonial como proposta transdisciplinar que orienta o aprendiz a entender melhor sua identidade cultural e se apropriar com consciência dos bens culturais produzidos pela sociedade.

O curso aconteceu no período de março a dezembro de 2006 e foi executado através da metodologia presencial e a distância. No caso do uso da Educação a Distância, a Dite já havia iniciado um projeto de construção de um site, e o curso Educação Patrimonial utilizou o recurso. As atividades do curso consistiam em encontros presenciais, na Dite e nas Diretorias Regionais de Educação, e momentos a distância, cujas ferramentas de interação eram os fóruns de discussão e *chat*, além da sugestão de leitura de textos sobre o assunto. Nos momentos presenciais, os participantes trabalhavam na elaboração, roteirização e produção de vídeo.

Ao tempo em que os professores eram capacitados no curso, eles iam trabalhando com os alunos um tema da cultura local, utilizando-se da pesquisa na comunidade, e ao final do trabalho era produzido pelos alunos e professores um vídeo que apresentava a cultura da região, o qual ficaria disponibilizado na escola. Para a realização da primeira capacitação a equipe do TV Escola buscou parceria com o Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cabendo à Dite o oferecimento de transporte para deslocamento até as DRE e recursos financeiros para fornecer a reprodução de textos e diárias.

O trabalho realizado foi apresentado em seminário organizado pelo TV Escola em dezembro de 2006 e contou com a participação da coordenação nacional do Salto para o Futuro. Na ocasião houve a exposição dos vídeos produzidos.

Com a experiência da capacitação, a equipe do TV Escola criou uma proposta de trabalho que vem sendo realizada desde o ano de

2007. O trabalho consiste na capacitação docente para produção de vídeos que retratam a cultura local, ação que continua em parceria com o Iphan e tem contribuído para o registro da cultura dos municípios sergipanos.

A ação acompanhada pelo TV Escola/Dite foi denominada Encontro de Educação Patrimonial do TV Escola e já foi realizada em quatro edições. Nos encontros, os grupos que produziram vídeos nararam a trajetória da pesquisa e exibem o audiovisual. Como resultados desta iniciativa, 99 trabalhos já foram realizados, distribuídos entre vídeos e apresentações visuais no *software Power Point*<sup>28</sup>. Os registros dos trabalhos estão com a equipe do TV Escola estadual, esperando investimento da Seed para transformá-los em produção audiovisual a ser compartilhada com as escolas públicas estaduais e municipais.

Os encontros realizados aconteceram nas cidades de São Cristóvão e Aracaju. No caso da escolha da cidade de São Cristóvão, foi oportunizado aos participantes o contato direto com a história sergipana através dos seus monumentos, visto que essa cidade foi a primeira capital do Estado. Em Aracaju, o IV Encontro ocorreu no Palácio Olímpio Campos, outro monumento que faz parte da história sergipana.

Os encontros foram organizados pelo TV Escola com o apoio da chefia da Dite, que agilizava junto à Seed diárias para os professores e deslocamentos (no caso, quando se dava na cidade de São Cristóvão) para os participantes, bem como alimentação.

No acervo da coordenação estadual do TV Escola há o registro dos quatro encontros realizados. E examinando a programação, percebe-se a variedade dos temas das pesquisas, os quais por vezes foram desconhecidos da população, mas eram marcas da cultura local. A seguir relacionou-se algumas temáticas:

---

28 Programa de computador desenvolvido pela empresa Microsoft com o objetivo de servir de suporte para apresentações.

- Vivenciando nossa Identidade Cultural: artista plástica Judite Melo (DRE 1 – 2007);
- Conhecendo a nossa história: as casas antigas de Frei Paulo (DRE 3 – 2007);
- Os aboiadores e as toadas (DRE 7 – 2008);
- A igreja matriz de Japarutuba como referência local (DRE 4 – 2008);
- Nossa Senhora das Dores na trilha do cangaço: memória e patrimônio (DRE 5 – 2009);
- Eu quilombola (DRE 6 – 2009);
- Ponte do Bomfim: passado e presente (DRE 1 – 2010);
- O bordado no município de Aquidabã/SE (DRE 6 – 2010).
- Esse Projeto trouxe a inovação em relação ao conteúdo proposto. Isto é, utilizando-se da produção de vídeo, ele possibilitou a professores e alunos o melhor conhecimento e valorização da cultura do Estado, formando um acervo relevante.

#### **4.3.5 Projeto Educação a Distância**

A Divisão de Tecnologia de Ensino já tinha experiência com a modalidade da Educação a Distância, adquirida do acompanhamento dos programas e projetos do MEC. Seu uso inicial se restringia à interação via fax, ligação telefônica, material impresso e digital, e e-mail. Com a expansão da internet e sua possibilidade de uso, a Educação a Distância passou a ser considerada como uma das modalidades que contribuiria para a oferta de cursos, atingindo um número maior de participantes em todo o País.

Com a participação dos profissionais da Divisão em cursos de especialização *lato sensu* oferecidos pelo Ministério da Educação na modalidade da Educação a Distância, que se utilizava de um ambiente virtual como espaço de sala de aula, a equipe foi conhecendo esta forma de estudar e relacionar-se com os professores e colegas de turmas. Contribuíram tam-

bém para o entendimento da modalidade a distância os cursos ofertados pelo MEC usando o ambiente virtual, a exemplo do Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação. Além disso, no ano de 2006 os profissionais do Programa Rádio Educ-SE já se utilizavam do ambiente virtual para realização de atividades a distância.

No ano de 2007, a Dite, através de três profissionais, iniciou a primeira investidura de criação de um espaço virtual sergipano que oferecia cursos na modalidade a distância. Como o MEC já vinha oferecendo alguns cursos com o Moodle, que é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em *software* livre, estes técnicos criaram um projeto que usaria um ambiente virtual como forma de apoio às capacitações oferecidas no Estado através da Dite. Tal iniciativa da Dite fica evidente na apresentação do Projeto-Piloto EAD/Dite:

A Divisão de Tecnologia de Ensino – Dite toma mais uma iniciativa para dinamizar o seu processo de formação continuada e em serviço visando capacitar seus técnicos para a utilização da Plataforma Moodle, por meio da realização de um curso piloto com base na metodologia de EAD, cujo objetivo é sensibilizar e envolver os participantes na discussão sobre Educação do Olhar e seu impacto no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação. (DITE, 2007, p. 3).

A equipe responsável pelo Projeto EAD optou por realizar uma experiência de capacitação interna com os profissionais lotados na Dite, visto que a intenção era que todos os programas e projetos que realizavam capacitações de iniciativas locais utilizassem esse espaço virtual.

O primeiro curso oferecido na modalidade EAD da Dite foi realizado em 20h no período de 15 a 19 de outubro de 2007, e se intitulou Educação do Olhar. A carga horária de 20 horas/aula foi dividida em dois encontros presenciais, sendo cada um de 4h (abertura e encerramento) e 12h de atividades a distância, incluindo fóruns, *chat* e criação de *blog*.

A equipe do Projeto a princípio envolveu os profissionais da Divisão, permitindo-lhes um maior entrosamento com o ambiente virtual,

utilizando-se de forma prática dos recursos que no futuro seriam usados nas capacitações e pudessem avaliar a estrutura montada. A partir desta experiência, a Dite iniciou com a Seed/Codin a definição do espaço virtual que abrigaria os cursos através do Moodle. Após decidido o local, a Dite iniciou o trabalho com a Educação a Distância no Estado.

Hoje o ambiente virtual Moodle é utilizado pelos programas e projetos para o desenvolvimento de cursos oferecidos pela Dite na modalidade EAD, e seu endereço eletrônico é: <http://ead.seed.se.gov.br>. Foi através da Dite que a Secretaria de Estado da Educação teve a oportunidade de trabalhar com a Educação a Distância, sendo a Divisão pioneira neste tipo de ação em nível estadual.

Em pesquisa realizada no site <http://ead.seed.se.gov.br> foi catalogado o quantitativo de cursos oferecidos pela Dite através da EAD, os quais estão registrados no Quadro 5.

Quadro 5 - Cursos ofertados pelos programas e projetos da Dite no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Cursos ofertados pelos programas e projetos da Dite	Quantidade
Proinfo	33
TV Escola	13
Rádio Educ-SE	13
Proinesp	02

Fonte: <http://ead.seed.se.gov.br>, acesso em outubro de 2011.

Procurando saber quais foram os cursos oferecidos pelos programas e projetos, foi realizado um levantamento das ofertas por nome do curso e ano. Pelo movimento da oferta dos cursos percebeu-se que o Projeto de Educação a Distância da Dite tem se consolidado e atuado em todo o Estado, tornando a EAD algo concreto. A seguir será demonstrado o detalhamento dos cursos (Quadros 6, 7, 8 e 9).

Quadro 6 – Cursos ofertados pelo Programa TV Escola Ambiente Virtual de Aprendizagem

TV Escola	
Nome do curso	Ano
Educação Patrimonial – 01	2008
Educação Patrimonial – 02	2008
Educação Patrimonial – 03	2008
Educação Patrimonial – 04	2008
Educação Patrimonial – 05	2008
Educação Patrimonial – 06	2008
Educação Patrimonial – 07	2008
Educação Patrimonial – Turma 05	2009
Educação Patrimonial – Turma 04	2009
Educação Patrimonial – Turma 01	2009
Educação Patrimonial – Turma 02	2009
Educação Patrimonial – Turma 03	2009
Projeto de Educação Patrimonial	2010

Fonte: <http://ead.seed.segov.br>, acesso em outubro de 2011.

Quadro 7 – Cursos ofertados pelo Programa Rádio Educação de Sergipe no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Rádio Educ-SE	
Nome do curso	Ano
Rádio Educ-SE – 06	2008
Rádio Educ-SE – 05	2008
Rádio Educ-SE – 04	2008
Rádio Educ-SE – 03	2008



Rádio Educ-SE - 02	2008
Rádio Educ-SE - 01	2008
Rádio Educ-SE - 003	2009
Rádio Educ-SE - 02	2009
Rádio Educ-SE - 01	2009
O Rádio na Educação: ressignificando práticas - Turma 02	2010
Oficina da publicação de Áudio na Web: podcast 02	2010
O Rádio na Educação: ressignificando práticas - Turma 12	2010
Curso Rádio na Educação: ressignificando práticas - Turma 01	2011

**Fonte:** <http://ead.seed.se.gov.br>, acesso em outubro de 2011.

#### Quadro 8 - Cursos ofertados pelo Programa Proinfo no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Proinfo	
Nome do curso	Ano
NTE07 - Gararu - Tecnologia Educacional - Turma 07	2010
Educação Inclusiva e as tecnologias	2008
Educação Inclusiva e as tecnologias - 02	2008
Tecnologia Educacional	2008
Tecnologia Educacional - 01	2008
Tecnologia Educacional - 02	2008
Tecnologia Educacional - 03	2008
Tecnologia Educacional - 04	2008
Tecnologia Educacional - 04 - NTE03	2008
Tecnologia Educacional - 05	2008
Tecnologia Educacional - 06	2008
Tecnologia Educacional - 07	2008
Tecnologia Educacional - 08	2008
Tecnologia Educacional - 09	2008
Tecnologia Educacional - 10	2008
Tecnologia Educacional - 11	2008
Tecnologia Educacional - 12	2008
Tecnologia Educacional - 13	2008

Tecnologia Educacional - 02	2009
Tecnologia Educacional - Turma 03 - DEA	2009
Tecnologia Educacional - Turma 05 - NTE08	2009
Tecnologia Educacional - Turma 06 - NTE01	2009
Tecnologia Educacional - 01	2009
NTE09 - Nossa Senhora da Glória - Tecnologia Educacional - Turma 09	2010
NTE01 - Estância - Tecnologia Educacional - Turma 01	2010
NTE02 - Lagarto - Tecnologia Educacional - Turma 02	2010
NTE03 - Itabaiana - Tecnologia Educacional - Turma 03	2010
NTE04 - Japaratuba - Tecnologia Educacional - Turma 04	2010
NTE05 - Nossa Senhora das Dores - Tecnologia Educacional - Turma 05	2010
NTE06 - Propriá - Tecnologia Educacional - Turma 06	2010
NTE08 - Grande Aracaju - Tecnologia Educacional - Turma 08	2010
NTE10 - Aracaju - Tecnologia Educacional - Turma 10	2010
NTE11 - DEA - Tecnologia Educacional - Turma 11	2010

Fonte: <http://ead.seed.se.gov.br>, acesso em outubro de 2011.

Quadro 9 - Cursos ofertados pelo Programa Proinesp no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Proinesp	
Nome do curso	Ano
Educação Inclusiva e as tecnologias	2008
Educação Inclusiva e as tecnologias - 02	2008

Fonte: <http://ead.seed.se.gov.br>, acesso em outubro de 2011.

Construir uma narrativa dos programas e projetos foi a forma de perceber como a Dite consolidou-se através das ações executadas. Sua atuação evidenciou-se em todo o Estado, no acompanhamento, assessoramento e atuação de capacitação. Os movimentos realizados evidenciam as demandas de trabalho que chegavam à Divisão, ora vindas do MEC, ora das parcerias e da própria Dite, que não se conformava em silenciar diante das novas atividades, quando os Governos Federal e Estadual pouco favore-

ciam a equipe em termos de condições de trabalho. Durante esse período a equipe não dispôs de um ambiente de trabalho próprio e adequado às suas atividades, alojando-se em prédios alugados, estando sujeita a mudanças por término de contratos, o que ocasionava prejuízo à manutenção de seu arquivo e do sistema de comunicação com as unidades escolares.

A participação da Dite na construção de uma cultura escolar de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação em Sergipe é comprovada nas ações executadas. Essas ações estão na memória de alguns entrevistados:

[...] nós não parávamos em qualquer obstáculo, a gente sempre continuava, com mais dificuldade, com menos dificuldade, mas continuávamos. (DITE/CHEFE/2).

[...] hoje eu vejo com facilidade o uso da tecnologia na educação do Estado. Vejo os professores mais sensíveis para usar as tecnologias. Ficou a sementinha do trabalho realizado [...] a Dite capacitou muita gente [...] Houve uma sensibilização e a sementinha acho que germinou. (DITE/COORD/2).

[...] a Dite foi uma fonte de formação, de trabalho, de idealismo, de crescimento, de enriquecimento na vida de quem participou dela. A gente tem um resultado, vê a continuidade depois de tantos anos [...]. (DITE/COORD/4).

[...] a Dite foi o grupo que iniciou a história de inserção das TIC no processo educacional do Estado de Sergipe, promovendo formação inicial e continuada nesta área que respaldou quebra de paradigmas, instituindo novas práticas pedagógicas [...]. (DITE/COORD/3).

[...] era a responsabilidade de fazer um bom trabalho, de mostrar para os professores a importância das tecnologias [...] não só do computador, mas de todas aquelas tecnologias que estavam na Dite. (DITE/TÉCNICO/1).

Tecer a trajetória da Dite através da consolidação dos programas/projetos e da memória dos entrevistados foi um desafio. Ordenar as peças para formar uma cena exigiu a compreensão das múltiplas políticas e dos poderes

institucionalizados em seus diferentes momentos. Na tentativa de apresentar uma composição da Dite, foi possível legitimar ações efetivas, e pelo caminho lacunas foram sendo deixadas, ora por não serem objeto da pesquisa, ora por não terem sido encontrados maiores detalhes sobre elas, como foi o caso do curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, que aconteceu em nível nacional utilizando do recurso da TV e vídeo e do Projeto de Inclusão Digital (Proid), cujas capacitações foram acompanhadas pela Divisão. O trabalho da composição da cena consistiu em realizar um mapeamento dinâmico do espaço (CERTEAU, 1996) na tentativa de perceber a relevância da Dite na difusão da cultura escolar de uso das TIC em Sergipe.

#### **4.4 Dite e a formação de recursos humanos para trabalhar com as tecnologias na Educação**

O outro vértice desta análise centra-se nas estratégias e cursos que a equipe da Dite viveu. Para acompanhar os programas e projetos em Sergipe, profissionais da Secretaria de Estado da Educação, através da Divisão de Tecnologia de Ensino, foram designados. Mas quem capacitou esses profissionais? Quais cursos esses profissionais realizaram? Como foram disseminando os conhecimentos adquiridos? Ao tentar responder a estes questionamentos foram surgindo situações reveladoras, que permitiram perceber como o trabalho dos profissionais da Dite contribuiu para a difusão da cultura de uso das TIC, não apenas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, mas também em instituições de nível superior no Estado.

Ao compor a cena de identificação desses profissionais e como a formação adquirida por eles contribuiu para a difusão da cultura escolar de uso das TIC, três itens foram evidenciados. O primeiro foi os cursos realizados em nível de especialização *lato sensu* para formar multiplicadores para atuar com as TIC. O segundo foi a rotatividade dos funcionários capacitados para atuar com as TIC, os quais eram remanejados para trabalhar

em outra área da Seed. Sobre a questão da rotatividade dos funcionários no serviço público, Cavalcante (1994) ressalta que interferências políticas e mudanças administrativas terminam por comprometer os trabalhos dentro da administração pública, que se confirmou no exame dos documentos da Dite. O terceiro item foram as capacitações e competências dos técnicos que passaram pela Divisão, o que possibilitou abrir outras opções de atuação profissional.

Para criar a narrativa da formação dos recursos humanos da Dite, foram utilizados os documentos do acervo e informações dos depoimentos. O foco da escrita da narrativa foi a formação de recursos humanos direcionada aos multiplicadores da Divisão, estendendo-se aos gestores dos laboratórios de informática, pois no ato da pesquisa percebeu-se que dois gestores de Lied tiveram oportunidade de fazer curso de Mestrado em Educação, cujas dissertações foram frutos de experiências e reflexões da sua prática no laboratório de informática.

A composição dos profissionais da Dite foi sendo realizada a partir da introdução das políticas educacionais de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em nível nacional. À medida que os programas e projetos iam surgindo, novos profissionais eram lotados no setor. Na análise realizada, apenas as propostas de nível nacional foram contempladas com novos funcionários. Os demais projetos da Dite foram assumidos por profissionais integrantes da Divisão, sendo que a equipe foi se dividindo para atender às demandas, o que terminou por comprometer a qualidade do trabalho.

Na pesquisa realizada no acervo da Divisão foi confirmada a presença de profissionais que participaram de cursos de especialização *lato sensu* na área das Tecnologias da Informação e Comunicação, o que contribuiu para a formação acadêmica numa área de atuação até então inexistente em Sergipe na década de 1990.

Procurando evidências que pudessem confirmar o nível de formação dos profissionais da Dite no ato da lotação e o quantitativo de funcionários por ano, foi realizado um levantamento nos documentos que possibilitou

uma visão do perfil profissional dos membros da Divisão e do movimento estabelecido em termos quantitativos.

A pesquisa resultou no exame de oito listas de funcionários da Dite, as quais foram de anos diferentes, não permitindo uma cronologia ano a ano. No entanto, as informações contidas nos documentos possibilitaram perceber o movimento da Divisão em relação ao seu quadro de profissionais. Em duas das listas houve o acompanhamento de ofício justificando a importância da permanência dos funcionários. O fato de justificar a permanência dos profissionais reflete o que foi pontuado por Dite/Chefe/1:

[...] era uma exigência do MEC que todos os profissionais que fizeram capacitação assinassem um documento para a Secretaria de Estado da Educação se comprometendo a exercer aquilo que aprendeu na formação... Eles tinham assinado um documento fazendo isso. Depois, eles foram devolvidos para os Departamentos da Seed e para outros setores [...]. (DITE/CHEFE/1).

Este relato expõe como as políticas internas do Estado são manuseadas a critério dos governantes. Em outras palavras: havia um investimento na formação de recursos humanos para trabalhar com as TIC, porém, a depender da situação política, os profissionais eram remanejados. Esta situação comprometia as atividades de monitoramento dos programas e projetos, pois a construção de fundamentos teóricos para trabalhar com as TIC exige tempo e amadurecimento intelectual. Era justamente através da observação, do planejamento, das reuniões e do compartilhar os conteúdos nas capacitações que os profissionais da Dite iam concretizando suas apropriações e difundindo a cultura escolar de uso das TIC. A retirada de um profissional do quadro da Divisão capacitado para trabalhar com as TIC, representava a perda de investimento realizado e o retrabalho de preparar outro profissional. A Tabela 1 apresenta o quantitativo de profissionais da Dite segundo a formação acadêmica.

Tabela 1 – Quantitativo de profissionais que atuaram na Dite e sua formação acadêmica de 1994 a 2007

Ano	Quantitativo de Funcionário	Formação Acadêmica		
		Superior	Ensino Médio	Ensino Fundamental
1994	07	06	-	01
1995	09	08	-	01
1997	25	21	02	02
1999	36	32	02	02
2003	32	27	02	03
2007	36	31	02	03

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em documentos do acervo da Dite, 2010.

Observou-se na pesquisa que os profissionais da Dite que atuavam nos programas e projetos tinham nível superior completo, o que contribuiu para um perfil de grupo. A leitura da Tabela 1 ainda permite verificar que a incidência de aumento do número de funcionários aconteceu à medida que iam sendo introduzidas no Estado as políticas educacionais de uso das TIC em nível nacional. Foi o que ocorreu no ano de 1997, quando já se tinham os programas TV Escola e Proinfo. Outro dado que chama atenção na Tabela 1 é o número de pessoas para atuar numa divisão departamental. Segundo Dite/Chefe/1 “[...] a Dite não foi atrelada ao DED da maneira que deveria. Éramos uma divisão. A gente já tinha mais funcionários que o próprio SEF/DED ao qual estávamos subordinados”.

Analisando o exposto no depoimento de Dite/Chefe/1 identifica-se que hierarquicamente na administração pública uma divisão departamental expressa a vontade da entidade a que pertence, que é tipicamente executora, com reduzido poder de decisão. Neste caso, a Dite foi extrapolando sua atuação como divisão. Sobre o trabalho da Dite e os recursos que essa

tinha de gerir, SEC/1 comenta: “[...] acho que a Dite devia ser uma coisa autônoma, não um Departamento, pois ainda ficaria enquadrado dentro de determinadas regras. Era criar uma espécie de Instituto ou uma outra coisa para gerir especificamente as novas tecnologias [...]”.

A estrutura da Dite foi, ao longo da sua trajetória, sendo ampliada, porém tinha a seguinte divisão interna: uma chefia e secretária da área administrativa, os coordenadores estaduais dos programas e suas equipes de trabalho, dois profissionais que cuidavam da videoteca e funcionários de serviços gerais que eram responsáveis pela limpeza e vigilância do prédio. Para o acompanhamento do horário de trabalho dos profissionais havia o registro de ponto manual mensal, que a cada final de mês era encaminhado ao Departamento de Educação na Seed.

Como os profissionais da Divisão que acompanhavam os programas e projetos tinham formação em nível superior, houve a facilidade de eles serem contemplados com cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo MEC. O Quadro 10 relaciona os cursos em nível de especialização *lato sensu* de que profissionais da Seed/Dite participaram.

Quadro 10 - Formação dos recursos humanos em nível de Especialização para trabalhar com as TIC em Sergipe

Curso	Instituição promotora	CH	Participantes	Ano
Especialização em Informática e Educação	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	360h	Ivanaldo Ribeiro Oliveira; Valter Santos Sobrinho.	1988
Especialização em Informática Aplicada à Educação	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	386h	Gilvanda Maria Dias da Silva; Gladston Lisboa Meneses.	1994



POLÍTICAS PÚBLICAS E TIC NA EDUCAÇÃO: DITE SERGIPE 1994 A 2007

Curso	Instituição promotora	CH	Participantes	Ano
Especialização em Informática Educativa	Universidade Federal de Sergipe. Parceria Secretaria de Estado da Educação e MEC	390h	Eny Pinto de Oliveira Meire; Maria Creuza do Nascimento Moura; Rosalina Andrade da Silva; Doralice Silveira Silva Souto; Maria Telma Carvalho; Fátima Maria Santos Andrade; Joana Angélica Lisboa Machado; Mozart Sérgio de Souza; Maria Conceição da Silva Linhares; Maria Eliza Fontes de Ávila (UFS); Maria Ivanete de Araujo Santos; Miriam Alves Mendonça; Sara Jane Dias da Silva; Neusvaldo Silva Lima; Paulo Henrique Silveira.	1997
Especialização em Informática Educativa	Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS). Parceria MEC/Seed/Proinfo	360h	Rita de Cássia Amorim Barroso; Rosicleide Ribeiro Avilar.	2000
Especialização Telemática na Educação	Universidade Federal Rural de Pernambuco. Parceria MEC/Seed/Proinfo	360h	Cleide Ginalva dos Santos; Edemio Rocha Batista; Josefa Eliana Andrade; Maria José Guimarães; Rita Barbosa de Sousa; Rita de Cácia Ramalho; Rosemary Souza de Oliveira; Simone Amado Reis; Acássia Araújo Barreto.	2003

Curso	Instituição promotora	CH	Participantes	Ano
Especialização em Tecnologias na Educação	Universidade Católica do Rio de Janeiro. Parceria MEC/Seed/ Proinfo	360h	Andréa Karla F. Nunes; Cilvanda Maria D. da Silva; Mirabel dos Santos; Soray Brito Dantas Sobral; Adilson da Conceição; José Pereira da Cruz; Cristina da Costa Fonseca; Maria Helena da Silva Santos; Maria José Castro Santos; Maria Auxiliadora Machado; Roberto Dalma; Margareth Cristóvão.	2007
Especialização em Mídias na Educação	Universidade Federal de Sergipe. Parceria MEC/Seed	360	Não consta.	2008/ 2009

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no acervo da Dite e nas entrevistas, 2010.

**Nota:** No Quadro, a sigla Seed refere-se à Secretaria de Educação a Distância do MEC.

As primeiras pessoas formadas para trabalhar com as TIC no Estado foram do Projeto Educom e participaram da primeira turma no ano de 1987. Por terem sido capacitadas para formarem o Cied e iniciarem o trabalho de sensibilização de uso das TIC na educação de Sergipe, foram registradas para compor o quadro, mesmo na época ainda não existindo a Dite.

A primeira especialização em Informática Educativa que aconteceu em Sergipe foi uma proposta da Secretaria de Estado da Educação e da Dite que, diante da necessidade de acompanhamento à implantação dos laboratórios de informática nas escolas e de capacitar docentes para trabalhar nos Lied, elaborou um projeto que foi financiado pela Seed e pelo MEC.

A organização da estrutura e execução da especialização foi de responsabilidade da Dite, cabendo à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese) a administração financeira e a certificação pela

Universidade Federal de Sergipe. No depoimento de DED/2 houve o relato de que para se ter a parceria do MEC foi preciso dividir o número de participantes, entre Sergipe e Acre. Desta forma a especialização em Informática Educativa Seed/MEC teve 30 participantes, sendo 12 professores do Estado do Acre e 18 professores de Sergipe. Sobre a participação do pessoal do Acre no depoimento de Dite/Chefe/1 há o seguinte relato: “[...] nesse período o MEC identificou que o Acre também não tinha sido capacitado, que não tinha núcleo capacitador para ele [...]. O MEC liberava o recurso, mas tinha que ser para Sergipe e o Acre”. E assim aconteceu a especialização em Sergipe com professores de Sergipe e do Acre.

A realização dessa especialização em Sergipe contou com docentes de outras Instituições de Ensino Superior e com os que faziam parte da discussão nacional de uso das TIC na educação, como foi o caso da participação do professor José Armando Valente (Universidade Estadual de Campinas) e de profissionais da Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes. A carga horária foi de 390 horas distribuídas em 12 disciplinas, cujo foco predominou na parte do manuseio do computador. O local do curso foi a Escola de 1º e 2º Graus Gov. João Alves Filho. Aos participantes da especialização do Estado de Sergipe foi disponibilizada uma contribuição financeira, denominada bolsa, para custear as despesas com o curso.

Os participantes vindos do Acre ficaram instalados na própria Dite (rua Boquim, 238). Segundo três depoimentos, um dos cômodos foi adaptado para alojar o pessoal, e esta situação foi complicada, pois não houve uma assistência da Seed em termos de proporcionar melhores acomodações. Segundo DED/2, “[...] para completar a situação fomos os primeiros a aparecer com dengue [...] este foi um dos primeiros problemas que a gente teve nessa capacitação. Mas terminou bem e não deixou de ser uma proposta ousada”.

Mesmo investindo na formação de seus membros, a equipe da Dite sofria pressões por parte do Governo Estadual, quando, no ano de 1999, por motivos de contenção de despesas, duas ações foram tomadas pela Secretaria de Estado da Educação que comprometeram os trabalhos rea-

lizados pela Dite. A primeira ação estava ligada às atividades que tinham sido planejadas na especialização, que foram os cursos de capacitação a serem ministrados aos docentes do Estado, sendo este planejamento o trabalho final de curso. No momento em que estavam sendo executadas as capacitações, a Seed extinguiu o turno de trabalho no período vespertino. No Ofício nº 81 de 1º de setembro de 1999 encontra-se a solicitação da direção da Dite para que os profissionais continuassem a trabalhar nos dois turnos (manhã e tarde) e apresenta cinco motivos que sustentam a permanência dos profissionais, dentre esses estavam as capacitações realizadas pelos multiplicadores aos docentes das escolas das redes públicas estadual e municipal. Esta situação foi relatada na pesquisa de Jesus (2001), que analisou as capacitações realizadas pela Dite nesse período, a qual comenta que o número de capacitações foi inferior ao que se tinha pensado devido a decisões da Seed.

A segunda ação que afetou diretamente o trabalho da Dite foi a solicitação para diminuição do quadro de funcionários da Divisão, no ano de 1999. Dois documentos do acervo da Dite corroboram para dar dimensão da situação vivenciada. No Ofício nº 115 de 10 de novembro de 1999, a direção da Dite comunica que estava enviando a frequência dos profissionais e ressaltava que a maioria eram docentes de nível superior e que tinham sido capacitados pelo MEC para atender ao acompanhamento dos projetos que utilizavam as TIC. No relato ainda se ressaltou a importância, para o sucesso dos projetos, da continuidade dos profissionais à frente destas iniciativas. Numa forma de reforçar e identificar onde cada profissional estava localizado dentro da Dite foi detalhado o nome do funcionário e o Programa /Projeto em que atuava.

O envio do Ofício nº 115/1999 mostra a tentativa da direção da Dite em sensibilizar o Secretário de Estado da Educação sobre a permanência dos funcionários. Observou-se na redação do ofício a exposição da formação ministrada pelo MEC aos profissionais e como essa formação estava diretamente ligada aos trabalhos executados.

Todavia, no Ofício nº 123 de 2 de dezembro de 1999, confirma-se que o ato de redução do quadro profissional da Dite foi executado. No corpo do texto do ofício a chefia da Divisão relata que, conforme solicitado, eram enviados os nomes dos funcionários que foram colocados à disposição para efetuar o remanejamento para outros setores da Seed. Foram devolvidos seis profissionais, três da área de execução de serviços básicos e três multiplicadores, sendo que dois dos multiplicadores haviam participado da especialização financiada pela própria Seed, em parceria com o MEC.

Analisando o quantitativo de funcionários devolvidos percebe-se que proporcionalmente o corte aconteceu mais na área de serviços básicos. Talvez esta tenha sido a forma encontrada pela direção da Dite de não comprometer tanto o quadro de profissionais qualificados para trabalhar na área das TIC. Outro fato que chama atenção é que os nomes de alguns dos funcionários remanejados não constavam na lista de frequência do Ofício nº115/1999, o que pode parecer um equívoco na hora da digitação ou, quiçá, seriam alguns dos funcionários lotados na Dite, mas que não efetuavam serviços no local.

As duas situações vivenciadas deixaram entraves que limitaram a atuação da Dite e que se traduziram pela redução da equipe destinada a executar as demandas de acompanhamento e assessoramento aos programas e projetos, bem como provocaram descontinuidade ou redução das atividades desenvolvidas. Estes fatos que foram ressaltados nas pesquisas de Figueirôa (2004), Jesus (2001), Malheiros (2005), Cox (2000), Sheilla Conceição (2008), Linhares (2008) e Nunes (2003), que ao discorrerem sobre a inserção das tecnologias na educação em Sergipe e sobre o acompanhamento das políticas educacionais, apontaram o número reduzido de multiplicadores; discorreram que nem todos os docentes do Estado tinham sido capacitados para atuar com as TIC e que o acompanhamento às escolas não acontecia a contento.

As demais especializações que beneficiaram profissionais em Sergipe foram promovidas pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educa-

ção a Distância, em parcerias com Instituições de Ensino Superior, cumprindo o objetivo de qualificar multiplicadores para trabalhar com as TIC. Em Sergipe, foi capacitado um total de 42 profissionais para atuar na área das tecnologias na educação, atendendo às políticas educacionais que chegavam ao Estado vindas do MEC, das parcerias ou da iniciativa da própria Dite.

Comparando o total de capacitados para serem multiplicadores no Estado com os movimentos dos programas e projetos, e considerando a rotatividade dos profissionais na Divisão, entende-se que era reduzido o quantitativo de multiplicadores para operar no acompanhamento, assessoramento e capacitação das TIC nas escolas.

Analisando que um dos pontos críticos é a formação do professor e que a adoção de uma nova cultura escolar se insere num contexto que precisa ser realizado de forma gradual, num processo contínuo que requer tempo para sua consolidação, a estratégia de remanejar ou inserir profissionais novos num espaço que necessitava de conhecimento específico de trabalho não contribui para se formar um quadro coeso de funcionários e de planejamento das ações a serem executadas.

Foram anotados os membros da Dite que realizaram cursos de Mestrado e Doutorado (Quadro 11). Este levantamento visou registrar como as experiências do trabalho na Divisão contribuíram para a formação dos seus profissionais.

Quadro 11 - Formação de profissionais que atuaram ou atuam na Dite ou no Lied que cursaram Mestrado ou Doutorado

Curso	Instituição promotora	Participantes	Ano
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Juliana Souto Santos	1996
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Ronaldo Nunes Linhares	1997
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Jadson Tavares de Jesus	2001

Curso	Instituição promotora	Participantes	Ano
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Tereza Simone Santos de Carvalho	2002
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Andréa Karla Ferreira Nunes	2003
Doutorado em Ciências da Comunicação	Universidade de São Paulo	Ronaldo Nunes Linhares	2003
Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Maria de Fátima Cardoso Hilário	2005
Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Cladston Lisboa Meneses	2005
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Sheilla Silva da Conceição	2008
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Sergipe	Maria Conceição da Silva Linhares	2008
Mestrado em Educação	Universidade Tiradentes	Rita de Cássia Amorim Barroso	2011

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na pesquisa documental da Dite, 2010.

Os integrantes da Dite também tiveram oportunidades de participar de outros cursos e eventos que aconteceram no Estado e em outras unidades da federação, como mostra o Quadro 12.

Quadro 12 - Participação dos profissionais da Dite em eventos

N°	Nome da Ação	Período	Local
01	Curso de Informática Educativa para Professores Alfabetizadores	04 a 08/12/1995	Curitiba
02	II Encontro de Estudos Internos da Dite	20/02/1997	Dite
03	Curso de Formação Avançada para Técnicos de Suporte	27/07 a 02/12/1999	João Pessoa
04	Curso Multiplicadores em Informática Educativa na Educação, orientação para Educação Especial	20/09 a 08/10/1999	Brasília
05	IV Congresso Internacional de Educação a Distância	24 a 28/08/1999	Rio de Janeiro
06	I Seminário de Educação a Distância	13 a 14/09/1999	UFS/Aracaju
07	IV Encontro Nacional de Multiplicadores do Proinfo	03 a 07/05/1999	Brasília
08	I Seminário de Educação a Distância - CEAD	13 a 14/10/1999	Aracaju
09	VI Encontro Nacional do Proinfo	05 a 09/11/2000	Curitiba
10	II Seminário de Educação e Novas Tecnologias	Dezembro de 2002	UFS/Aracaju
11	II Curso de Informática Educativa Aplicada à Educação Especial	18/09 a 06/10/2000	Brasília
12	Seminário do Proinfo na temática do Ensino Médio	16 a 20/04/2001	Brasília
13	Congresso Nacional de Temática na Educação	22 a 26/10/2001	Fortaleza
14	VII Encontro Nacional da TV Escola	08 a 11/07/2001	São Paulo
15	VIII Encontro Nacional da TV Escola	16 a 18/07/2002	Curitiba
16	Reunião de Trabalho com os coordenadores estaduais do Proinfo e do TV Escola	08 a 09/05/2003	Brasília
17	Linux e seus aplicativos	04 a 15/10/2004	Aracaju
18	Programa Nacional de Formação - Proinfo Integrado	Junho/ 2008	Brasília

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no acervo da Dite e nas entrevistas, 2010.

**Nota:** Na pesquisa no acervo da Dite não houve registro sobre a participação de capacitações nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.



O fluxo dos profissionais da Dite na participação dos eventos contribuiu para a formação profissional, pois estes eram espaços em que se conhecia o que de mais novo se debatia em relação às TIC no Brasil e onde os participantes compartilhavam suas experiências de trabalho com outros especialistas, além de poderem conhecer experiências realizadas em outros locais. Dois eventos realizados em Aracaju pela Universidade Federal de Sergipe contaram com o apoio da Dite, tendo em vista que houve a participação dos coordenadores dos programas e projetos para exposição à comunidade acerca dos trabalhos realizados pela Dite. Em alguns depoimentos foi destacada a relevância da formação que aconteceu através da Dite:

[...] foi através dos cursos que fiz pela Dite que aprendi tudo que sei sobre o uso das tecnologias na educação. Particpei de muitas dessas capacitações [...]. Cheguei até a ser coordenadora estadual de um Programa. (DITE /TÉCNICO/2).

[...] para mim foi uma grande escola [...]. Foi um grupo que cresceu muito. Hoje tem pessoas da Dite em tudo quanto é lugar, na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Tiradentes. (DITE/CHEFE/2).

Foi uma oportunidade de crescimento profissional. Hoje o conhecimento que eu tenho de tecnologias educacionais foi porque eu estava aqui na Dite [...] a gente se torna uma referência [...]. (DITE/COORD/8).

Proporcionou-me um crescimento pessoal, intelectual e profissional de dimensões incalculáveis. (DITE/COORD/3).

Nos depoimentos percebe-se não somente que a Dite contribuiu para a formação dos docentes das unidades escolares, mas também dos multiplicadores que viram sua formação profissional sendo ampliada. A formação adquirida nos cursos de pós-graduação *latu sensu*, a participação em eventos e a experiência de executar capacitações permitiram outras formas de amadurecimento intelectual que culminaram em formação acadêmica em cursos *stricto sensu*.

A formação dos profissionais da Dite em cursos de especializações e em cursos *stricto sensu* permitiu a consolidação de um grupo pioneiro em Sergipe, pois tanto a Universidade Federal de Sergipe quanto a Universidade Tiradentes tiveram a contribuição desses profissionais na execução de atividades inerentes ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Afirmo que foram os profissionais da Dite que colaboraram para a expansão de uso das TIC no nível superior do Estado e por meio das capacitações de formação continuada docente nas redes estadual e municipal. Foi através dos profissionais da Dite que se consolidou a cultura escolar de uso das TIC.

Tecer a consolidação da Dite a partir da formação dos recursos humanos para trabalhar com a utilização das TIC no Estado, foi construir uma narrativa que, triangulada com os movimentos dos programas e projetos e com a produção acadêmica que analisou ações da Divisão, permitiu constatar que os profissionais lotados na Dite foram pioneiros no Estado no trabalho com o uso das tecnologias na educação. Além de contribuírem na difusão das TIC nas redes públicas estadual e municipal, esses profissionais foram disseminadores da cultura de uso das TIC nas Instituições de Ensino Superior de Sergipe.

Apesar de todos os problemas listados nos desafios e dificuldades para executar o trabalho com as TIC, a Dite firmou uma trajetória, que está registrada no seu acervo e na memória dos depoentes. Ao final de cada entrevista foi solicitado que o depoente completasse a seguinte frase: “Para você a Dite...”. Algumas das respostas estão arroladas a seguir e confirmam o papel relevante da Dite.

[...] o papel da Dite foi fundamental. Sem a Dite talvez a situação das tecnologias em Sergipe estivesse muito pior. Quando você chega a qualquer escola, em qualquer município e fala da Dite todo mundo sabe o que é [...]. (DITE/CHEFE/1).

[...] a Dite ela é, deixe eu fazer uma comparação, a Dite é um cérebro que a organização da Seed não usa 5% do que ela pode oferecer, isso

pra mim não foi e nunca vai ser, ela é isso, ela é um cérebro. (DITE/CHEFE/4).

[...] a Dite foi a oportunidade que as escolas tiveram para conhecer e fomentar o uso das tecnologias na educação. (DITE/CHEFE/3).

[...] tenho certeza de que a Dite foi o grande marco nas tecnologias dentro da Secretaria de Estado da Educação em função das escolas. (CODIN/1).

[...] deu uma excelente contribuição ao Estado de Sergipe, formando seus docentes para o uso das TIC, mostrando como os mesmos deveriam usá-las em sala de aula. (DITE/TÉCNICO/2).

Foi o espaço onde cresci como pessoa e como profissional. Foi onde aprendi a importância do fazer coletivo, da integração. Foi onde vivenciei teorias e experimentei na prática o que é interatividade. (DITE/TÉCNICO/4).

[...] estabeleceu uma cultura de uso das tecnologias na educação [...] mesmo que o trabalho pedagógico não tenha sido grandioso como a gente esperava que fosse, mas que tanto cultura de uso, quanto cultura pedagógica a gente desenvolveu. (DITE/TÉCNICO/1).

[...] foi a pioneira na introdução das TIC na prática escolar ao inovar conhecimentos e práticas pedagógicas. (DITE/COORD/6).

Construir a narrativa da formação de recursos humanos para trabalhar com as TIC no Estado foi a oportunidade de conhecer histórias e, segundo Chartier (1990, p. 17), “[...] o presente adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.

## 4.5 Dite no olhar das produções acadêmicas

A relevância do conhecimento e da pesquisa científica é um ponto fundamental de transformação da sociedade, haja vista nos últimos tempos haver mudanças que foram frutos de trabalhos científicos e que permitiram rever caminhos e delinear outras possibilidades de verificação de um mesmo objeto de pesquisa.

Para a formação do pesquisador, encontra-se nas Instituições de Ensino Superior um apoio incomensurável, visto que são centros de criação e produção do conhecimento que estão relacionados com a pós-graduação. Neste sentido, a produção científica torna-se um fator de coesão social que tem o desejo de apresentar à sociedade resultados de trabalhos de investigação que possam ser revestidos em mudanças para o bem da sociedade; isto é, o papel da pesquisa deve ser essencial para os progressos material e humano.

Sobre a relevância da pesquisa na aprendizagem universitária, Severino (2007, p. 5) relata que “[...] a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa”. Neste sentido, Severino afirma que a universidade se instaura como o lugar da pesquisa, o autor também externaliza o desejo de:

[...] aplaudir as Universidades que ultimamente vêm buscando colocar condições objetivas para a instauração de uma tradição de pesquisa, seja mediante alguma forma mais sistemática de efetivo apoio à formação pós-graduada de seus docentes, seja mediante a criação de instâncias internas de incentivo, planejamento e coordenação da pesquisa, seja ainda mediante a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. (SEVERINO, 2007, p. 6).

O ato de pesquisar produz resultados que são frutos de investigações e tornam-se condutos para a circulação dos resultados científicos. E por entender a pesquisa produzida nas universidades como algo que contri-

bui para a sociedade e permite uma visão científica do objeto – visto que assegura o rigor acadêmico da produção – foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos de dissertação produzidos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Tiradentes (Unit).

Em relação ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da UFS, Cruz e Berger (2009)<sup>29</sup> confirmam a criação desse núcleo em 1993 e sua aprovação através da Resolução nº 08/93/Conep, sendo este o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação do Estado. Estes pesquisadores destacam que a produção acadêmica do NPGED vem favorecendo a compreensão da realidade sergipana, contribuindo para a formação de profissionais para as atividades de docência e pesquisa.

Nesse levantamento das produções acadêmicas procurou-se detectar os trabalhos que abordassem em seu discurso, direta ou indiretamente, a Divisão de Tecnologia de Ensino, seja através das ações realizadas pelos programas e projetos de utilização das TIC, seja por meio de análise de gestão pública das tecnologias que versassem sobre a Divisão.

Diante da produção acadêmica do NPGED e após um trabalho de catalogação das dissertações que envolviam a pesquisa na área da educação e tecnologia, foi possível conhecer dez dissertações que faziam referência à Dite.

As leituras dessas dez dissertações que versam sobre a Divisão estavam relacionadas ao uso da TV e vídeo e computador, apresentando análises de programas, projetos, capacitações, séries de vídeos, formação dos multiplicadores e cursos ofertados a distância. Esta pluralidade de investigações permitiu visualizar e dimensionar a atuação da Divisão, além de perceber os desafios e dificuldades que se estabeleceram na efetivação das ações pesquisadas (vide Quadro 13).

---

29 Para conhecer mais sobre a trajetória do Núcleo de Pós-graduação em Educação da UFS e os pesquisadores e produção acadêmica, ler CRUZ, Maria Helena Santana; BERGER, Miguel André. **O Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS: trajetória e produção acadêmica.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

Quadro 13 – Relação das produções acadêmicas de Mestrado que tratam sobre a TV e vídeo e computador que estão relacionadas com a Dite

Ano da Defesa	Título	Autor	Professor Orientador
1996	A teleducação e questões da atualidade	Juliana Souto Santos	Prof.º Dr.ª Marta Vieira Cruz
1997	Vídeos na educação escolar: a experiência no Vídeo Escola em Aracaju	Ronaldo Nunes Linhares	Prof.º Dr.º Catarina Zita Dantas de Araújo
2000	A informática na educação escolar pública de Aracaju: formação e prática de professores multiplicadores do Proinfo	Kenia Kodel Cox	Prof.º Dr.º Lilian Cristina M. França
2001	O Programa de Informática na Educação: uma experiência de capacitação de professores em Aracaju/SE	Jadson Tavares de Jesus	Prof.º Dr.º Lilian Cristina M. França
2002	O computador na educação: o que pensam os professores?	Tereza Simone Santos de Carvalho	Prof.º Dr.º Wilma Porto de Prior
2003	Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje - sua materialização em Sergipe	Andréa Karla Ferreira Nunes	Prof. Dr. Miguel André Berger
2004	Educação ambiental: uma análise dos vídeos do Programa TV Escola	Fábio Costa Figueirôa	Prof.º Dr.º Maria Stela Araújo de Albuquerque Bergo
2005	A inserção das novas tecnologias na política pública de educação: um estudo dos laboratórios de informática educativa nas escolas da rede municipal de ensino de Aracaju	Neusa Nunes Malheiros	Prof.º Dr.º Maria Lúcia Machado Aranha
2008	Informática na educação: o programa de informatização na rede pública de ensino (Proinfo) - o caso das escolas da rede estadual de ensino/ Aracaju/SE	Sheilla Silva da Conceição	Prof. Dr. Henrique Nou Schneider
2008	A internet na construção do conhecimento; experiências de aprendizagem colaborativa em escolas de Aracaju	Maria Conceição da Silva Linhares	Prof.º Dr.º Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

Fonte: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Na análise das dissertações foi possível construir um caminho de cruzamentos das informações que constavam no acervo da Dite, nos depoimentos e no registro da produção acadêmica, confirmando uma tríade de consolidação de atos que permitiram à Dite materializar-se como difuso da cultura escolar de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A leitura das dissertações permitiu compreender os desafios e dificuldades que foram surgindo com a introdução dos recursos das TIC, além de trazerem informações para análise das ações voltadas às escolas ou à formação do professor<sup>30</sup>.

A dissertação de Santos (1996) explicita a dinâmica do Programa Salto para o Futuro, relatando como aconteciam as transmissões, no município de Santa Luzia do Itanhy/SE, em 1993.

No relato sobre o teleposto da cidade de Santa Luzia do Itanhy confirma-se a parceria entre o Estado e o município para que o Programa acontecesse, sendo que a Prefeitura cedeu o espaço do Colégio Arnaldo Dantas como sede de concentração e estudo.

Como desafios à execução da proposta do Salto para o Futuro, foram relacionados ao longo da pesquisa itens como: dificuldades de entendimento da dinâmica do Programa; conexão ruim, comprometendo a interatividade entre os alunos e os professores que ficavam no Rio de Janeiro. No tocante à capacitação dos professores, Santos (1996) comenta que o programa se mostra como uma metodologia insuficiente ante as questões de aprendizagem. Quanto aos desafios verificou-se que a introdução da Educação a Distância foi uma metodologia nova de trabalho que exigiu outras formas de uso dos recursos que permitiam interação.

---

30 Para conhecer mais sobre outras produções que teceram sobre o uso das tecnologias do NPGED verificar o artigo de SCHNEIDER, Henrique Nou. As TICs na Educação: um olhar sobre a produção intelectual do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS no período de 1997-2008. In: BERGER, Miguel André (Org). **A Pesquisa Educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Na pesquisa também foram confirmados os encontros de capacitação realizados em Aracaju, versando sobre o Salto para o Futuro.

Linhares (1997) traz a experiência desenvolvida através do Programa Vídeo Escola e a contribuição do uso da televisão e do vídeo no processo de ensino-aprendizagem. O estudo de Linhares envolveu 33 professores, lotados em seis escolas da rede estadual por trabalharem com a segunda fase do ensino fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e por participarem do Projeto Vídeo Escola desde sua implantação no Estado em 1990.

A pesquisa de Linhares (1997) confirma a participação do Estado no I e II Encontros Nacionais, bem como nos Encontros Estaduais do Projeto Vídeo Escola, e ressalta que o Projeto abrangeu todo o Estado. Linhares faz indicação do Seminário de Sensibilização que lançou o Vídeo Escola em Sergipe e narra que aconteceram oficinas nas Diretorias Regionais de Educação, as quais foram objeto de análise do segundo capítulo deste trabalho.

As dificuldades detectadas quanto ao Projeto Vídeo Escola estavam diretamente relacionadas à formação do educador, além de mudanças em seus conceitos sobre aprendizagem e ensino. Neste item Linhares (1997) sugere “[...] uma modernização nas grades curriculares desses cursos, tanto em nível secundário, como principalmente em nível universitário”, e relata que “[...] o Estado deve preocupar-se com as novas tecnologias de ensino e suas possibilidades de interferência positiva ou não no processo de melhora da qualidade do ensino”, pois se tratava de uma experiência pioneira e inovada no sistema de Educação de Sergipe. Apresenta uma preocupação com o uso pedagógico dos recursos tecnológicos e ressalta a necessidade de se rever currículos, haja vista que as tecnologias na educação trazem outras formas de entendimento do espaço e do tempo escolar.

Reforçando a preocupação de Linhares, o autor Manuel Area, no texto *Vinte anos de políticas institucionais para incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação ao sistema escolar*, expõe: “A inovação tecnológica, se não é acompanhada pela inovação pedagógica e por um projeto educativo,



representará uma mera mudança superficial dos recursos escolares, mas não alterará substancialmente a natureza das práticas culturais nas escolas” (AREA, 2006, p. 168).

Sobre as dificuldades quanto à implantação do Projeto Vídeo Escola, Linhares (1997) ainda relata que o comprometimento do Projeto passou pela necessidade de maior número de coleções para atendimento dos vídeo-postos, maior número de cópias dos programas mais procurados, ausência de programas regionais, as condições dos prédios escolares e as dificuldades para capacitar professores. Os itens relacionados pelo autor evidenciam o quanto foi difícil a gestão do Projeto no Estado, o que foi revelado nos relatórios da Divisão de Tecnologia de Ensino, onde se percebe uma conexão entre a pesquisa realizada e a própria condição da Dite em descrever o que necessitava para executar um trabalho melhor no acompanhamento da utilização das TIC no Estado.

Mais duas dissertações também se voltaram para o uso da TV e Vídeo na educação. Uma delas é a de Nunes (2003), que faz uma análise do curso TV na Escola e os Desafios de Hoje e sua implantação como projeto-piloto em Sergipe, no ano de 2000. A autora apresenta o Projeto TV Escola nos âmbitos nacional e local, sendo que no domínio local, situa o TV Escola e seu espaço de trabalho dentro da Divisão de Tecnologia de Ensino e sua dinâmica de ações, até chegar ao Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje.

A pesquisa de Nunes (2003) confirma que o Programa TV Escola, em 1996, estabelece-se sendo composto pelo Programa Salto para o Futuro. Destaca que a Dite foi responsável pela realização de reuniões nas Diretorias Regionais de Educação para a implantação do TV Escola e que nas DRE havia um profissional da Seed que cuidava da execução da proposta em nível local e que essa pessoa já tinha experiências de trabalho nos Projetos Vídeo Escola e Salto para o Futuro.

O fato do Programa TV Escola aproveitar o pessoal que já vinha executando o acompanhamento das TIC nas DRE evidencia o trabalho que já vinha sen-

do realizado pela Dite nas capacitações e disseminação da cultura escolar do uso das tecnologias na educação. Nunes (2003) também registra os três *workshops* realizados no Estado, que foram promovidos pelo TV Escola. Outro dado relevante apresentado pela autora foram os nomes dos dez primeiros tutores que atuaram no Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje, sete dos quais estavam atrelados à Secretaria de Estado da Educação, tinham experiência com o trabalho na área de capacitação com tecnologia na educação e foram frutos do trabalho da Dite.

Na pesquisa, Nunes (2003) relata que a Secretaria de Estado da Educação, através da Divisão de Tecnologia de Ensino, foi o setor responsável pela operacionalização do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje. No âmbito da operacionalização do curso foram enfocadas as dificuldades e o que foi proposto pela Dite para superar as ações no Estado. Entre as dificuldades, a autora relata que os kits do TV Escola, na sua grande maioria, não funcionavam, o que impossibilitou o acesso aos vídeos e às transmissões desses para serem vistos pelos cursistas. Para a resolução desta situação houve a criação de um espaço do cursista na Dite, que tentou viabilizar a operacionalização do curso. Houve encontros nas DRE e distribuição dos módulos gravados para essas regionais.

O outro estudo foi realizado por Figueirôa (2004), que empreendeu uma análise do emprego dos vídeos da área temática meio ambiente, do Programa TV Escola. Em sua pesquisa o autor cuida de investigar e refletir sobre a forma como os programas relacionados ao meio ambiente foram aplicados no processo do cotidiano escolar, envolvendo uma amostra de 75 professores de 15 escolas de Aracaju.

Sobre a Dite, Figueirôa (2004) lista as seguintes atribuições: oferta de capacitações que ocorreram na Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) e nas demais Diretorias Regionais de Educação; a existência de uma videoteca que ficou disponível na Dite para os docentes que necessitavam gravar ou locar algum vídeo; o relato de reuniões entre coordenadores do TV Escola das DRE e coordenação estadual na Dite, e também faz referência aos *workshops* realizados pelo Programa.

Figueirôa (2004) apresenta constatações em relação às dificuldades com o uso dos vídeos sobre o meio ambiente pelos docentes, quando narra que nas escolas pesquisadas algumas tiveram seus aparelhos furtados, e os ofícios expedidos exigindo da Dite providências para dar continuidade ao trabalho. Um dado relevante que este pesquisador revela refere-se à estrutura física que abrigava a Divisão. Segundo Figueirôa (2004), a Dite encontrava-se na Praça Camerino e o local precisava de uma infraestrutura mais adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. Diz que a falta de um espaço adequado poderia prejudicar o desenvolvimento do Projeto junto às escolas e professores, como também de pesquisas futuras sobre o tema. Outra dificuldade era relativa à manutenção dos aparelhos pela Seed/Dite, que contava apenas com um técnico responsável para prestar suporte às escolas públicas do Estado.

As referências que se apresentam na pesquisa de Figueirôa vêm contribuir para confirmar a atuação da Dite em relação à inserção das tecnologias na educação nas escolas sergipanas, mesmo apresentando dificuldades de infraestrutura, gestão e material didático para trabalhar.

Outro conjunto de produções acadêmicas do NPGED da UFS focava a utilização do computador, mas especificamente o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) do Governo Federal, e a Gestão dos programas e projetos sob a responsabilidade da Divisão de Tecnologia de Ensino<sup>31</sup>.

Um dos primeiros estudos foi o de Cox (2000) sobre a formação dos recursos humanos que atuariam como multiplicadores na formação dos professores e executariam o processo de implantação dos recursos computacionais no cotidiano escolar. A autora escreve que a formação dos multiplicadores aconteceu através de curso de especialização no ano de 1998, numa parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Sergipe e

---

31 Para conhecer mais sobre a contribuição das dissertações do NPGED que abordam as tecnologias no ambiente escolar, verificar o artigo de LINHARES, Ronaldo Nunes; LINHARES, Maria da Conceição da Silva. As Tecnologias da Informação e Comunicação no espaço escolar: olhar da universidade sobre o Proinfo. In: BERGER, Miguel André (Org). **A Pesquisa Educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

a Secretaria de Estado da Educação. O objetivo da sua pesquisa foi “Analisar se a formação e prática dos multiplicadores (NTE1 – Aracaju) atende às expectativas de capacitação delineadas pelos estudos sobre a Informática Educativa e às idealizadas pelo Proinfo”.

Cox (2000) analisou a estrutura curricular do curso da especialização e o perfil dos ministrantes oriundos de Instituições de Ensino Superior de Sergipe e de outras regiões do País e dos participantes do curso que eram docentes da rede pública de ensino do Estado, município e UFS.

Mesmo não explicitando o papel da Dite, essa foi responsável pela organização do curso, tomando decisões sobre carga horária, local, ministrantes, metodologia e prestação de contas. A Dite articulava-se com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese), responsável pela administração do curso.

Esse curso de especialização foi uma iniciativa da Seed/Dite, que manteve parceria com o MEC. Neste caso, Sergipe elaborou uma proposta de capacitação de recursos humanos para atuar nas ações do Proinfo como multiplicador. Para que o curso de especialização fosse executado, houve a assinatura do Convênio 13.130.497/0001-04, no qual estava discriminado o repasse do valor do MEC para o curso e as obrigações da Seed. O depoimento de DED/2 narra sobre essa iniciativa:

[...] conseguimos fazer uma proposta, fazer uma capacitação em nível de pós-graduação, com o apoio que a gente tinha do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação da época [...]. Com a audácia peculiar da equipe fomos organizando projetos, conseguimos alguns consultores que incentivavam muito, e toda equipe pioneiramente tinha o desejo de fazer crescer a Divisão de Tecnologia, tanto que na época para nós contarmos com o apoio do Ministério da Educação a gente abriu vagas até para outro Estado. Tivemos a participação de 12 ou 13 técnicos e professores do Acre, o que nos gerou uma preocupação imensa porque nós tínhamos que hospedar essas pessoas, nós não tínhamos recurso nenhum para essa ação, mas tínhamos criatividade, tínhamos garra e aí a gente conseguiu fazer. (DED/2).

Nesse depoimento fica evidente que a equipe já tinha aproximação com pessoas influentes que trabalhavam com as tecnologias na educação em nível nacional, além de dinâmica de atividades que confirmava sua ação nas escolas públicas de Sergipe.

Cox (2000) também relata em seu estudo as dificuldades enfrentadas pelos multiplicadores no seu trabalho diário na Dite. Além do pequeno número de pessoal para compor a equipe que capacitaria os docentes do Estado e da ausência de transporte para a realização das visitas às escolas que estavam recebendo os computadores para a realização das oficinas no interior do Estado, havia também falta de apoio financeiro para as capacitações e de condições das instalações prediais e elétricas da Dite, as quais não eram adequadas.

Continuando na proposta de análise das capacitações do Proinfo, Jesus (2001) propõe-se a entender como o curso de preparação dos professores para trabalhar nos laboratórios de informática nas escolas tem se estruturado, desenvolvido atividades e como essas têm ecoado no imaginário dos professores. Diferentemente do que ocorre com a proposta de Cox (2000), Jesus (2001) parte das capacitações que foram oferecidas aos docentes pelos multiplicadores do Proinfo, analisando o impacto provocado pela capacitação nas concepções dos professores. Cabe lembrar que as capacitações analisadas por Jesus (2001) foram elaboradas no curso de especialização da parceria com a Seed/UFS.

Este pesquisador relata que a gerência do Proinfo se encontrava na Dite e era composta de professores que tinham sido lotados na Divisão para atuar como técnicos administrativo-pedagógicos, assumindo a função de acompanhar e assessorar o Programa. Os cursos tinham 80 horas/aulas, que foram divididos em módulos, num total de quatro, e expõe que os módulos contemplavam o acesso a programas específicos do computador, tais como: *Word*, *Paint*, *Excel*, *Power Point* e *Internet*.

No ano de 1999 ocorreu a capacitação de oito turmas, num total de 147 professores envolvidos, dos quais 123 eram da rede estadual, 12 da

rede municipal e 12 sem identificação. No ano 2000 foram realizados dois cursos para duas turmas, com 42 docentes participantes, e mais quatro turmas para 80 professores. Em 2001 houve um curso para 70 professores distribuídos em quatro turmas, sendo duas pela manhã e duas pela tarde. E registra um curso de gerente de laboratório nas escolas, o qual teve um total de 40 participantes. O exposto pelo autor confirma a ação da Dite através do esforço dos seus profissionais na caminhada de fazer chegar aos docentes a cultura do uso do computador na sua prática docente.

Jesus (2001) também relata as dificuldades quando da efetivação das capacitações, como: o pequeno número de multiplicadores para acompanhar o resultado das capacitações nas escolas; as reclamações dos docentes sobre o excesso de conteúdo a ser apreendido em 80 horas de estudo e as condições do prédio onde eram ministradas as capacitações. O prédio que se refere o autor era o antigo Atheneuzinho, na avenida Ivo do Prado, e sobre o local ainda comenta: “[...] o ambiente imprimia um estado de espírito de descrédito, desconfiança e medo [...]. Ao mesmo tempo que se faz uma relação com a tecnologia de ponta, o ambiente que os abriga reflete a penumbra do tempo antigo, o reflexo do abandono e a falta de valorização”. (JESUS, 2001, p. 114).

Sobre a capacitação e os docentes que participavam, no depoimento de Dite/Chefe/2 encontrou-se a seguinte narração: “Os professores tinham medo do novo. Quando a gente começou em 1998 o computador ainda era uma coisa muito esquisita, muito estranha para eles... Tinha medo até de teclar, de pegar no mouse [...]”. Sobre este assunto, ressalta-se que os professores dos cursos ofertados pertenceram a uma geração que foi alfabetizada culturalmente nas formas impressas (e em alguns casos ainda são) e que, segundo Manuel Area (2006, p. 168), “[...] a palavra escrita, o pensamento academicamente textualizado, o cheiro do papel, a biblioteca como cenário do saber foram, e são, para uma imensa maioria de professores, o único hábitat da cultura do conhecimento”. Esta situação demonstra que a inserção de uma proposta de trabalho nova precisa de tempo para

efetivar-se, pois é um processo abstruso. Para este autor, tal processo, além de ser complexo, está “[...] submetido a tensões políticas, econômicas e culturais diversas” (AREA, 2006, p. 170).

O estudo de Carvalho (2002) tece análises sobre o uso dos computadores na educação e tem como objeto de estudo cinco escolas de Aracaju onde funcionava o Programa Proinfo. A pesquisa se propunha a analisar as concepções de professores da rede pública estadual de ensino da cidade de Aracaju acerca da utilização do computador no ensino. Nas escolas pesquisadas, a autora entrevistou docentes que participaram de cursos oferecidos pela Dite através da equipe da coordenação estadual do Proinfo e docentes que não tinham participado dos cursos.

Carvalho (2002) confirma as colocações de Jesus (2001) sobre a Dite quando da realização do curso de especialização para multiplicadores em 1998 e dos cursos para professores nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001. Carvalho relata que nos cursos oferecidos nem todos os docentes eram beneficiados, ficando parte dos professores da Seed sem fazer os cursos, o que terminava por deixar apenas nas mãos dos articuladores dos laboratórios de informática a missão de trabalhar com os computadores. Relata que tanto os docentes que tinham sido capacitados como os que não haviam sido continuaram com problemas de utilizar a máquina, principalmente para fins educativos. O autor ainda relata que em uma das escolas pesquisadas encontrou uma situação inusitada: o laboratório de informática era utilizado para ministrar curso de informática básica para os professores que desejassem, fugindo da proposta do Proinfo, que era trabalhar com o uso pedagógico do computador.

Este relato nos faz pensar na formação do professor para entender o uso do computador como recurso pedagógico. Cabe aqui destacar as colocações de Nóvoa (2001)<sup>32</sup>, que alertava que não bastava deter o conhe-

---

32 Para ter acesso a entrevista de António Nóvoa ao Proinfo de Parnamirim, acessar <<http://proinfoarnamirim.blogspot.com/2011/05/entrevista-com-antonio-novo.html>>.

cimento para saber transmitir a alguém. O docente precisa ser capaz de reorganizar, de reelaborar e de transpor o conhecimento em situação didática em sala de aula. Quando esta reflexão é movida para o âmbito do uso da tecnologia na educação compreende-se que trabalhar com o computador propicia mudanças sobre concepções preexistentes a respeito da maneira de ensinar e aprender, que é uma revisão do processo comunicacional que foi estabelecido na escola como forma de transmissão do conhecimento.

Deste modo, percebe-se que o ato da capacitação do professor para trabalhar com as Tecnologias da Informação e Comunicação passa por uma tomada de consciência por parte do docente da existência mediadora que o computador pode ter no contexto concreto da sala de aula, que passa pela capacidade de tomar algo que pertence a outros, no caso o discurso que as tecnologias podem contribuir na melhoria da educação, e iniciar um processo de domínio, descobrindo novos usos. E esta internalização é um procedimento que exige tempo, pois afeta o modo de pensar, sentir e agir do docente.

Como dificuldades, Carvalho (2002) relata que foi mencionada pelos professores a falta de instalação de tomadas de ar-condicionado e de cadeiras apropriadas para que o laboratório de informática funcionasse adequadamente. Nas conclusões a autora sugere que seja revista a metodologia dos cursos oferecidos pela Dite, bem com a carga horária.

Outro estudo sobre o Proinfo que tinha como objetivo analisar a política de informática educativa delineada pelo MEC, por meio do Proinfo, e as implicações decorrentes da inserção do município de Aracaju neste processo de informatização do ensino público brasileiro, foi desenvolvido por Malheiros (2005). A autora escreve sobre o Proinfo e sua trajetória nacional até o momento em que Sergipe elabora, em 1997, a proposta de informática educativa para a rede pública. Comenta sobre a capacitação de recursos humanos para trabalharem com o Proinfo, envolvendo o curso de especialização da Seed, em parceria com a UFS, em 1998, e a participação de dois membros da Dite no Projeto de Mestrado a Distância com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também relaciona os cursos de



capacitação em Informática Educativa que aconteceram em 1998 e 1999, a criação dos dois Núcleos de Informática Educativa (Aracaju e Lagarto), bem como as reuniões mensais com os professores articuladores na Dite.

As informações tecidas por Malheiros (2005) reforçam a ação da Dite e sua participação na implantação dos laboratórios de informática na rede municipal de Aracaju, bem como a participação de professores deste município nas capacitações. Como dificuldade, é mencionado que os cursos oferecidos pela Dite para trabalhar com a informática educativa atingiram a minoria dos professores. Esta situação foi detectada por Cox (2000), que já alertava em relação ao reduzido número de multiplicadores da Dite para efetuação do trabalho em todo o Estado; e por Jesus (2001), sobre as condições de estrutura física da Dite e as determinações políticas administrativas que foram orientadas como medida de contenção de gastos da Seed, reduzindo o tempo de trabalho dos funcionários da Dite em apenas um turno, o que acabou por inviabilizar algumas capacitações.

Além do número reduzido de multiplicadores, Malheiros (2005) também relata que os professores capacitados pela Dite eram deslocados para outras funções, como direção e coordenação de escolas. Esta rotatividade terminava por comprometer a continuidade do processo de implantação da proposta do Proinfo em nível local.

Buscando verificar a eficiência deste Programa, a dissertação de Sheilla Conceição (2008) questiona se a utilização do Proinfo nas escolas da rede estadual favoreceu mudanças significativas no processo ensino-aprendizagem em Aracaju/SE. Duas escolas da rede estadual de ensino foram escolhidas para a realização desta pesquisa. Nessa dissertação comenta-se as competências da Dite, que é vista como o órgão responsável pela assessoria e manutenção do Proinfo nas escolas de Sergipe, através da equipe que compõe os Núcleos de Informática Educativa.

Em relação ao trabalho da Dite, Sheilla Conceição (2008) menciona que existem articuladores nos laboratórios de informática e ressalta que, segundo um dos entrevistados, até o ano de 2006 a Divisão realizou um excelente tra-

balho de capacitação, reuniões e orientações junto aos articuladores. Diz ainda que posteriormente, com a implantação do Programa de Inclusão Digital (Proid), o exercício do trabalho do articulador foi alterado, cujo foco passou a ser o de ensinar aos professores a noção básica de informática.

Nas análises de Sheilla Conceição (2008) foi listado que faltaram cursos de capacitação para os docentes em relação ao uso das TIC; que alguns equipamentos estão obsoletos; que não há um acompanhamento da utilização do Laboratório de Informática Educativa e nem é prestada a devida assistência técnico-pedagógica aos professores.

As informações descritas por Sheilla Conceição (2008) corroboram os problemas evidenciados nas outras dissertações e constata-se que a introdução da informática educativa é mais que um sistema informático ou de comunicação, a ação de inserir o computador nas escolas traz implicações na cultura escolar e no domínio dos novos recursos. Manuel Area (2006) relata que os esforços em dotar as escolas de computadores e a oferta de cursos de formação aos professores não são suficientes para a concretização de um projeto da linha de uso das TIC. Para o autor, “[...] promover uma mudança educativa com o apoio das TIC é um processo contínuo que implica a participação decidida de boa parte da comunidade educativa [...]” (AREA, 2006, p. 24). No tocante a este item, percebe-se no relato de Sheilla Conceição (2008) que um dos articuladores entrevistados informa que tentou sensibilizar os professores a trabalharem com os projetos de aprendizagem, mas houve resistência por parte deles. Na fala da articuladora verificou-se que as orientações da Dite no tocante a multiplicar a cultura do uso do laboratório de informática eram seguidas, porém seu êxito não aconteceu. Utilizar as TIC na educação pressupõe uma tomada de consciência por parte dos docentes de que os recursos tecnológicos são mediadores e que podem ser utilizados na sua prática de sala de aula, sem abandonar competências básicas como as de leitura/escrita.

A última dissertação do NPGED/UFS analisada foi a de Linhares (2008), cuja pesquisa foi desenvolvida em duas escolas de Aracaju/SE,

sendo uma da rede particular e outra da rede pública estadual. Seu objetivo foi analisar as contribuições que o Projeto Colaborativo Comunicar é Aprender trouxe para a prática de aprendizagem colaborativa do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Apesar de ser uma pesquisa que analisa como a aprendizagem colaborativa aconteceu nas duas escolas, seu trabalho foi incluído porque uma das escolas pesquisadas era da rede pública estadual e fazia parte do Proinfo, sendo acompanhada pela equipe estadual da Dite. A autora relata que recebeu o apoio da Divisão para o desenvolvimento da pesquisa na pessoa da articuladora do laboratório de informática, que apresentou a proposta aos alunos, contribuindo para a realização do projeto, juntamente com a docente da disciplina de Português.

Em relação às dificuldades para a execução da pesquisa nessa escola, Linhares (2008) mencionou a falha de conexão da internet, o bloqueio na rede para acesso a algumas informações, os problemas nas máquinas em termos de manutenção, apesar de contar com um técnico para atender às escolas. O trabalho faz referência à Dite quando apresenta as dificuldades de realizar atividades pedagógicas no laboratório de informática devido à ausência de um acompanhamento da manutenção dos equipamentos, bem como do bloqueio de site de pesquisa sem a comunicação prévia para os que se utilizam do laboratório de informática, não dando a oportunidade aos docentes que trabalhavam nos laboratórios de redirecionar suas atividades de modo a não comprometer o trabalho que vinha sendo realizado.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes é de criação recente (2010), sendo que no mês de outubro do ano de 2011 aconteceu a primeira defesa de dissertação na linha de pesquisa em Educação e Comunicação. Como fez referência aos dois NTE que são acompanhados pela equipe estadual do Proinfo na Dite, a dissertação foi selecionada para compor o quadro de análise sobre a Divisão.

Barroso (2011) analisa a gestão das TIC na educação sergipana, através dos Núcleos de Tecnologias Educacionais de Aracaju e Lagarto e do processo de formação continuada de professores. A pesquisadora confir-

ma a atuação da Dite na implantação dos Núcleos de Tecnologia Educacional e as ações de capacitação, o que, segundo a autora, proporcionou um avanço no processo de inserção das TIC em Sergipe.

Nesta pesquisa também cita as dificuldades relacionadas às instalações dos laboratórios de informática, a ausência em algumas escolas da rede de computadores (internet), ausência de suporte técnico para atendimento às escolas quando surgem problemas nas máquinas, além da gestão das escolas que por vezes não estão preparadas para lidar com a administração das TIC.

Esta situação também é tratada por Manuel Area (2006) quando conclui que há três dimensões que afetam o êxito na implementação das TIC na prática escolar, dentre as quais consta a gestão das TIC que termina por determinar o orçamento, o apoio técnico e estratégias de apoio ao desenvolvimento das TIC. Barroso (2011) conclui seu trabalho revelando a inexistência de uma política estadual para as TIC.

A análise do conjunto de produções acadêmicas do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes permitiu elucidar o envolvimento da Divisão de Tecnologia de Ensino na difusão da cultura escolar de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Observou-se que apesar das dificuldades relacionadas nas produções acadêmicas sobre a materialização do uso das TIC no Estado de Sergipe, a Dite conseguiu estabelecer uma cultura de uso das tecnologias na educação. Contribuindo nesta confirmação, localizou-se nas pesquisas examinadas o envolvimento das equipes estaduais dos programas e projetos que compunham seu quadro e também por meio do trabalho de capacitação, viagens, reuniões, oficinas, encontros estaduais, acompanhamento da instalação dos kits do TV Escola e laboratórios de informática, gravação, reprodução e empréstimos dos vídeos dos projetos, além da composição dos recursos humanos para trabalhar com as TIC em forma de especialização.

O ato de analisar os programas e projetos através dos documentos, entrevistas e dissertações que versam direta ou indiretamente sobre a Dite permitiu compor um quadro de legitimidade das ações efetivadas, o qual culminou num mapeamento dinâmico do espaço (CERTÉ-AU, 1996) e envolveu diversos atores e seus diferentes momentos de existência. Compor a cena da influência da Dite no processo de concretização da cultura escolar de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em Sergipe foi um esforço de organizar discursivamente o entendimento do que foi a Divisão, nas múltiplas dimensões envolvidas, nos seus diferentes momentos e contextos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças que ocorreram na sociedade, advindas das transformações técnico-científicas, contribuíram para a expansão do conhecimento e estabelecimento de novas relações com o trabalho e o modo de vida das pessoas, exigindo um fluxo maior de desenvolvimento, produtividade e competitividade. No mundo globalizado, mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, foi necessário que os governantes investissem em políticas públicas na área da educação que atendessem à formação e qualificação dos trabalhadores para a aquisição de novos conhecimentos, confirmando, assim, o compromisso com os organismos internacionais em termos da nova ordem econômica.

Ao acatar as mudanças propostas na sociedade que foram orientadas pelo FMI, BM e Unesco, países como o Brasil viram-se adotando políticas públicas que interferiam diretamente no processo de instrução e de qualificação dos trabalhadores para atender às demandas de mercado e da sociedade.

Perceber como as políticas educacionais para uso das TIC foram inseridas nas escolas, tendo como ênfase o contexto sergipano, foi importante para analisar a criação e consolidação da Divisão de Tecnologia de Ensino, partindo do entendimento de que essa Divisão foi a responsável pela difusão e implantação de programas e projetos de tecnologias na educação nas escolas públicas sergipanas.

Para defender esta compreensão, fato que foi sustentado nas análises dos documentos, nas entrevistas e nas produções acadêmicas, apresento três pontos que foram irrefutáveis na constatação de que, a despeito das condições de trabalho da Dite, essa se mostrou eficaz na disseminação e execução das políticas educacionais que lhe foram atribuídas, contribuindo para a difusão das TIC nas escolas públicas de Sergipe.

O primeiro ponto está relacionado à sua criação. Neste item, quatro situações reforçam que a forma como foi criada a Dite comprometeu o entendimento do uso das TIC no Estado. A primeira situação está relacionada ao fato da não criação do Centro de Informática Educativa ou órgão similar (o nome seria de escolha do Estado), como foi previsto pelo Ministério da Educação. Percebi que a Secretaria de Estado da Educação se propôs a implantar o Cied e que houve diálogo junto ao MEC para a efetivação da proposta; porém, com a rotatividade dos dirigentes educacionais e posteriormente do Governo, o Cied não foi implantado como tinha sido previsto. Ainda no início da década de 90 do século XX encontraram-se mais dois projetos de uso das tecnologias na educação dentro da Secretaria de Estado de Educação: o Projeto Vídeo Escola e o Salto para o Futuro, ambos atuando isoladamente dentro do Departamento de Educação. A chegada de novas propostas de uso das tecnologias na educação orientadas pelo MEC, a exemplo do Programa TV Escola, e as obrigações determinadas pelo MEC aos Estados que seriam parceiros na

implantação e no acompanhamento terminaram por induzir a criação de um setor que acompanhasse a utilização das políticas educacionais de uso das TIC em de redimensionar o Centro de Informática Educativa existente.

Em Sergipe, foi criada em 1994 a Divisão de Tecnologia de Ensino para implantar e acompanhar os programas e projetos destinados ao uso das TIC nas escolas sergipanas. Esta situação confirma que a criação da Dite foi determinada pela circunstância das políticas educacionais do MEC e não por necessidade do Estado.

A segunda situação está relacionada ao fato de criar uma divisão departamental para acompanhar o uso de políticas educacionais de uso das TIC nas escolas. Esta situação denuncia o local a que foi destinado tal trabalho. Isto é, na administração pública, uma divisão departamental é o último espaço da conjuntura administrativa, não sendo delegado à divisão poder nenhum de decisão.

Ser uma divisão departamental foi o maior desafio da Dite, pois sua estrutura de recursos humanos era maior do que o Departamento de Educação, órgão responsável pela Dite, e os serviços executados pela Dite extrapolavam o âmbito de uma divisão departamental. Seus serviços foram instituídos pela Portaria nº 8.188/02, para subsidiar seu trabalho no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e pela Portaria nº 3.700/02, que autorizava a criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional e oficializava a figura do professor articulador para os laboratórios de informática.

Como ser uma divisão departamental se os serviços oferecidos pela Dite iam além do proposto para uma divisão? Deste modo, afirmo que o espaço destinado à Dite no âmbito da administração pública na Secretaria de Estado da Educação não fez jus aos seus serviços e prejudicou sua atuação na aplicação das políticas educacionais de uso das TIC nas escolas públicas de Sergipe.

A terceira situação está relacionada à pouca clareza ou entendimento dos serviços oferecidos pela Dite por parte dos gestores da Seed, o que pode ter comprometido a atuação da Divisão. Para comprovar esta afirmativa, convém perceber os espaços físicos ocupados pela Dite, salientado

que nenhum foi destinado ao seu perfil de trabalho; todos foram adaptados, com condições de trabalho precárias, que iam da rede lógica e ao material de escritório.

Além da estrutura física, destaco a forma como a Seed interferiu na mudança de horário de funcionamento da Dite, determinando que o setor só atuasse no turno matutino. Esta situação confirma o não entendimento dos serviços realizados pela Dite, cujas capacitações ampliavam-se para o turno da tarde devido à carga horária; o setor da videoteca, que precisava gravar a programação veiculada no período da tarde; viagens e visitas às escolas do Estado que iam até o período da tarde. Além disso, as reuniões de planejamento e estudo foram inviabilizadas por tal decisão.

A quarta situação relaciona-se ao período de criação da Dite pela Secretaria de Estado da Educação, que estabeleceu a separação na execução do trabalho com as TIC na educação. A Dite ficou responsável pelo acompanhamento pedagógico, e a Coordenação de Informática (Codin) assumiu o acompanhamento técnico. Esta cisão desfavoreceu o trabalho realizado pela Dite, visto que ficou na dependência da Codin a efetivação da implantação dos laboratórios de informática e da manutenção dos recursos tecnológicos imprescindíveis à concretização das ações da Dite no cotidiano escolar.

Diante dessas constatações sobre a criação da Dite, defendo a evidência da ausência de política pública na educação por parte do Estado relacionada ao uso das tecnologias na educação, que passa pela indefinição do lugar a ser ocupado pela Dite na esfera da administração pública. A Dite, apesar de estar com a nomenclatura de divisão departamental, atua com o perfil de instituição educativa.

O segundo ponto que confirma a efetividade da ação da Dite em relação à difusão e execução das políticas educacionais de uso das TIC foi a formação de recursos humanos para trabalhar com as tecnologias na educação. Sobre este aspecto apresento duas afirmações. A Dite ofereceu a primeira pós-graduação *lato sensu* na área de tecnologia educacional que aconteceu no Estado, a qual foi uma iniciativa dessa Divisão com o apoio da Seed, formando na ocasião 18



profissionais para atuar na área, sendo que um era da Universidade Federal de Sergipe e outro da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju.

Foi este grupo que iniciou o trabalho com o uso das TIC no Estado, atuando no projeto relacionado à informática educativa, TV Escola e posteriormente nos outros programas e projetos, sendo os responsáveis pela multiplicação da cultura de uso das TIC no ambiente escolar sergipano. Com a ampliação dos programas e projetos, a equipe de profissionais da Dite foi sendo ampliada e outras pós-graduações foram oferecidas pelo Ministério da Educação, cujo objetivo era formar um quadro de multiplicadores por estado que difundisse o uso das TIC nas escolas.

A equipe de profissionais da Dite foi responsável pela formação do grupo pioneiro no Estado para atuar com as tecnologias na educação, cujo trabalho foi de multiplicação de uso das TIC nas escolas, sendo visualizado nas capacitações realizadas, oficinas, seminários, visitas e cursos para docentes. Esse grupo de profissionais também assumiu a responsabilidade de debate das primeiras discussões para difusão das tecnologias no Estado, quando realizou três *workshops* e seminários e semanas de programas e projetos, como Projeto Vídeo Escola, Salto para o Futuro e TV Escola. Estes eventos contavam com a participação de teóricos que trabalhavam com as TIC e a utilização dessas nas escolas.

Os profissionais da Dite também participavam de eventos dentro do Estado e em outras unidades da Federação, compartilhando as experiências que tinham sido realizadas e conhecendo o ideário que se tinha de uso das TIC no Brasil.

A segunda declaração aponta que os profissionais da Dite não só contribuíram na difusão de uso das TIC na rede pública estadual e municipal de ensino de Sergipe como também atuaram em outros setores de ensino, como tutores, professores de graduação e pós-graduação, coordenadores, supervisores e consultores em Instituições de Ensino Superior no Estado e em outros estados da Federação, cuja temática estava relacionada às Tecnologias da Informação e Comunicação na educação. Não devemos esquecer que

parte dos profissionais da Dite efetuaram pesquisas em nível *stricto sensu* com as experiências que tiveram na Divisão. A qualificação dos profissionais da Dite confirma a relevância desses para a difusão das TIC em Sergipe.

O terceiro ponto está relacionado às ações consolidadas pela Dite. Neste sentido, verificou-se nas análises dos documentos, produções acadêmicas e entrevistas, que diante do que era oferecido pela Secretaria de Estado de Educação, a Divisão cumpriu seu papel, sendo eficaz na difusão e execução das políticas educacionais que lhe foram atribuídas.

Entendo que as dificuldades apontadas pelos técnicos entrevistados e nas produções acadêmicas estavam mais relacionadas a uma ausência de política pública do Estado que estivesse voltada às tecnologias na educação do que aos serviços prestados pela Dite. Como poderia a Dite atender às solicitações das escolas para manutenção e capacitação se a própria Seed não proporcionava condições para efetivação desses serviços?

Nas entrevistas foi percebido que os profissionais da Dite esforçaram-se para garantir as ações planejadas e tentaram recriar e criar possibilidades de atuação, a exemplo das capacitações, que foram repensadas em termos de conteúdos e carga horária para atender à exigência da Seed em concentrar o trabalho no turno matutino. Ao recriar formas de atuação, os profissionais da Dite confirmaram o processo de apropriação que foi sendo adquirido ao longo da experiência de trabalho e dos estudos realizados, permitindo uma representação do que era possível ser executado.

As dificuldades da Dite estiveram relacionadas à gestão, à manutenção dos equipamentos e aquisição desses e à supervisão e acompanhamento das ações. Pela análise empreendida nos relatórios da Divisão, percebe-se que os problemas estavam diretamente ligados à ação da Seed e não à Dite. Como foi relatado neste trabalho, a própria Dite tinha uma estrutura física fragilizada, que não atendia às necessidades do trabalho que realizava, além de depender das decisões do Departamento de Educação para efetuar as ações.

Diante do exposto, confirmo a tese de que, a despeito das condições apontadas pelas produções acadêmicas do NPGED/UFS e PPED/Unit, as quais têm a Dite como objeto de estudo, das dificuldades narradas nos relatórios que constavam no acervo da Dite, a criação e consolidação da Divisão mostrou-se eficaz na disseminação e execução das políticas educacionais que lhe foram atribuídas, sendo essa Divisão de Tecnologia de Ensino a difusora das TIC nas escolas públicas de Sergipe.

Por fim, ressalto que ao compor a cena da criação e consolidação da Dite, muitas foram as histórias que surgiram, mostrando ainda a possibilidade de outras investigações, entre as quais destaco: os conteúdos ministrados nas capacitações; as mudanças na cultura material da escola, que foi alterada para receber os recursos tecnológicos; o olhar do aluno em relação ao uso das TIC; o olhar do professor articulador na implantação das TIC; o discurso contido nas portarias que tratavam de aspectos relacionados à Dite, e os convênios e as parcerias estabelecidas. Estas questões não foram aprofundadas neste trabalho, podendo se tornar objeto de estudo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ricardo Leite de. Políticas **Públicas de Informática Aplicada à Educação**: a criação e a extinção dos Centros de Informática na Educação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Goiana, 1999.

ALONSO, Katia Morosov. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. **Revista de ciências da educação: educação e sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 104, 2008.

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. Tradução de Maria Jose do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Memória da Educação).

AREA, Manuel. Vinte anos de políticas institucionais para incorporação das tecnologias da informação e comunicação ao sistema escolar. In: HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO, Juana Maria. **Tecnologias para transformar a educação**. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge;

HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **Educação como política pública**. 2. ed. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo, v. 56).

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o trabalhador e o processo de integração mundial**. Washington: World Bank, 1995b.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**. Washington: Worl Bank, 1995a.

BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani. Procedimento, função, objeto ou lógico? Linguagens de programação vistas pelos seus paradigmas. In: VALENTE, José A. **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

BARROSO, Rita de Cássia Amorim. **Proinfo em Sergipe e a política estadual de inserção das TIC na educação: um olhar a partir da gestão e formação de professores nos NTE de Lagarto e Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação?** Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmica do nosso Tempo, v. 78).

BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop: tecnologia**

digital e novas qualificações, desafios à educação. Petrópolis: Vozes, 2001.  
BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. [1949].

BONETTI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BOLANÕ. César Ricardo Siqueira (Org). **Globalização e regionalização das comunicações**. EDUC : São Paulo. 1999.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Cartilha GESAC**. 2. ed. Brasília, 2010.

BRASÍLIA. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, 1995.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/plandi.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm)>. Acesso em: 9 mar. 2011.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da Historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Tereza Simone Santos de. **O computador na educação**: o que pensam os professores? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

CASTANHO, Sérgio. **A formação docente na sociedade da informação**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da / educação. Rio de Janeiro: SBHE. CD Room. 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Tecnologia e educação a distância**: o programa TV Escola como estratégia política de formação de professores. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. **CEFAM**: uma alternativa pedagógica para a formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

CEPAL. **Transformación productiva con equidad**: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas, n. 90, mar. 1990.

CERTEAU, Michel. **A cultura do plural**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 2**. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magno. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e sociedade).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. (Série Provas e Concursos).

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da. **Informática na Educação - o programa de informatização na rede pública de ensino (ProInfo)**: o caso das escolas da rede estadual de ensino, Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

COX, Kenia Kodel. **A informática na educação escolar pública de Aracaju**: formação e prática de professores multiplicadores do Proinfo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

CRUZ, Maria Helena Santana; BERGER, Miguel André. **O Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS**: trajetória e produção acadêmica. São Cristóvão: UFS, 2009.

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. In: DELORS, Jacques et al. **Relatório para UNESCO e Comissão Internacional**



sobre **Educação para o século XXI**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Memória da Educação).

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

FIGUEIRÔA, Fábio Costa. **Educação ambiental**: uma análise dos vídeos do programa TV Escola. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

GATTI, Décio Júnior. **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do Consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HILÁRIO, Maria de Fátima Cardoso. **Comunicação interativa via tecnologias digitais: uma nova possibilidade de aprendizagem?**

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Tradução de Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INEP. **Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação**: educação infantil e ensino fundamental, região Nordeste. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

JESUS, Jadson Tavares de. **O Programa de Informática na Educação**: uma experiência de capacitação de professores em Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da nossa época, v. 21).

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação).

LIMA, Maria de Fátima Monte. **No fio da esperança**: políticas públicas e tecnologias da informação e da comunicação. Maceió: EDUFAL, 2007.

LINHARES, Maria Conceição da Silva. **Comunicar é aprender**: as experiências de aprendizagem colaborativa via internet entre escolas de Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

LINHARES, Ronaldo Nunes. **Gestão em comunicação e educação**: o audiovisual no espaço escolar. Maceió, Editora EDUFAL. 2007.

LINHARES, Ronaldo Nunes. **Vídeos na educação escolar**: a experiência do Vídeo-Escola em Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

LINHARES, Ronaldo Nunes; LINHARES, Maria da Conceição da Silva. As Tecnologias da Informação e Comunicação no espaço escolar: olhar da universidade sobre o Proinfo. In: BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, histórias e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Memória da Educação).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objeto do conhecimento histórico, do arquivo ao texto: a investigação em história das instituições educativas. **Revista Educação Unisinos**, São Paulo, v. 11, n. 2, maio/ago. 2007.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2004.

MALHEIROS, Neusa Nunes. **A inserção das novas tecnologias na política pública de educação**: um estudo dos laboratórios de informática educativa nas escolas da rede municipal de ensino de Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

MARTÍNEZ, Jorge H. Gutiérrez. Novas Tecnologias e o Desafio da Educação. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperança e incerteza? Tradução de Claudia Berliner e Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC/Secretaria de Educação a Distância. **Proformação**: avaliação externa. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/PDF/AvaliacaoExterna.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2011.

MEC/Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação** – Proinfo. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2011.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. In: **SIMPÓSIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**, 3, 2003, Bahia. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis14/art8\\_14.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis14/art8_14.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENEZES, Gladston Lisboa de. **Uma proposta de construção do conhecimento**: análise do desenvolvimento dos aspectos ortográficos da escrita sustentado em novos processos tecnológicos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MORAES, Maria Cândida. A informática educativa no contexto do Ministério da Educação e Cultura. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro: ABT, ano XIII, n. 59, jul/ago, 1984.

MORAES, Maria Cândida. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, São Paulo, n. 01, set 1997.

MORAES, Maria Cândida. Informática educativa no Brasil: um pouco de história... **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 12, n. 57, jan/mar 1993b.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr/jun. 1993a.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2005.

NAGEL, Lizia Helena. **Educação via Banco Mundial**: imposição ou servidão necessária? Cascavel: Edunioeste, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação contemporânea).

NUNES, Andréa Karla Ferreira. **Curso TV na escola e os desafios de hoje**: sua materialização em Sergipe. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Governo de Sergipe/UFS, 1994.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Controladoria governamental**: governança e controle na implementação das políticas públicas. São Paulo: Atlas, 2010.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos Mare da Reforma do Estado, v. 1).

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

REIS, Roselene Maria de Vasconcelos. **Cartografia da informática educativa em Fortaleza:** mapeando cenários, identificando saberes dos atores formadores e interpretando a trama da história. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2005.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

REVISTA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. Educação e Sociedade, Campinas, SP, v. 29, n. 104, 2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Juliana Souto. **A Teleducação e questões da atualidade.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens:** educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo: Funcamp; Brasiliense, 1981.

SANTOS, Maurides Macêdo; MELO, Orlinda Carrijo; CABRERA, Olga (Org.). **Instituições educativas: histórias (re)construídas.** Goiânia: PUC, 2010.

SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as consequências sociais da Segunda Revolução Industrial.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHNEIDER, Henrique Nou. As TICs na Educação: um olhar sobre a produção intelectual do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS no período de 1997-2008. In: BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade.** Maceió: EDUFAL, 2010.

SEED. **Cartilha do Projeto Alfabetização com o uso da multimídia.** Aracaju: SEED, 1998.

SEED/DITE. **Projeto-piloto EAD.** Aracaju, 2007.

SEED/DITE. **Relatório de Atividades.** Aracaju, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A prática da metodologia científica no ensino superior e a relevância da pesquisa na aprendizagem universitária. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana de Caieiras.** ed. 01, ano 01. set/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.fmcaieiras.com.br/revista1/artigos/Severino/Artigo%20Severino.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.



SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação**: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação, otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus L. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. III.

SOCHODOLSKI, Bogdan. **A Pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: A pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 2ª ed – São Paulo. Centauros, 2002.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias**: esperança e incerteza? Tradução de Claudia Berliner e Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de la Educacion; Brasília: Unesco, 2004.

UNESCO. CONSED. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Brasília. Ação Educativa. 2. ed. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 1990. Disponível em: <<http://www.mp.ma.gov.br/site/centroapoio/DirHumanos/decMundialEdu.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

VALENTE, José A. **Computadores e conhecimento**: repensando a educação. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VINÃO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ZANARDINI, João Batista. A ideologia do desenvolvimento e da globalização e as proposições curriculares elaboradas (1961-2002). In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago (Org.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Curitiba: Edunioeste, 2008.

## FONTES

BRASIL. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Protocolo de intenções que entre si celebram o Governo do Estado de Sergipe e a Fundação Banco do Brasil para a implantação do Sistema Vídeo Escola. Recife/PE. (Documento sem data).

BRASIL. FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Carta de agradecimento à Seed pela acolhida para a implantação do Projeto Vídeo Escola. De 1º de dezembro de 1989.

BRASIL. MEC. Ata de Reunião da 2ª Etapa do Proinfo. 2001. Brasília – DF.

BRASIL. MEC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Fax do Curso de Formação Avançada para técnico de suporte – Paraíba. De 16 de junho de 1999. Brasília – DF.

BRASIL. MEC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Ofício nº 530, de 18 de agosto de 2006. Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação. Brasília – DF.

BRASIL. MEC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Recomendações gerais para preparação dos NTE (versão preliminar). 1997. Brasília – DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lançamento do Programa TV Escola. (Documento sem data). Brasília – DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Ofício Circular s/n de 5 de junho de 2003. Brasília – DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/SEED. Convênio Nº 003, de 8 de outubro de 1997. Capacitação de Docentes – Programa TV Escola. Brasília – DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Telegrama MEC/BSB NR 9507 10/06/ 1987. Brasília – DF. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria Interministerial nº122, de 23 de maio de 2003. Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). 2003. Brasília – DF.

MATO GROSSO DO SUL. SEED/AEE/CIED. Relatório das atividades Referente ao curso sobre conhecimento da Informática Aplicada a educação. 1992. Campo Grande. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Relação dos nomes dos responsáveis pelo Cied. (Documento sem data).

RIO DE JANEIRO (Cidade). GRÁFICA EDITORA STAMPA LTDA. Nota fiscal nº 976, de 29 de novembro de 1994. Revista Escola & Vídeo – 1994. Rio de Janeiro – RJ.

RIO DE JANEIRO (Cidade). FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Declaração da entrega da Revista Caderno do Professor. De 28 de fevereiro de 1994. Rio de Janeiro – RJ.

RIO DE JANEIRO (Cidade). FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Revista nº 2 Escola e Vídeo. Setembro de 1991. Rio de Janeiro – RJ.

RIO DE JANEIRO (Cidade). FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO/ DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL. Fax de 19 de agosto de 1996. As coordenadorias estaduais de EAD. 1996. Rio de Janeiro – RJ.

SÃO PAULO (Estado). CAMPINAS/UNICAMP. Certificado de Estudo e Histórico Escolar no curso de aperfeiçoamento em informática e educação Projeto FORMAR/MEC nº 134, de 23 de março de 1988. Campinas – SP. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

SÃO PAULO (Estado). CAMPINAS/UNICAMP. Ofício NIED nº 013/1988, de 28 de março de 1988. Campinas. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

SERGIPE. FAPese. Sistema de pagamento de bolsas para os participantes do curso de especialização em Informática Educativa MEC e Seed. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED. Boletim do Cied. Ano 1, nº1 de outubro de 1993. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED/CIED. Relatório do Cied em Sergipe ao Proninfe. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Certificado de participação no Curso de Informática Educativa 2ª Etapa. 1992. Aracaju. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

SERGIPE. SEED/DED/DITE. Termo de Empréstimo e Responsabilidade entre a SEED e UFS para utilização do Acervo Vídeo Escola. 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Folder que contém informações sobre a participação de ministrantes de fora do Estado em evento do Projeto Vídeo Escola. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. I Curso de preparação para Informática Educativa. 1992. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Listas de frequência do treinamento do Projeto Vídeo Escola. 1991. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED/NÚCLEO DE GEOGRAFIA. Proposta de metodológica de vídeo na escola. 1990. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Ofício nº 409, de 19 de setembro de 1991. Participação no XXIV Congresso Nacional de Informática. Aracaju. Acervo pessoal de Valter Santos Sobrinho.

SERGIPE. SEED/DED. O Projeto Vídeo Escola em Sergipe. De 15 de agosto de 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Plano de Implantação de Informática Educativa no Estado. Dezembro de 1991. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Relação dos núcleos e vídeos postos do Projeto Vídeo escola. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Relação dos selecionados para preparação do I Curso em Informática Educativa. 1992. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Relatório de Atividades do Programa Salto para o Futuro. Anos 1992-1993-1994. Dezembro de 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED. Relatório da Informática Educativa. Sem data. Aracaju. .

SERGIPE. SEED/DITE. Competências do Gestor da Unidade Escolar que tem o Programa TV Escola. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Comunicação Interna nº 06, de julho de 1998. Solicitação de Transporte para mudança da Dite. 1998. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Comunicação Interna nº 70 de 3 de maio de 2002. Curso de Mestrado em Educação – UFGRS. 2002. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Comunicação Interna nº 177, de 19 de outubro de 2001. Solicitação de equipamento para trabalhar com o curso TV na escola e os desafios de Hoje. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Comunicação Interna nº 191 de 29 de novembro de 2001. Relato da situação do prédio que abrigava a Dite. 2001. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Cronograma de viagem dos técnicos do projeto Alfabetização com Multimídia. 1º de março de 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Demonstrativo de Capacitação da Dite. 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Demonstrativo das escolas do Programa Rádio Educ-SE. 2009. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Documento de vistoria da casa situada a Rua Boquim, nº 238. De 26 de maio de 1995. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Folder da Capacitação da Intel Educação para o Futuro. 2004. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Folder da Dite que traz sua caracterização. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Folder do curso de especialização em Informática Educativa MEC e Seed. 1998. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Folder do Seminário de Sensibilização de Tecnologias Educacionais: TV Escola em Foco (Entrega dos Kits de DVD Escola). De 24 de setembro de 2007. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. I Mostra de Vídeos – Projeto Diário de Classe. 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. I Workshop Estadual do Programa TV Escola. 1996. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. III Workshop do Programa TV Escola – 1998. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Logomarca da Dite. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED/DITE/NTE. Cronograma de visita as escolas da 1ª Etapa do Proinfo. (Documento sem data). Aracaju.



SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº 7 de 1º de março de 1999. Relatório da situação das máquinas do laboratório de informática da Dite. 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício Circular Nº 07, de 8 de agosto de 2007. Implantação do Projeto Tonomundo. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº 52 de 1º de julho de 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº 60 de 13 de julho de 1999. Relato do Programa Um Salto para o Futuro e TV Escola. 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº 81 de 1º de setembro de 1999. Solicitação de permanência do horário de trabalho da Dite em tempo integral. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº 115, de 10 de novembro de 1999. Descrição dos funcionários da Dite e os projetos que atuavam. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Ofício nº123, de 2 de dezembro de 1999. Lista de funcionários da Dite à disposição da Seed. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Planejamento do 1º Curso EAD da Dite – 2007. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Plano de trabalho do curso de especialização em Informática Educativa MEC e Seed. De 28 de agosto de 1997. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Projeto de Implantação de Informática Educativa no Estado. 1990. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Projeto Diário de Classe. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Projeto técnico pedagógico da Dite. 1995. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Programação dos Encontros de Educação Patrimonial do TV Escola em Sergipe. 2010. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Proposta de revitalização do projeto Alfabetização com uso da Multimídia. 2003. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relação com membros dos órgãos municipais – sensibilização do Programa TV Escola. De 26 de março de 1996. Itabaiana.

SERGIPE. SEED/DITE. Relação das escolas contempladas na 1ª etapa com o Kit de DVD Escola. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relação dos participantes da capacitação da Intel. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DED//DITE. Relação dos participantes do curso de especialização em Informática Educativa – MEC/Seed. 1998. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório das dificuldades da Dite. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório de Atividades do Proinesp. De agosto de 2002. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relação de escolas do Proinfo-Fust. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relação das escolas públicas atendidas pelo Gesac. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório da videoteca do Programa TV Escola. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório do I Simpósio de Tecnologia de Ensino. 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório do II Curso de Informática Educativa Aplicada a Educação Especial para Multiplicadores do Proinesp. De 12 de outubro de 2000. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Relatório sobre a Dite. 1999. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DITE. Tabela de atribuições da equipe do Proinesp. De 2007. Aracaju.

SERGIPE. SEED/DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO 3. ESCOLA DE 1º GRAU DR. AUGUSTO CÉZAR LEITE. Ofício nº 060 de 5 de outubro de 1989. Relato da estrutura física do prédio para receber o Projeto Vídeo Escola. Itabaiana.

SERGIPE. SEED/DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO 3. ESCOLA DE 1º GRAU ELIAS ANDRADE. Solicitação de segurança

do prédio para implantar o Projeto Vídeo Escola. De 12 de outubro de 1989. Moita Bonita.

SERGIPE. SEED/ DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO  
3. GRUPO ESCOLAR ELIEZER PORTO. Ofício nº 14, de 18 de fevereiro de 1994. Solicitação para participar do Projeto Vídeo Escola – 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Estrutura do provável Cied em Sergipe (Documento Manuscrito e sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED/E.P.G. CONSTANTINO JOSÉ GOMES DE SOUZA. Ofício nº005 de 1º de julho de 1996. Relato da situação do kit tecnológico do Programa TV Escola. Itabi.

SERGIPE. SEED. Ofício nº 1.305, de 2 de outubro de 2003. Termo de Cooperação técnico educacional entre a Seed e a Intel Semicondutores do Brasil Ltda. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Regimento Interno da Secretaria de Estado da Educação do Desporto e do Lazer. 1994. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Relação das escolas da 1ª etapa do Proinfo. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. SEED. Requisição para Elaboração de Convênio da Implantação da Informática Educativa - 1992. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Portaria nº 3.700, de 29 de agosto de 2002. Criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional de Sergipe. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Portaria nº 8.188 de 30 de dezembro de 2002.  
Regulamentação das ações da DITE. 2002. Aracaju.

SERGIPE. SEED. Primeira estrutura criada com o objetivo de transformar a Dite em departamento. (Documento sem data). Aracaju.

SERGIPE. UFS/SEED. Convênio nº 686, processo nº 6302/01-83 -  
Cooperação entre a UFS e Seed – Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje – 2001. Aracaju.

## **JORNAIS**

Cinform. Ano XVI nº 819. Aracaju. 1998.

Gazeta de Sergipe. Ano XLIII nº 11.982. Aracaju. 1998.

Jornal da Cidade. Ano XXVII, nº 7.931. Aracaju. 1998.



[www.editoratiradentes.com.br](http://www.editoratiradentes.com.br)

O livro trata das políticas públicas para utilização das tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito das escolas sergipanas. Tem como público-alvo pesquisadores e interessados em conhecer o movimento das TIC. A obra analisa as potencialidades e as fragilidades que a instituição responsável pela materialização das políticas públicas no estado Sergipano teve ao longo da sua trajetória na implantação e implementação das TICs. A obra se diferencia por ampliar o foco das pesquisas em relação aos projetos orientados pelo MEC e se propor construir a história da Divisão de Tecnologia de Ensino.



**Andréa Karla Ferreira Nunes é professora titular no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes na linha de pesquisa Educação e Comunicação. Tem experiência na área de Ensino e Pesquisa em Ciências Humanas, com ênfase em Políticas Públicas em Tecnologias da Informação, Gestão, Currículo, Avaliação e Educação a Distância. Atuando como gestora na área da Educação a Distância e Tecnologias na Secretaria de Estado de Educação em Sergipe e Universidade Tiradentes.**

